UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIODIVERSIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL – PRODER

CICERA KELICIANE DE BARROS

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI: UMA ABORDAGEM À LUZ DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CRATO - CEARÁ
2021

CICERA KELICIANE DE BARROS

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI: UMA ABORDAGEM À LUZ DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial para a obtenção do título em Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Laudeci Martins Souza.
Coorientador: Prof. Dr. Marcus Vinícius de Oliveira Brasil

CRATO - CEARÁ

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
Universidade Federal do Cariri.
Sistema de Bibliotecas

B277e Barros, Cicera Keliciane de.

Extensão universitária e desenvolvimento sustentável no contexto da Universidade Federal do Cariri : uma abordagem à luz dos objetivos do desenvolvimento sustentável / Cicera Kelicianede Barros. – 2021.

113 f.: il. color.30 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Cariri, Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), Crato, 2021.

Orientação: Profa. Dra. Francisca Laudeci Martins Souza.
Coorientação: Prof. Dr. Marcus Vinícius de Oliveira Brasil.

1. Extensão Universitária. 2. Universidade. 3. Desenvolvimento Sustentável - objetivos . I.Título.

CDD 378.1554

Bibliotecária: Glacinésia Leal Mendonça
CRB 3/ 925

CICERA KELICIANE DE BARROS

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI: UMA ABORDAGEM À LUZ DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial para a obtenção do título em Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.
Linha de Pesquisa: Saúde, Estado e Sociedade.
Sublinha de pesquisa: Políticas públicas, educação, tecnologia e inovação.

Aprovada em: 29/10/2021

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Dra. Francisca Laudeci Martins Souza (Orientadora)
Universidade Federal do Cariri – UFCA

Profº. Dr. Marcus Vinícius de Oliveira Brasil (Coorientador)
Membro interno. Universidade Federal do Cariri – UFCA

Documento assinado digitalmente
gov.br VICTORIA REGIA ARRAIS DE PAIVA
Data: 03/03/2023 10:38:29-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Profª. Dra. Victoria Régia Arrais de Paiva
Membro interno. Universidade Federal do Cariri – UFCA

Profº. Dr. Randal Martins Pompeu
Membro externo. Universidade de Fortaleza – Unifor

Dedico este trabalho a todos que acreditam na educação e no seu poder transformador.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu refúgio e fortaleza, pelo dom da vida, por me guiar e permitir concluir essa jornada.

A meus pais, Luiz Carlos de Barros e Creuza Bernardo de Barros pelo seu amor incondicional, apoio e incentivo sempre no meu processo de formação e em todas as decisões da minha vida.

Aos meus irmãos, Francisco Bernardo e Francieldo Bernardo, por sempre acreditarem em mim, pelo carinho, apoio, amizade e motivação.

À minha sobrinha, Emilly Lorena, pelo seu amor, carinho e pureza, por quem busco fazer do mundo um lugar melhor, e ser alguém melhor todos os dias.

À minha orientadora, Professora Dra. Laudeci Martins por me aceitar como orientanda, pela paciência, compreensão, generosidade, delicadeza e gentileza nas palavras de apoio e motivação.

Ao meu Coorientador, Professor Dr. Marcus Vinícius pelo auxílio, paciência, compreensão, motivação, apoio e atenção sempre. Agradeço também pelos seus ensinamentos enquanto meu coordenador do estágio docente.

Aos membros da banca examinadora, pela disponibilidade, interesse e contribuições.

A todo o corpo docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável por seus ensinamentos.

Aos meus colegas de curso, em especial a Amanda Bezerra e Westennaklyfya pela escuta, apoio e incentivo nos momentos de insegurança e desmotivação.

Ao apoio financeiro concedido através da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

A todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste estudo.

Todavia, como está escrito: “Olho nenhum viu, ouvido nenhum ouviu, mente nenhuma imaginou o que Deus preparou para aqueles que o amam”.

(1 Coríntios 2:9).

RESUMO

A extensão universitária promove o compartilhamento de saberes, que norteados por uma ação dialógica envolve a universidade e a comunidade em uma atuação que articula o conhecimento científico, oriundo do ensino teórico, e que, conduzido pela pesquisa, atua diante das necessidades da comunidade, possibilitando a universidade a capacidade de promover a transformação da realidade social em que se insere. A indissociabilidade entre os pilares da universidade, quando bem articulados, promove mudanças no processo de ensino e aprendizagem, e fundamenta didática e pedagogicamente a formação profissional, dessa forma discentes e docentes constituem-se, efetivamente, sujeitos envoltos no ato de aprender, ensinar, formar profissionais e cidadãos. O desenvolvimento sustentável apresenta-se como um elemento norteador que possibilita mudanças estruturais nos atuais padrões sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais. Outrossim, esta pesquisa tem como objetivo analisar os reflexos das ações de extensão desenvolvidas pela UFCA na promoção do Desenvolvimento Sustentável na Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri), sob a perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU). Para tanto, traçaram-se os seguintes objetivos específicos: refletir sobre a relação teórico-prática entre extensão universitária e desenvolvimento sustentável; compreender a perspectiva de extensão universitária empreendida pela UFCA a partir dos seus documentos institucionais; e identificar a inter-relação entre as práticas extensionistas desenvolvidas pela UFCA e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O percurso metodológico orienta-se por um estudo de caso de abordagem descritiva e análise documental consubstanciada de uma interpretação qualitativa dos resultados. A análise dos documentos identificou que no contexto da UFCA o desenvolvimento apresenta-se como elemento norteador das suas ações institucionais, estando presente na missão, visão e valores da mesma, e ainda nos documentos e resoluções institucionais, a saber: estatuto, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Planejamento Estratégico Institucional (PEI), Política de Gestão da Sustentabilidade (PGS), Regulamento das Ações de Extensão. Desde o ano de 2018 por meio da implementação da política e sustentabilidade, a UFCA estabelece critérios para a priorização e avaliação dos projetos e programas de extensão, assim, a partir de 2019 o DS foi inserido como diretriz no que compete a aprovação dos programas e projetos de extensão cadastrados junto a PROEX. No mesmo ano a UFCA passou a integrar o Impacto Acadêmico das Nações Unidas (UNAI) corroborando para uma atuação que prioriza o desenvolvimento de ações que visem o cumprimento dos ODS. Além disso, o mapeamento das ações de extensão cadastradas na PROEX, identificou nos respectivos anos: 2015 (41); 2016 (83); 2017 (78); 2018 (105); 2019 (88); 2020 (138). Estas compreendem programas, projetos, cursos e eventos, distribuídos em 08 (oito) áreas temáticas, a saber: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, tecnologia e produção, trabalho e saúde, e envolvem 03 (três) modalidades, sendo estas: Protagonismo Estudantil (PROPE), Programa Ensino e Extensão (PEEX) e ampla concorrência. Observou-se um maior quantitativo de ações vinculadas às áreas de saúde, educação e meio ambiente, as quais, se inter-relacionam de forma mais expressiva aos seguintes ODS: educação de qualidade (ODS-4); saúde e bem-estar (ODS-3); cidades e comunidades sustentáveis (ODS-11); redução das desigualdades (ODS-10; consumo e produção responsáveis (ODS-12).

Palavras-chave: Extensão Universitária. Universidade. Desenvolvimento Sustentável. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

The university extension promotes the sharing of knowledge, which guided by a dialogical action involves the university and the community in an action that articulates the scientific knowledge, originating from the theoretical teaching, and that, conducted by research, acts before the needs of the community, enabling the university the ability to promote the transformation of social reality in which it is inserted. The inseparability between the pillars of the university, when well articulated, promotes changes in the teaching and learning process, and is the didactic and pedagogical basis for professional education. Sustainable development presents itself as a guiding element that enables structural changes in the current social, environmental, economic, political, and cultural patterns. Similarly, this research aims to analyze the effects of extension actions developed by UFCA in promoting sustainable development in the Metropolitan Region of Cariri (RM Cariri), from the perspective of the Sustainable Development Goals of the United Nations (UN). To this end, the following specific objectives were outlined: reflect on the theoretical-practical relationship between university extension and sustainable development; understand the perspective of university extension undertaken by UFCA from its institutional documents; and identify the interrelationship between extensionist practices developed by UFCA and the Sustainable Development Goals (SDGs). The methodological path is guided by a case study of descriptive approach and document analysis substantiated by a qualitative interpretation of the results. The analysis of the documents identified that in the context of UFCA development presents itself as a guiding element of its institutional actions, being present in the mission, vision and values of the same, and also in the documents and institutional resolutions, namely: Statute, Institutional Development Plan (PDI), Institutional Strategic Planning (PEI), Sustainability Management Policy (PGS), Regulation of Extension Actions. Since the year 2018 through the implementation of the policy and sustainability UFCA establishes criteria for the prioritization and evaluation of extension projects and programs, thus, from 2019 the SD was inserted as a guideline in what concerns the approval of extension programs and projects registered with PROEX. In the same year, UFCA became part of the United Nations Academic Impact (UNAI) corroborating for a performance that prioritizes the development of actions aimed at fulfilling the SDGs. In addition, the mapping of the extension actions registered at PROEX, identified in the respective years: 2015 (41); 2016 (83); 2017 (78); 2018 (105); 2019 (88); 2020 (138). These include programs, projects, courses, and events, distributed in 08 (eight) thematic areas, namely: communication, culture, human rights and justice, education, environment, technology and production, work, and health, and involve 03 (three) modalities, being these: Student Protagonism (PROPE), Teaching and Extension Program (PEEX), and wide competition. It was observed a higher number of actions linked to the areas of health, education, and environment, which are more expressively interrelated to the following SDGs: quality education (SDG-4); health and well-being (SDG-3); sustainable cities and communities (SDG-11); reduction of inequalities (SDG-10; responsible consumption and production (SDG-12).

Keywords: University Extension. University. Sustainable Development. Sustainable Development Goals.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Princípios da Extensão Universitária 37
Figura 2 - Pilares da Universidade Federal do Cariri (UFCA) 46
Figura 3 - Região Metropolitana do Cariri Região Metropolitana do Cariri 60
Figura 4 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU 72
Figura 5 - Inter-relação entre os Princípios Institucionais da UFCA, Desenvolvimento Sustentável e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 83
Figura 6 - Palavras-chave das Ações de Extensão da UFCA (2015-2020) 84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número anual dos ODS contemplados nas ações de extensão da UFCA (2015-2020) 99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ações de Extensão da UFCA – 2015 87
Gráfico 2 - ODS Contemplados nas Ações de Extensão da UFCA – 2015 88
Gráfico 3 - Ações de Extensão da UFCA – 2016 89
Gráfico 4 - ODS Contemplados nas Ações de Extensão da UFCA – 2016 89
Gráfico 5 - Ações de Extensão da UFCA – 2017 90
Gráfico 6 - ODS Contemplados nas Ações de Extensão da UFCA – 2017 91
Gráfico 7 - Ações de Extensão da UFCA – 2018 92
Gráfico 8 - ODS Contemplados nas Ações de Extensão da UFCA – 2018 93
Gráfico 9 - Ações de Extensão da UFCA – 2019 93
Gráfico 10 - ODS Contemplados nas Ações de Extensão – 2019 94
Gráfico 11 - Ações de Extensão da UFCA – 2020 96
Gráfico 12 - ODS Contemplado nas Ações de Extensão – 2020 96
Gráfico 13 - Evolução do Número das Ações de Extensão da UFCA (2015-2020) 97
Gráfico 14 - Relação das Ações de Extensão e ODS (2015-2020 98
Gráfico 15 - Receitas Discricionárias da UFCA (2015-2020) 98
Gráfico 16 - Quantitativo das ações, programas e projetos de extensão de acordo com ODS contemplado (2015-2020) 100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Princípios, áreas, modalidades e tipos de ações de extensão da UFCA 50
Quadro 2 - Relação de documentos (corpus) da pesquisa 56
Quadro 3 - Síntese metodológica da pesquisa: coleta, análise e interpretação dos dados 57
Quadro 4 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) 71
Quadro 5 - Documentos institucionais que inserem o desenvolvimento sustentável como princípio das ações da UFCA 76
Quadro 6 - Objetivos Estratégicos da UFCA que apresentam inter-relação com os ODS 77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Acquired Immunodeficiency Syndrome
CF/88	Constituição Federal de 1988
CES	Câmara de Educação Superior
CMSAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSUNI	Conselho Universitário da Universidade Federal do Cariri
CONSUP	Conselho Superior Pro Tempore
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OE	Objetivo Estratégico
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEEX	Programa de Interação Ensino e Extensão de ações
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PGS	Política de Gestão de Sustentabilidade
PLG	Plano de Logística Sustentável
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROPE	Programa Protagonismo Estudantil
RENEX	Rede Nacional de Extensão
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RM CARIRI	Região Metropolitana do Cariri
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada

UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
URCA	Universidade Regional do Cariri
UNE	União Nacional de Estudantes
UNAI	Impacto Acadêmico das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 18
2 UNIVERSIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: PRINCÍPIOS E CONCEITOS 25
2.1 Universidade: abordagens no contexto mundial e nacional 25
2.2 Extensão universitária: breves abordagens no Brasil e no mundo 29
2.2.1 Extensão universitária: conceito, princípios e diretrizes 33
2.2.2 Diretrizes da Extensão Universitária 36
2.2.3 Integralização da extensão universitária 41
2.3 Extensão universitária no contexto da Universidade Federal do Cariri 43
3 PERCURSOS METODOLÓGICOS 51
3.1 Abordagem e natureza da pesquisa 51
3.2 Objetivos do estudo 53
3.3 Procedimentos técnicos 53
3.4 Coleta de dados 54
3.4.1 Procedimento para refletir sobre a relação teórico-prática entre extensão universitária e desenvolvimento regional sustentável 54
3.4.2 Procedimento para compreender a perspectiva concepção de extensão universitária empreendida pela UFCA a partir dos documentos institucionais 55
3.4.3 Procedimento para identificar a inter-relação entre as práticas extensionistas desenvolvidas pela UFCA e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas 56
3.5 Análise e interpretação dos dados 57
3.6 Lócus da pesquisa 58
4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI 61
4.1 Desenvolvimento sustentável: breves abordagens conceituais 62
4.2 Desenvolvimento sustentável e políticas públicas 67
4.3 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 69
4.4 O desenvolvimento sustentável no contexto da UFCA 75
5 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA) 81

5.1 Extensão universitária, desenvolvimento sustentável e ODS.....81
5.2 Dados da extensão universitária na UFCA 86
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....103
REFERÊNCIAS 106

1 INTRODUÇÃO

As constantes mudanças oriundas do modelo econômico hegemônico, orientadas pelo avanço da tecnologia e da transnacionalização da economia capitalista, repercutem nas relações sociais, econômicas, culturais, ecológicas, ambientais, políticas, biológicas, humanitárias, dentre outras formas e ações que consequentemente refletem na vida humana em sociedade.

Concomitante a consagração do modelo capitalista nas últimas décadas e os resultados negativos inerentes a esse modo de produção, destacam-se os reflexos para com as mudanças climáticas e as consequências negativas que estas ocasionam para o planeta. O debate sobre o desenvolvimento sustentável foi inserido na agenda política na década de 1980, como uma forma de pensar o desenvolvimento econômico para além de uma ação temporal, o qual, as ações do presente devem ser pensadas para não comprometer a sobrevivência digna das gerações futuras.

A abordagem sobre o desenvolvimento sustentável requer pensar ações que colaborem para uma transformação social tendo como finalidade a sustentabilidade. Este modelo se apresenta como um caminho que conduz a mudanças estruturais para os atuais padrões sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais, que implicam na construção de uma sociedade mais conectada com a vida na terra.

Estas transformações ocorrem a partir de uma mudança cultural, que se orienta a partir da disseminação de novas ideias e da reeducação social dos sujeitos, em que estes se reconhecem como parte da natureza, desvinculando-se de uma postura alheia a esta, e principalmente, amparada em uma cultura concebe o desenvolvimento para além de um fato puramente econômico.

Segundo Elkington (2001) o desenvolvimento sustentável fundamenta-se a partir das dimensões ambiental, social e econômica. Por sua vez, Sachs I. (2009) desenvolve uma teoria deste modelo, para além deste um tripé, a qual compreende um conjunto de direitos coletivos que envolvem 08 (oito) dimensões, a saber: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional.

Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável, no âmbito das políticas públicas voltadas à promoção da educação, consiste em um conjunto de iniciativas que perpassam desde o estudo e compreensão do conceito, ao fomento de iniciativas que possibilitem a construção de uma sociedade mais comprometida com a qualidade de vida na terra, até a realização de ações concretas orientadas por uma postura ética e sustentável.

A universidade é um espaço de reflexão das diferentes realidades que envolvem o contexto social, a partir dessa compreensão é possível pensar o papel do Estado e a sua operacionalização mediante as políticas públicas. Essa reflexão acerca da relação universidade/Estado, possibilita, no campo educacional, para além do debate teórico sobre o tema, a produção do conhecimento e introduz ferramentas para o estabelecimento, avaliação e implementação de políticas públicas relacionadas à área.

Outrossim, a universidade caracteriza-se como um importante espaço de produção, acumulação e disseminação de múltiplos saberes, fundamentada a partir de três pilares indissociáveis, a saber: o ensino, a pesquisa e a extensão. É importante destacar que no contexto da Universidade Federal do Cariri (UFCA), a cultura foi inserida como quarto pilar.

Através da extensão universitária ocorre o compartilhamento de saberes que norteados por um processo dialógico, envolve a universidade e a comunidade numa atuação que articula o conhecimento científico oriundo do ensino teórico que, orientado pela pesquisa diante das necessidades da comunidade, possibilita à universidade promover a transformação da realidade social.

A indissociabilidade dos três pilares da universidade, quando bem articulados, possibilitam mudanças significativas nos processos de ensino e aprendizagem, fundamentando didática e pedagogicamente a formação profissional, de modo que discentes e docentes constituem-se, efetivamente, sujeitos envoltos no ato de aprender, ensinar e formar profissionais e cidadãos.

Os princípios da ação extensionista instituídos pela Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), a saber: interação dialógica; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; impacto na formação do estudante; e, impacto e transformação social se articulam e corroboram para uma mudança cultural e social. O entendimento de que a função social da universidade perpassa os muros da academia, se reafirma a partir de um processo político pedagógico e fomenta uma cultura que estimula a transformação.

No âmbito dessa pesquisa, a extensão universitária é compreendida como um meio para a promoção e articulação entre a universidade e a comunidade, mediando processos dialógicos voltados para a busca de soluções dos problemas sociais e contribui para a construção de uma sociedade mais equânime. A partir dessa compreensão, os programas, projetos e ações de extensão universitária, quando orientados por iniciativas que visem à promoção do desenvolvimento sustentável, trabalham iniciativas de apoio, fomento, disseminação e promoção de ações éticas, justas e democráticas.

No contexto da UFCA o desenvolvimento sustentável configura-se como um princípio norteador das ações dessa instituição, para tanto é inserido em documentos, políticas e resoluções internas, destacam-se: o estatuto, o Planejamento Estratégico Institucional (PEI), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a Política de Gestão da Sustentabilidade, estando o mesmo incluído na missão, visão e valores institucionais. Nessa perspectiva, esta pesquisa é orientada pela seguinte questão norteadora: como as práticas extensionistas desenvolvidas no âmbito da Universidade Federal do Cariri contribuem para a promoção do desenvolvimento sustentável da Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri)?

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os reflexos das práticas extensionistas desenvolvidas pela UFCA na promoção do Desenvolvimento Sustentável na Região Metropolitana do Cariri, sob a perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, constituem-se enquanto objetivos específicos: a) refletir sobre a relação teórico-prática entre extensão universitária e desenvolvimento sustentável; b) compreender a perspectiva de extensão universitária empreendida pela UFCA a partir dos seus documentos institucionais; c) identificar a inter-relação entre as práticas extensionistas desenvolvidas pela UFCA e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Outrossim, esse estudo aborda as ações de extensão desenvolvidas no âmbito da UFCA, bem como a contribuição das mesmas para a promoção do desenvolvimento regional sustentável para a Região Metropolitana do Cariri, a partir de uma análise orientada sob a perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

O crescimento demográfico traz consigo uma série de implicações, bem como novas demandas sociais. Segundo a ONU (2015) no último século houve um crescimento demográfico significativo da população mundial. Em 1922 o número de habitantes era de 2 bilhões, em 1950 a população mundial era de aproximadamente 2,6 bilhões, em 1987 atingiu a marca de 5 bilhões, e no final do ano do século XX 06 bilhões. Nos anos 2000 a marca ultrapassou os 6 bilhões e em 2020 7,8 bilhões. Estima-se que em 2100 a população mundial chegará a 11,2 bilhões. (ONU, 2017)

O Relatório Populacional da ONU (2015) destaca que nestas circunstâncias o rápido aumento populacional expõe questões como o crime organizado transnacional, a interdependência econômica, mudanças climáticas, a disseminação de doenças e pandemias, além de colocar em debate temas e questões sociais, como: como igualdade de gêneros, direitos humanos, emergência, dentre outras.

Nas últimas décadas o debate sobre a sustentabilidade tem se intensificado, sendo introduzido em uma abordagem transdisciplinar. Nesse contexto, de acordo com Simão *et al*. (2010) incorporar a característica sustentável ao desenvolvimento tornou-se um esforço tanto para setor público, quanto para o privado.

A questão é apresentada nas mais diversas áreas, com destaque para: meio ambiente, cultura, saúde, sociedade, economia, direitos humanos, política, dentre outras, desafia os agentes sociais a pensar ações que viabilizem soluções e alternativas para as questões postas que representem uma busca pela garantia de uma maior qualidade de vida para as presentes e futuras gerações, ou seja, de sustentabilidade.

A atual realidade orientada pela ideologia capitalista, que concentra seus esforços e ações na busca pela garantia e expansão dos lucros, ocasiona uma série de "malefícios" para a vida na terra, resultantes principalmente do rompimento da relação homem-natureza, fato esse resultante nas ações de degradação dos recursos naturais, e, ainda, a mercantilização da vida humana e dos elementos naturais. O homem tornou-se um produto do sistema econômico hegemônico, portanto, vale somente aquilo que sua condição financeira representa.

Pensar em modificações do paradigma posto ao longo de anos, consiste inicialmente na mudança cultural, para que o homem perceba e compreenda a necessidade de mudar suas ações no presente, para que essas possam refletir no futuro. Nessa conjuntura, a educação pode ser apresentada como a ação que orienta o caminho a ser percorrido em busca de alcançar resultados para tais questões.

Segundo a ONU (2016) os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável constituem-se em uma Agenda mundial cuja meta é conduzir o planeta rumo ao desenvolvimento sustentável até 2030. Ao todo, são 17 objetivos e 169 metas que demonstram a grandeza e a avidez de uma nova Agenda universal, orientados pela busca da efetivação dos direitos humanos de todos, a obtenção da igualdade de gênero, bem como o empoderamento feminino, além da erradicação da pobreza e o fortalecimento da paz universal e da liberdade. Nessa perspectiva, destaca-se que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, conforme destaca a ONU (2016, p. 01) "[...] são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental".

No âmbito desta pesquisa, pode-se destacar que a abordagem teórica possui relação com a proposta dos objetivos quatro e onze, os quais, respectivamente, consistem em: "assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos" e "tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis" (ONU, 2016, p. 15).

A universidade, por meio dos pilares do ensino, da pesquisa e da extensão, e, no contexto da UFCA, da cultura, tem o compromisso social de formar profissionais que atuem nos múltiplos cenários apresentando respostas e soluções aos problemas. Por meio da extensão a universidade interage dialogicamente com a comunidade, e atende as demandas postas pela mesma a partir de suas ações, projetos e programas (UFCA, 2017).

Esta pesquisa justifica-se a partir de três (03) perspectivas, a saber: pessoal, acadêmica e social. A primeira ocorre devido à afinidade da pesquisadora com o tema em questão, visto que, atuou em projetos e programas de extensão por ocasião da graduação, o que contribuiu para agregar valores significativos em sua formação, tanto do ponto de vista profissional, quanto pessoal.

No que compete à perspectiva acadêmica, a abordagem teórica do estudo é relevante, visto que a Agenda 2030 enquanto um pacto global requer um compromisso de toda a sociedade no cumprimento de suas metas. Nesse contexto, a extensão universitária se apresenta como uma ação que colabora para a disseminação de práticas voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável. Destaca-se ainda que a mesma agrega aos estudantes habilidades e competências particulares a formação profissional dos mesmos, permitindo a estes uma compreensão da realidade e dos contextos sociais que se estendem para além do espaço físico da universidade, e contribuindo para a formação humana e cidadã desses sujeitos.

Do ponto de vista da perspectiva social, os reflexos da extensão universitária para desenvolvimento sustentável na Região Metropolitana do Cariri, o estudo proporciona um debate e destaca a importância das contribuições da extensão universitária na transformação social. Nesse contexto, pode contribuir para o estímulo ao investimento em ações do gênero, como políticas públicas, planos e programas destinados a este fim.

No que compete à abordagem metodológica, a pesquisa se configura como um estudo de caso, de caráter descritivo e exploratório. A obtenção dos dados é orientada pela pesquisa bibliográfica consubstanciada na pesquisa documental. Quanto à análise e interpretação dos dados, o estudo se caracteriza pela abordagem qualitativa, visto que esta possibilita uma interpretação crítica dos fenômenos estudados.

Este estudo encontra-se organizado em cinco sessões, assim, o primeiro capítulo aborda os conceitos de universidade e extensão universitária, de maneira que realiza uma contextualização histórica da do processo de construção e formação de ambos os conceitos, no contexto mundial e brasileiro, e posteriormente apresenta uma abordagem conceitual da extensão universitária, bem como, esta é empreendida pela UFCA.

Na sequência, é apresentado os materiais e métodos que orientam o desenvolvimento desta pesquisa, o tópico detalha os elementos que condicionam este estudo de caso de caráter documental e bibliográfico, bem como, os instrumentais de coleta e análise e interpretação dos dados

Num terceiro momento, tem-se uma abordagem teórica e conceitual sobre os termos: desenvolvimento sustentável; Agenda 2030; e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. Na sequência, apresenta-se como a UFCA compreende o Desenvolvimento Sustentável, a partir de uma análise dos documentos institucionais desta instituição.

O tópico quatro apresenta uma abordagem da extensão universitária no contexto da Universidade Federal do Cariri, assim, são apresentados dados referentes ao desenvolvimento de ações extensionistas executadas no período entre 2015 e 2020, bem como, busca identificar a inter-relação entre estas atividades e os ODS, e os reflexos destas ações para a promoção do desenvolvimento sustentável na Região Metropolitana do Cariri.

Por fim, as considerações finais concluem que no contexto da UFCA, as ações de extensão têm colaborado para a promoção do desenvolvimento sustentável na Região Metropolitana do Cariri. Percebeu-se a inter-relação entre as atividades extensionistas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, de maneira que este evento ocorreu de forma gradual ao longo do período compreendido entre 2015 e 2020. Vale salientar que a inserção desta instituição junto a UNAI, instigou o desenvolvimento de ações que se relacionam com os ODS.

O levantamento das ações de extensão cadastradas na PROEX, destacou que ao longo dos anos ocorreu um aumento tanto no número de ações de extensão, quanto na quantidade de ODS vinculadas às mesmas, desta forma, identificou-se no período: 2015 (41 ações); 2016 (83 ações); 2017 (78 ações); 2018 (105 ações); 2019 (88 ações); 2020 (138 ações). Sendo estas subdivididas nas modalidades Protagonismo Estudantil (PROPE), Programa Ensino e Extensão (PEEX), e ampla concorrência, que agregam programas, projetos, cursos e eventos. As mesmas abrangem 08 (oito) áreas temáticas, a saber: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, tecnologia e produção, trabalho e saúde. Destaca-se a predominância de um maior quantitativo de ações vinculadas às áreas de saúde, educação e meio ambiente.

Em relação aos ODS, observou-se no período: 2015 (12); 2016 (12); 2017 (13); 2018 (14); 2019 (17); 2020 (17) ODS respectivamente. Por meio do levantamento das ações, observou-se que estas se relacionam de forma mais expressiva aos objetivos, a saber: educação de qualidade (ODS-4); saúde e bem-estar (ODS-3); cidades e comunidades sustentáveis (ODS-

11); redução das desigualdades (ODS-10; consumo e produção responsáveis (ODS-12), os quais vinculam-se diretamente contemplam as áreas de educação, meio ambiente e saúde.

2 UNIVERSIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: PRINCÍPIOS E CONCEITOS

Este capítulo dedica-se à construção de uma abordagem teórica e conceitual dos termos universidade e extensão universitária. Para tanto, apresenta um resgate histórico da universidade no contexto mundial e brasileiro, bem como, promove uma abordagem do conceito, princípios e diretrizes que orientam a extensão universitária objetivando encontrar entre estes, inter-relações que justifiquem a discussão do objeto de estudo desta pesquisa, e auxiliem igualmente na análise dos dados obtidos.

No âmbito desta pesquisa a abordagem teórica e conceitual do termo extensão parte de uma compreensão da mesma enquanto um processo dialógico que possibilita através da relação entre a universidade e a comunidade uma interação dialógica, que proporciona o surgimento de novas práticas, conhecimentos e saberes, o que possibilita uma ação transformadora na sociedade, contribuindo concomitantemente para o desenvolvimento da função social da universidade.

Ao compreender a ação extensionista como um processo educativo e científico, a qual, sua prática promove uma ação transformadora na sociedade, é possível entendê-la como um agente pedagógico, cultural e político. Nesta perspectiva este capítulo dedica uma subsecção à abordagem da integralização da curricularização da extensão universitária, partindo do entendimento que esta prática se objetiva promover a práxis mediante a inclusão da extensão no currículo acadêmico dos cursos de graduação.

2.1 Universidade: abordagens no contexto mundial e nacional

Discorrer sobre a extensão universitária pressupõe elucidar a universidade enquanto um espaço de construção e disseminação de múltiplos saberes, que alicerçada pelos pilares do ensino, da pesquisa e da extensão, sendo esta última orientada por uma concepção dialógica. A ação extensionista configura-se como um instrumental que oferta conhecimento tanto a comunidade acadêmica, quanto a externa, orientando-se por um processo dialógico que possibilita o exercício do papel social da universidade.

As primeiras universidades originaram-se no continente europeu, inicialmente denominadas *Universitas Magistrorum et Scholarium* (Associação de Mestres e Alunos), que consistiam em espaços que reuniam todos os sujeitos voltados para o processo de conhecimento (CUNHA, 1980).

Na obra a Universidade Temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas, Cunha (2007) destaca que a primeira universidade do continente europeu surgiu na cidade de Bolonha – Itália, no século XI. Nesse período o conhecimento era um "privilégio" concedido a poucos, destinado aos indivíduos que possuíam recursos para pagar pelo acesso ao mesmo. Assim, a contratação de professores particulares para lecionar sobre temas das chamadas "essências universais" era uma prática comum na época.

Segundo Cunha (2007) no ano de 1538 foi fundada a primeira universidade no continente americano, na Ilha de São Domingos, na Colômbia. Em 1553, foi inaugurada no México a segunda universidade americana. Posteriormente, se deu a criação de universidades de São Marcos no Peru, São Felipe no Chile e Córdoba na Argentina.

No contexto brasileiro, Fávero (2016) discorre que a educação superior emergiu no período colonial através do ensino de filosofia, teologia e matemática no Colégio da Bahia. Posteriormente foi introduzido o ensino de anatomia e cirurgias nos hospitais militares em 1808, na sequência o curso de engenharia é inserido na academia militar, e mais tarde, o ensino "civil" da engenharia. Em seguida, o ensino do direito e de outros cursos são ministrados na primeira metade do século XX nas universidades.

De acordo com Bemvenuti (2002) a educação superior brasileira, constituiu-se e institucionalizou-se na busca por respostas às necessidades da sociedade. Nesse contexto, o caráter prático e imediatista na direção da formação especializada e a preparação de pessoas que pudessem ser úteis ao serviço público eram uma necessidade da corte portuguesa, na época do Império. Dessa forma, o ensino superior consolidou-se sob esses resquícios e atendia aos interesses de uma pequena minoria, oferecendo uma educação aristocrática e desenvolvendo a marca da influência do regime de economia latifundiária e patriarcal vigente no período.

Para a autora, "essa relação amistosa e secular entre ensino superior e elites fez com que ele fosse considerado, ao longo de sua existência, um lugar de privilégio e para privilegiados, distantes de situações e momentos importantes que ocorriam ao seu redor" (BEMVENUTI, 2002, p. 35). Outrossim, a universidade surge a partir da união das escolas de ensino superior criadas para atender necessidades práticas do governo voltadas para o atendimento das demandas sociais gestadas no contexto da profissionalização, e que atuavam de forma isolada (FORPROEX, 2001).

De acordo com Frota (2015) a partir da segunda metade do século XX, as discussões em torno da modernização do ensino superior foram introduzidas no contexto brasileiro, orientadas pela fase de aceleração econômica vivenciada no país no período em questão. Em 1967, ocorreu a reforma universitária que resultou na criação da Universidade de Brasília

(UnB). Dando continuidade a esse movimento a reforma do ensino superior de 1968 ampliou a gratuidade e a expansão do ensino superior.

Na década de 1980, o debate foi direcionado em torno da autonomia e o predomínio da pesquisa sobre as demais atividades de ensino e extensão. As conquistas do período foram consagradas na Carta Magna de 1988, que garante à universidade os princípios: da autonomia didático-científica e administrativa; da gestão financeira e patrimonial; da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. São garantidos ainda, a gratuidade do ensino público em todos os níveis, e a garantia de um padrão de qualidade.

Na primeira década do século XXI, destacam-se algumas iniciativas governamentais federais que estimularam o crescimento da educação superior no país, a exemplo, tem-se as atualizações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Com o objetivo de promover o crescimento do ensino superior público brasileiro, a partir de uma perspectiva de expansão acadêmica, pedagógica e física, surgem iniciativas, como: o programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado no ano de 2007, e o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), em 2010.

Nesse contexto, Frota (2015, p. 30-31) discorre:

> A trajetória da universidade brasileira tem ligação com lutas permanentes nos campos político e educacional, com vistas a conquistar um espaço acadêmico onde seja possível pôr em atividade teorias e práticas que alterem positivamente a sociedade e o Estado [...], orientada para novos paradigmas, a universidade hoje precisa envolver questões relacionadas à diversidade cultural e à inclusão social, além dos aspectos éticos, na tentativa de amplificar os seus propósitos de atuação, no sentido de circundar a sociedade em sua completude, e não somente a parcela habitualmente distinta.

Assim, o exercício da função social da universidade é apontado por Menezes Neto (1983) como uma ação que requer excelência, considerando que se está volta-se para a formação de profissionais cidadãos relacionados à apropriação e produção do conhecimento científico comprometidos com a realidade social.

Isto posto, a universidade configura-se como um espaço que possibilita ao indivíduo agregar inúmeros saberes heterogêneos, onde se viabiliza e estende os limites do conhecimento, o que possibilita a formação para além do caráter profissional, perpassando a construção de uma identidade humana e social. Nessa perspectiva, Azevedo (2006, p. 05) destaca:

> A universidade, que se encontra no ápice de todas as instituições educativas, está destinada, nas sociedades modernas a desenvolver um papel cada vez mais importante na formação das elites de pensadores, sábios, cientistas, técnicos, e educadores, de que elas precisam para o estudo e solução de suas questões científicas, morais, intelectuais, políticas e econômicas.

Na trajetória da evolução da universidade pública brasileira a extensão é integrada como terceira função, surgindo subsequente à consolidação e legitimação histórica do ensino e da pesquisa. Posteriormente o conceito de extensão adotado pelos Pró-Reitores expressou uma nova postura da universidade frente à sociedade em que se insere, como destaca Nogueira (2000, p. 118):

> Por outro lado, retira o caráter de terceira função da Extensão, para dimensioná-la como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para uma universidade voltada aos problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através da pesquisa básica e aplicada, visando realimentar o processo de ensino aprendizagem com um todo e intervindo na realidade concreta.

De acordo com Nogueira (2000) esta nova abordagem evidencia o compromisso da universidade com a sociedade, destacando a sua função básica de produção e socialização do conhecimento, bem como, a intervenção do meio em que se insere, o que possibilita acordos e ações coletivas entre a universidade e a população. Nessa perspectiva, o autor destaca que o ensino, a pesquisa e a extensão, possuem uma relação intrínseca entre si. Sobre esta abordagem, Tauchen (2009, p. 93) discorre, que:

> O conceito de indissociabilidade remete a algo que não existe sem a presença do outro, ou seja, o todo deixa de ser todo quando se dissocia. Alteram-se, portanto, os fundamentos do ensino, da pesquisa e da extensão, por isso tratam-se de um princípio paradigmático e epistemologicamente complexo.

Os três pilares da universidade propiciam experiências significativas para a comunidade acadêmica que refletem tanto no campo profissional, como no pessoal. No entanto, é por intermédio da extensão que ocorre o diálogo entre o conhecimento científico e o popular. Destarte, Saraiva (2007) discorre que a ação extensionista possibilita aos discentes vivenciar experiências significativas, as quais lhes proporcionam reflexões sobre questões da atualidade, e, com base nas experiências e conhecimentos produzidos e acumulados, contribuem para uma formação comprometida com as necessidades sociais, considerando as particularidades de cada contexto.

Segundo Thiollent (2015) a ação extensionista não se limita unicamente aos seus pares, a mesma abrange uma diversidade de públicos externos, com os quais, é preciso estabelecer uma interlocução para identificar problemas, informar, capacitar e propor soluções. Diante disso, o autor entende a extensão universitária como uma ação de partilha.

Na concepção de Paulo Freire (1983) a extensão universitária é uma ação que reivindica uma presença entusiasmada do sujeito em face do mundo, nesse contexto, solicita uma ação transformadora sobre a realidade e demanda uma busca contínua de conhecimento, provoca processos de invenção e reinvenção, reivindica a reflexão crítica de cada sujeito sobre o ato de

conhecer, pelo qual, se reconhece conhecendo e, ao se reconhecer, percebe o "como" de seu conhecer e os condicionamento os quais o seu ato está submetido.

Outrossim, a universidade se configura como um espaço que possibilita ao sujeito agregar inúmeros saberes, viabiliza e estende os limites do conhecimento, e possibilita a construção de uma identidade profissional, humana e social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional traz os princípios, diretrizes e objetivos da educação brasileira em distintos níveis e espaços. O Art. 43 expressa o compromisso da universidade com os diversos setores da sociedade e, discorre sobre a finalidade do ensino superior brasileiro, o qual, deve "incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive" (BRASIL, 1996).

A abordagem permite compreender que a universidade desempenha um importante papel na sociedade, o qual, sua função deve estar comprometida com a promoção de ações que venham contribuir para a transformação da sociedade. Seu exercício atua como um caminho que conduz a superação de problemas sociais, mediante diferentes áreas e abordagens do conhecimento e, diferentes sujeitos e atores sociais. Por essa compreensão, a universidade congrega uma pluralidade de recursos que lhe é conferido no cumprimento de suas atribuições de modo a promover a práxis social.

2.2 Extensão universitária: breves abordagens no Brasil e no mundo

Etimologicamente o termo extensão deriva do latim, *extensio,ōnis* ou *extentio,ōnis,* que significa: a ação de estender, extensão; ação de espalhar; difusão (VIEIRA, 2018). Nesse sentido, a Política Nacional de Extensão Universitária, define que "a Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FORPROEX, 2012, p. 15).

Esta política destaca que "A Extensão Universitária denota uma postura da Universidade na sociedade em que se insere" (FORPROEX, 2012, p. 28), elemento este, também característico da universidade. Chauí ao discutir sobre como deve ser a relação da universidade com a sociedade, destaca que esta é uma "instituição social", e ainda que: "[...] realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma

expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada" (CHAUÍ, 2001, p. 35). Assim, compreende-se que a universidade reflete a sociedade em que se insere.

As primeiras manifestações da extensão universitária emergem inicialmente nas universidades europeias, em meados do século XIX, na Universidade de Cambridge, Inglaterra. Segundo Frota (2017) no período marcado pela revolução industrial inglesa, as primeiras atividades extensionistas surgem com subproduto desta, e apresentavam um caráter social destinada a bolsões de pobreza e de concentração operária.

Ainda de acordo com Frota (2017) posteriormente, a extensão avança para a Bélgica, depois para a Alemanha e na sequência, alcança todo o continente europeu. No final do século XX, surgem as primeiras experiências de extensão no contexto norte-americano. Nesse contexto, apresentava uma atuação norteada por duas vertentes: a extensão cooperativa e a extensão universitária (GURGEL, 1986).

Nessa perspectiva Almeida (2015, p. 14) destaca que:

> Por uma iniciativa de professores norte-americanos que trabalhavam com educação de adultos, surge a extensão universitária, numa configuração de educação continuada que, a partir de 1885, ganha forma na educação superior quando é incluída na proposta de educação da Universidade de Chicago como atividade regular.

Nessa perspectiva, a literatura aborda a existência de duas vertentes para a concepção inicial da extensão: europeia e americana.

- Europeia – desenvolvidas no âmbito das universidades populares da Europa no século XIX. Nesse sentido, existe a predominância de uma ênfase culturalista, onde o "homem ignorante" é colocado em contato com a cultura e o conhecimento. Este pensamento é vinculado à concepção da educação continuada, destinada a toda população adulta que estivesse fora dos muros da universidade (NOGUEIRA, 2001).
- Americana – a extensão surge orientada pela ideia da prestação de serviço a partir da iniciativa de instituições oficiais (BOTOMÉ, 1996). A partir dessa experiência, originaram duas visões singulares: a cooperativa ou rural e a universitária em geral (MELO NETO, 2002). Tal vertente é orientada por uma concepção de extensão voltada à prestação de serviços, fundamentada no caráter educativo que se desenvolveu principalmente em um estágio do sistema educacional em que os modelos pedagógicos apresentados eram insatisfatórios (BOTOMÉ, 1996).

No contexto latino americano as abordagens de Carneiro (1985) e Gurgel (1986), destacam que as primeiras experiências da extensão universitária emergem a partir do movimento de Córdoba, sendo esta atividade apontada como fortalecedora da função social da universidade, objetivando a participação de segmentos universitários nas lutas sociais para

transformação da mesma. Segundo aborda Almeida (2015) o movimento universitário liderado por estudantes da Universidade de Córdoba, propôs a reforma universitária para promover a autonomia da instituição.

No que se refere ao contexto nacional Gurgel (1986) apresenta três fases do movimento de formação da extensão universitária: o pioneirismo, consiste no período compreendido entre 1912 a 1930; posteriormente têm-se as experiências isoladas de 1930 a 1968, e na sequência, o início do processo de institucionalização vigente, entre 1969 e 1976.

Norteado por essa ordem cronológica dos acontecimentos, o autor aponta um modelo híbrido de extensão adotado no contexto brasileiro na segunda metade do século XIX, a oferta de cursos de curta duração à população em geral nos moldes das universidades europeias, a realização de conferências e a prestação de serviços na área rural, conforme a experiência norte-americana.

Durante o período do Estado Novo a extensão universitária sofreu com a vigília e censura características do período, sua atuação consistia no cumprimento e manutenção da legitimação do governo sob a proposta de elevar o nível de cultura da população. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024 de 1961) apresenta uma atuação limitada à oferta de cursos a estudantes regularmente matriculados e egressos, não desempenhando ações junto à comunidade externa.

Segundo Imperatore e Pedde (2015) no referido período a União Nacional de Estudantes (UNE) realizou uma série de atividades extensionistas, desvinculadas das universidades e do caráter "difundista" e assistencialista do período, calcadas na propagação da cultura e integração da universidade para com o povo. Nesse contexto, os Centros Populares de Cultura, os Centro de Estudos Cinematográficos, o Serviço de Extensão Cultural e a UNE Volante, são exemplos das ações desenvolvidas no período compreendido entre 1960 a 1964.

No referido período as atividades desenvolvidas pela UNE assinalaram mudanças na concepção de extensão empreendida naquele contexto, concretizando ações em direção ao compromisso das universidades com as classes populares para conscientizá-las acerca de seus direitos, e contribuir com o processo de formação cidadã. Destaca-se, que em virtude da ação dos governos militares, tais ações foram suprimidas, reaparecendo somente em fases posteriores seguindo a lógica do marco regulatório.

No que lhe concerne, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) dispõe por meio do Art. 207 que "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (BRASIL, 1988). Deste modo, a universidade pública brasileira visa alcançar a

excelência do exercício de sua função social, a partir de três pilares indissociáveis que norteiam a sua ação.

Ademais, este princípio é reiterado pelas diretrizes do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileira, que estabelece, para além desse, outros quatro princípios também indissociáveis entre si, sendo eles: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e impacto e transformação social.

Conforme a concepção de Boaventura de Sousa Santos, o qual, expõe que "no século XXI só há universidade quando há formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão. Sem qualquer destes, há ensino superior, não há universidade" (2005, p. 64-65), de tal forma, salienta-se que o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não deve ser abordado de forma isolada e tem na universidade seu sentido mais intrínseco.

Conforme o Art. 43, parágrafo VII da LDB "compete à educação superior promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição" (BRASIL, 1996). Tais explanações destacam que assim como o ensino e a pesquisa a extensão tem o seu papel e merece seu lugar na universidade. Ao longo dos anos, o debate sobre a sua função social foi discutido, ampliado e reafirmado mediante planos, resoluções, diretrizes e consolidada por meio da política Nacional de Extensão Universitária. Sobre este papel, Boaventura de Sousa Santos, destaca:

> A extensão envolve uma vasta área de prestação de serviços e os seus destinatários são variados: grupos sociais populares e suas organizações; movimentos sociais; comunidades locais ou regionais; governos locais; o sector público; o sector privado. Para além de serviços prestados a destinatários bem definidos, há também toda uma outra área de prestação de serviços que tem a sociedade em geral como destinatária. (SOUSA SANTOS, 2005, p. 67).

Outrossim, compreende-se que a indissociabilidade, se considerada de forma isolada, corre-se o risco de julgá-la como um fim em si mesma, e não como meio para consolidação do projeto da universidade, no qual, existe um determinado sentido de formação, e produção de conhecimento.

A Política Nacional de Extensão Universitária (2012) apresenta como uma de suas diretrizes pactuadas no Fórum de Pró-reitores de Extensão Universitária (FORPROEX), o impacto e a transformação Social. Nessa perspectiva a atividade extensionista é apresentada como uma ação dialógica, uma atividade de caráter educacional, político, cultural, interdisciplinar.

Por essa concepção teórica Freire (1983), FORPROEX (2001: 2012), Chauí (2001) e Santos (2004) compreendem que a atividade extensionista é centrada em processos educacionais e contextos culturais, e têm nesses aparatos os suportes que orientam sua ação, bem como, promovem novos conceitos. É um processo cultural, educativo e pedagógico que segundo (CHAUÍ, 2001, p. 54) "confere às universidades uma participação ativa, na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a democracia ambiental e na defesa da diversidade cultural".

A abordagem sobre o sobre o desenvolvimento sustentável implica pensar ações que corroborem para uma transformação social orientada pelo rompimento dos paradigmas presentes na sociedade atual, tendo como fim último a sustentabilidade. Outrossim, o desenvolvimento sustentável apresenta-se como um caminho que conduz a mudanças estruturais nos atuais padrões sociais, ambientais e econômicos, políticos e culturais, no qual implica a construção de uma sociedade mais conectada com a natureza.

2.2.1 Extensão universitária: conceito, princípios e diretrizes

A extensão universitária caracteriza-se como uma das estratégias utilizadas pela universidade para a formação de um profissional cidadão, ao qual é baseada na efetiva relação recíproca do acadêmico com a comunidade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente ou para referenciar sua formação com os problemas que um dia terá que enfrentar (FORPROEX, 2001)

O I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, sediado na Universidade de Brasília, no Distrito Federal, nos dias 4 e 5 de novembro de 1987, definiu o seguinte conceito de extensão:

> Uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontra na sociedade, a oportunidade de promover a práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/ prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987, p. 11).

Esta definição confere à extensão universitária um papel educativo, pedagógico, social e político. O Plano Nacional de Extensão Universitária (2001) compreende a extensão como uma prática que interliga a universidade com as demandas da sociedade, e, a partir das

atividades de ensino e pesquisa possibilita a formação profissional cidadão, e se habilita junto à sociedade como um espaço privilegiado de produção do conhecimento para a superação das desigualdades sociais existentes.

A Política Nacional de Extensão Universitária publicada em 2012, orienta-se a partir do Plano Nacional de Extensão Universitária publicado em 1999, e evidencia o comprometimento da universidade pública com os princípios, diretrizes, objetivos e o conceito de extensão universitária. Em relação aos objetivos da atividade extensionista definidos nesta política, esta pesquisa debruça-se sobre a abordagem do princípio que trata do "**estímulo** à educação ambiental e o **desenvolvimento sustentável como componentes da atividade extensionista**" (FORPROEX, 2012, p. 10), (Grifos nossos), considerando a relação deste com o objetivo do estudo.

Ainda de acordo com esta política, a relação mais direta entre a universidade e a comunidade é proporcionada pelas atividades extensionistas, que se caracteriza como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, que orientada pelo princípio da indissociabilidade promove a interação dialógica entre universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012).

Assim, compreende-se que a extensão universitária é o mecanismo que possibilita o contato direto entre a universidade e a sociedade, e por meio dessa conexão a comunidade acadêmica promove uma interação no contexto social. Oriundo dessa relação, emerge a ideia da extensão como uma via de mão-dupla, em que universidade, a partir de um processo que lhe é característico, insere-se na comunidade e concebe um processo de troca de saberes e experiências, ação esta que desencadeia o surgimento de novos conhecimentos, pela qual, a universidade influencia e deixa-se influenciar.

A Política Nacional de Extensão (2012) reafirma a extensão universitária como um processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, o que implica em relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais, e ainda, possibilita novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e do desenvolvimento tecnológico e social do país.

> Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aquêles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que êstes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 1983, p.15).

A Política Nacional de Extensão Universitária reafirma o compromisso das universidades públicas brasileiras, destaca a importância do provimento de ações que visem a promoção da mudança social, a solidariedade, a democracia e a justiça social a partir do estabelecimento de diretrizes para as ações de extensão, reiterando a importância e a postura da universidade para com a realidade social na qual está inserida.

Freire (1983) compreende que a extensão universitária reivindica uma presença entusiasmada do sujeito em face do mundo, nesse contexto, solicita uma ação transformadora sobre a realidade e demanda uma busca contínua de conhecimento, o que, provoca processos de invenção e reinvenção, reivindica a reflexão crítica de cada sujeito sobre o ato de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao se reconhecer, percebe o "como" de seu conhecer e os condicionamentos, aos quais, o seu ato está submetido.

Nesse sentido, a atividade extensionista é orientada por uma ação dialógica, tem uma ação cultural, o qual, orienta por meio do qual, possibilita a universidade pública realizar a práxis da sua função social da universidade pública, caracterizando a atividade extensionista como uma prática cultural.

A política Nacional de Extensão Universitária destaca que a ação dialógica com o ensino e a pesquisa concebe as atividades extensionistas, oferecer à sociedade e aos governos o conhecimento, as inovações tecnológicas e os profissionais que o desenvolvimento requer, visto que:

> A mera produção de conhecimento, por si só, não leva ao desenvolvimento sustentável e ético. Pois, se o desenvolvimento econômico pode, eventualmente, ser promovido com boas teorias, tecnologias inovadoras e profissionais competentes, o desenvolvimento sustentável e humano requer mais que isso. (FORPOROEX, 2012, p.23).

Assim, é possível compreender que a extensão universitária apresenta potencialidades não apenas de sensibilizar estudantes, professores e pessoal técnico-administrativo para os problemas sociais, enquanto atividade produtora de conhecimento, contribui para a melhoria da capacidade técnica e teórica dos sujeitos, tornando-os mais capazes de oferecer subsídios aos governos na elaboração das políticas públicas, melhores equipados para desenhar, caso venham a ocupar algum cargo público, essas políticas, assim como para implementá-las e avaliá-las.

Por meio da relação com a comunidade, a extensão universitária na qualidade de atividade educativa possibilita a associação entre os saberes científico e o popular, produz conhecimento, e principalmente, possibilita a universidade ultrapassar seus muros viabilizando a promoção da cidadania, a justiça social, o compromisso social e a sustentabilidade ambiental.

Assim, compreende-se a extensão universitária como uma ação que contribui para o processo de construção, apreensão e disseminação do conhecimento, que se estende para além dos muros da universidade face à realidade em que se inseridos, e, norteados por uma ação dialógica, possibilita aos sujeitos envolvidos no processo transformar suas realidades numa perspectiva que implica o autoconhecimento e o reconhecimento do seu papel social.

A extensão universitária, é, portanto, um instrumento social e acadêmico que possibilita o contato direto entre a universidade e a sociedade, de maneira que é mediante esta relação a academia e a comunidade promovem uma interação dialógica que pode contribuir para mudanças significativas no contexto social.

O Plano Nacional de Extensão Universitária destaca esta ação como uma prática que interliga a universidade as demandas da sociedade, em que a partir das atividades de ensino e pesquisa, possibilita a formação profissional cidadã se habilitar junto à sociedade como um espaço privilegiado de produção do conhecimento para a superação das desigualdades sociais existentes.

Por meio da extensão a universidade se molda às demandas mais diretas e específicas, principalmente, as que se propõem a viabilizar o desenvolvimento territorial, orientada por um pensamento multidimensional que a conecta aos desafios e problemas sociais nos contextos mais amplos e perpassam a realidade local ou nacional.

2.2.2 Diretrizes da Extensão Universitária

A Política Nacional de Extensão Universitária enfatiza que a extensão deve, sobretudo, promover um equilíbrio entre as demandas provenientes da sociedade e as inovações que se originam no universo acadêmico. Atuando a partir das áreas temáticas, a saber: comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia e produção; trabalho (FORPROEX, 2012).

Pactuada nas concepções do (FORPROEX, 2012) esta política apresenta as diretrizes que orientam, tanto a formulação, quanto a orientação das ações de extensão universitária, são elas: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante, impacto e transformação social, como mostra a figura 1.

Figura 1 - Princípios da Extensão Universitária

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados da (FORPROEX, 2012).

A interação dialógica é a diretriz que norteia o desenvolvimento das relações entre a universidade e os demais setores da sociedade, orientada pelo diálogo e a troca de saberes entre ambos, que, por conseguinte resulta em um novo conhecimento. Destarte, segundo a Política Nacional de Extensão Universitária esta relação rompe com o discurso de uma:

> [...] hegemonia acadêmica substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. Não se trata mais de estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo (FORPROEX, 2012, p. 30).

De tal maneira, espera-se que o conhecimento gestado a partir desta diretriz colabore para a construção de uma sociedade mais ética, equânime e democrática, bem como, para a superação da desigualdade e a exclusão social (FORPROEX, 2012).

A ação extensionista consiste em um processo dialógico, sendo esse o princípio norteador da extensão, tendo em vista a importância da interação que ocorre entre a universidade e a sociedade. A pedagogia Freiriana concebe a dialogicidade como a essência da educação enquanto prática da liberdade. Por esta perspectiva de compreensão, o diálogo é um fenômeno humano, que segundo o pensamento de Freire (2005, p.89) “nos revela como algo que já poderemos dizer ser ele mesmo: a palavra. Mas, ao encontrarmos a palavra, na análise

do diálogo, como algo mais que um meio para que ele se faça, se nos impõe buscar, também, seus elementos constitutivos".

A dialogicidade é um princípio essencial para o fortalecimento da relação entre universidade e sociedade. Este antepõe a superação das condições de desigualdades e exclusão existentes na atualidade, através das ações de extensão a universidade socializa seu conhecimento e disponibiliza serviços junto a setores da sociedade, exercendo uma responsabilidade social, reafirmando o seu compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Ao compreender que a realidade social se apresenta de forma complexa, a diretriz interdisciplinaridade e interprofissionalidade parte da compreensão de que as ações voltadas para a promoção de mudanças no contexto social, devem considerar essa complexidade. Esta diretriz, busca superar a dicotomia existente entre as tecnologias de intervenção social que oscilam "entre visões holísticas, destinadas a apreender a complexidade do todo, mas condenadas a ser generalistas, e visões especializadas, destinadas a tratar especificidades, mas caracterizadas pelo parcelamento do todo" (FORPROEX, 2012, p. 30).

Deste modo, a diretriz interdisciplinaridade e interprofissionalidade no que se refere às ações de extensão, busca superar essa dicotomia, a partir da combinação da especialização, atenção as complexidades inerentes às comunidades e demais setores e grupos sociais da sociedade e visão holística. Busca materializar conceitos e metodologias advindos de várias áreas do conhecimento, fomentar a construção de coalizões interprofissionais, intersetoriais e interorganizacionais.

No que se refere a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, esta diretriz reitera a prática extensionista como uma ação acadêmica e compreende que a mesma tem maior efetividade quando vinculada ao processo de ensino e pesquisa. O princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão é fundamental, uma vez que se tem uma compreensão desta ação a partir de um viés que se estende para além do papel ofertista do conhecimento e de serviço para a sociedade, sendo a mesma um eixo importante não se limitando enquanto um fim em si mesmo.

Desse modo, a relação extensão-ensino insere o estudante como protagonista de sua formação técnica – que o qualifica para sua atuação profissional – bem como a formação cidadã – "que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social" (FORPROEX, 2012, P. 32).

Por essa perspectiva, segundo as prerrogativas do FORPROEX (2012) surge um novo conceito de "sala de aula", não mais limitado ao tradicional espaço físico de ensino-

aprendizagem. Por essa perspectiva, a "sala de aula" passa a ser todos os espaços, dentro e fora da universidade, em que se apreende e se (re) constrói o processo histórico-social em suas múltiplas determinações e expressões. Logo, o clássico eixo pedagógico fundamentado nas figuras do estudante e do professor é substituído pelo eixo "estudante - professor - comunidade".

Segundo Santos (2003) o conhecimento é em si é uma prática social, configurando-se como um trabalho característico que tem a capacidade de proporcionar sentido às práticas sociais e colaborar para a transformação da realidade. Todavia, a sociedade torna-se uma conformação de variadas formas de conhecimento, apropriadas às práticas sociais que a constitui.

Assim, a relação extensão-ensino apresenta abordagens que se aprofundam no debate acerca de um novo conceito que se estende para além da sala de aula, não se limitando somente ao espaço físico da dimensão tradicional, mas a ações que compreendem todos os espaços, dentro e fora do ambiente universitário.

No que tange a relação extensão-pesquisa o FORPROEX (2012) aborda que a mesma atua na articulação entre a universidade e a sociedade. Com o objetivo de fomentar a produção de conhecimento, esta diretriz sustenta-se, principalmente, na interface da relação universidade/comunidade, priorizando as metodologias participativas, que orientadas pela pesquisa-ação priorizam o diálogo e a participação dos atores sociais.

Ainda no que se refere a relação extensão-pesquisa, a política defende esta diretriz a partir de dois processos na vida acadêmica. O primeiro diz respeito à incorporação de estudantes de pós-graduação em ações extensionistas, sejam nos programas de mestrado, doutorado ou especialização, o que pode levar à qualificação tanto das ações extensionistas quanto da própria pós-graduação. Já o segundo consiste na produção acadêmica a partir das atividades de extensão, seja no formato de teses, dissertações, livros ou capítulos de livros, artigos em periódicos e cartilhas, seja no formato de apresentações em eventos, filmes ou outros produtos artísticos e culturais.

A diretriz impacto na formação do estudante é preconizada pela CF/88 e regulamentada pelo Plano Nacional de Extensão (2001 – 2010) (PNE), a qual, dispõem que "a participação do estudante nas ações de extensão universitária deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e a integralização de créditos logrados nas ações de Extensão Universitária" (FORPROEX, 2012, p.34).

Assim, para que as ações agreguem qualidade à formação discente, as mesmas devem possuir um projeto pedagógico que devem ser orientadas a partir de três elementos

fundamentais, a saber: a designação do professor orientador; os objetivos da ação e as competências dos atores nela envolvidos; a metodologia de avaliação da participação do estudante.

Por fim, a diretriz impacto e transformação social o FORPROEX (2012) reitera a extensão universitária como um instrumento, pela qual, se estabelece a inter-relação da universidade com os demais outros setores da sociedade, com o propósito de estimular a uma atuação transformadora, direcionada para os interesses e necessidades da maioria da população e, de forma que oportunize o desenvolvimento social e regional, bem como, o aprimoramento das políticas públicas.

É importante destacar que a diretriz impacto e transformação social decorrente da atuação da extensão universitária, não é voltada apenas para a sociedade, "[...] a própria Universidade Pública, enquanto parte da sociedade, também deve sofrer impacto, ser transformada" (FORPROEX, 2012, p. 36). Assim, compreende-se que a transformação resultante desta ação deve ocorrer de forma mútua entre os atores envolvidos na atividade extensionista.

Segundo as abordagens do FORPROEX (2012) a diretriz impacto e transformação social tem o objetivo de contribuir para um processo de (re) construção da nação, uma comunidade de destino, ou de (re) construção da polis, e da comunidade política. Destaca-se ainda que estas finalidades conferem a esta orientação um caráter essencialmente político.

Essa abordagem dialoga com o entendimento de Severino (2017) ao destacar a necessidade e a importância do envolvimento da universidade com a extensão. Desta forma, o autor afirma:

> Com efeito é graças a extensão que o pedagógico ganha sua dimensão política, porque a formação do universitário pressupõe também uma inserção no social, despertando-o para o entendimento do papel de todo o saber na instauração do social. E isso não se dá apenas pela mediação do conceito, em que se pese a imprescindibilidade do saber teórico sobre a dinâmica do processo e das relações políticas (2017, p. 32).

Conforme afirma Severino (2017) a formação universitária, caracteriza-se como o *locus* mais apropriado para esta tomada de consciência. Diante deste contexto, o autor reforça sua compreensão de que a extensão tem grande alcance pedagógico e possibilita aos estudantes vivenciarem a realidade social. Isto posto, destaca que é por meio das práticas de extensão que o jovem estudante vivencia a realidade social, neste sentido, a extensão possibilita a criação de espaços de formação pedagógica, em uma dimensão que lhe é própria e insubstituível. Este pensamento dialoga com a proposta da integralização da extensão universitária apresentada no tópico seguinte.

2.2.3 Integralização da extensão universitária

O Plano Nacional de Educação foi sancionado em 26 de junho de 2014 e tem como objetivo de promover melhorias no contexto educacional brasileiro. Para tanto, dispõem de 20 metas, que devem ser atingidas em um período de 10 (dez) anos, dentre as quais, no contexto da educação superior, a meta de número 12 (doze) consistem em:

> "Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público" (BRASIL, 2014).

Nesse contexto, o PNE apresenta estratégias a serem adotadas que visam atingir o efetivo cumprimento dos objetivos propostos, dentre as quais, destaca-se no item 12.7: "assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social" (BRASIL, 2014).

O Ministério da Educação (MEC), por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Superior (CES), por meio da resolução de 7, de 18 de dezembro de 2018 estabelece as diretrizes para a extensão no contexto da educação superior brasileira, regulamentando o disposto na estratégia 12.7 do Plano Nacional de Extensão. Nesse contexto, de acordo com esta resolução a extensão é compreendida como:

> A atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018).

Nesse sentido, a curricularização ou creditação curricular da extensão, representa um desafio para as instituições de ensino superior no contexto brasileiro, ao passo que, as incentiva não somente refletir sobre suas concepções e práticas extensionistas, bem como, a promover o alinhamento de suas ações às demandas da sociedade e à dinâmica curricular no contexto da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, atrelando teoria e prática.

O conceito de extensão universitária abordado pela curricularização é orientado a partir da concepção do FORPROEX (2012), que compreende a extensão como um processo acadêmico definido e efetivado em função das demandas sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade e da proposta pedagógica dos cursos, coerente com as políticas públicas e, indispensável à formação cidadã. Dessa forma, a extensão universitária é compreendida como

uma ação que integra a dinâmica pedagógica curricular do processo de formação e produção do conhecimento (JEZINE, 2004).

Destarte, a proposta da curricularização da extensão pressupõe uma flexibilização curricular orientada a partir do compromisso social e da responsabilidade ético-política das universidades para com a sociedade brasileira. Nesse sentido, a inserção da extensão como função acadêmica gera um universo de possibilidades, ao passo, que, entretanto, despoja entraves e dificuldades a serem enfrentados em sua implementação, compreendo, que a proposta deve envolver 100% dos discentes do ensino superior.

Para Moacir Gadotti (2017, p. 04) a curricularização da extensão universitária se articula a partir de dois contrapontos importantes "[...] de um lado, da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade, de outro, da necessária conexão da universidade com a sociedade, realçando o papel social da universidade, bem como a relevância social do ensino e da pesquisa".

A ação extensionista, tal como discorrem Almeida e Sampaio (2010) situa o sujeito aprendente no tempo presente, nas demandas de sua sociedade, apresentando-se como espaço de aprendizagem e interação com a atualidade e o tempo presente. Deste modo, torna-se um espaço privilegiado para a formação profissional, pois vai além do tecnicismo e possibilita a vivência de situações concretas da realidade cotidiana, nas quais apresenta aos atores envolvidos desafios teórico-práticos a serem solucionados. Por essa perspectiva, a creditação curricular possibilita aos discentes que se inserem nas ações de extensão conectam-se com os desafios e demandas postas no contexto em que se inserem.

A pedagogia freiriana compreende "a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação de significados" (FREIRE, 1983, p. 69). Considerando a extensão universitária como um processo educativo, é possível compreender que esta pode contribuir significativamente para que os atores da ação – e aqui vale destacar os discentes dos cursos de graduação, enquanto futuros profissionais que atuarão nas mais diversas áreas do conhecimento – não sejam indiferentes às demandas e desafios que se apresentam nos diversos contextos e realidades sociais, o que permite a extensão caracteriza-se como um espaço de ensino e aprendizagem, tendo no diálogo e na interlocução entre universidade e comunidade elementos que sustentam sua ação, e , dialogam com a concepção de Paulo Freire.

Por fim, como afirmam Almeida e Sampaio (2010) a extensão universitária pode provocar indagações sobre quais seriam as suas contribuições no processo de formação de profissionais, bem como sobre como se aprende e como se formam sujeitos de maneira que

estes contribuam para transformações necessárias ao mundo da vida, para os autores, "o caminho, nesse sentido, mais significativo é o diálogo, a comunicação com o outro e a partir do outro, mesmo que tal processo não alcance, de imediato, escala sistêmica" (2010, p. 39).

Compreendendo as raízes históricas da extensão universitária centradas a partir de práticas assistencialistas e/ou mercantis, o PNE propõe o rompimento de paradigmas, e reafirma a extensão como um processo educativo, formativo e efetivamente indissociável dos demais pilares da universidade, caracterizando a prática extensionista como um processo cultural.

2.3 Extensão universitária no contexto da Universidade Federal do Cariri

No Brasil a extensão universitária é fundamentada por meio da Política Nacional de Extensão Universitária idealizada e publicada pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão. No que lhe diz respeito, a UFCA orienta-se pela política nacional no estabelecimento de suas diretrizes, princípios e objetivos.

A inserção e legitimação da Extensão Universitária no contexto brasileiro encontra-se socialmente construído e entrelaçado à formação da universidade. Esse processo envolve uma construção histórica, em que ao longo dos anos a extensão provou o seu valor e legitimou o seu espaço no âmbito universitário, na comunidade e na sociedade, reforçando assim, a sua relevância social.

A esse despeito, Toscano (2015) destaca que no Brasil o espaço legalizado e formal ocupado pela extensão universitária se faz presente ao longo da história de suas universidades. No entanto, o entendimento do conceito da extensão, bem como o seu sentido e relevância tanto para as universidades como para a sociedade se apresentam de diferentes formas, e estão envoltos às mudanças históricas e políticas que ocorreram no país.

Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos o caminho da universidade é a Extensão, esta frase destaca a real função social da universidade, o qual, deve ser orientado pelo contexto humanizado, histórico, político e social. O autor, destaca a sua defesa pela extensão, atribuindo-lhe a construção da coesão social, bem como, o aprofundamento da democracia e a luta contra a exclusão social (SANTOS, 2005).

As transformações políticas e econômicas ocorridas no contexto mundial ao longo de séculos, coadjuvam para que a universidade repense o seu lugar e a sua função na sociedade. A experiência societária no início deste século, aponta para a organização das pessoas através dos movimentos sociais ou de outras formas de organização.

A extensão enquanto o eixo que compõe o tripé institucional da universidade que dialoga com a sociedade no desenvolvimento de programas e projetos, atua diretamente no contexto social, como destaca Monteiro e Sacramento (2011). Para estes autores, a produção de conhecimento das atividades de pesquisa está diretamente vinculada ao ensino para a socialização de parte do conhecimento produzido.

Diante deste entendimento a extensão universitária é a ação que possibilita o retorno à sociedade, "na prática", de parcela do conhecimento produzido, por meio da atuação direta de professores, técnicos e estudantes, junto a comunidades, grupos, instituições, etc. Assim, a atividade extensionista possibilita a interação de diversos atores, de diversas áreas, o que destaca o caráter interdisciplinar da ação.

No que lhe toca, a interdisciplinaridade é abordada como uma condição fundamental do ensino e da pesquisa (LEIS, 2005), um modo de pensar (MORIN, 2005), um agente articulador do ensino-aprendizagem (THIESEN, 2008), que implica em transformações individuais e institucionais como destacam Philippi Jr e Neto (2011). Enquanto um movimento contemporâneo introduz-se nas dimensões da pedagogia e epistemologia que marcam o rompimento com uma visão cartesiana e mecanicista de mundo e de educação, ao mesmo tempo assume uma concepção mais integradora, dialética e totalizadora voltada a construção do conhecimento e da prática pedagógica (PHILIPPI-JR e Neto, 2011).

A função de produtora e socializadora do conhecimento possibilita a universidade uma atuação coletiva junto à comunidade no desenvolvimento de ações que intervenham na sociedade. A extensão universitária ao dimensionar suas atividades para além do campo filosófico, político, cultural e metodológico, contribui para o fortalecimento da universidade.

Nesse processo, Almeida e Sampaio (2010) discorrem que fazem parte das ações da extensão universitária diversos sujeitos que compartilham aprendizagens e vivências, que podem ser reconhecidos diferentemente, pois vivenciam sob óticas diversas o compartilhamento da ação extensionista. Os três sujeitos mais significativos nestas vivências são os professores, os estudantes e a comunidade.

A extensão universitária envolve relações sociais e humanas constantes entre os professores, os estudantes e a comunidade. Tais relações, contudo, não sendo neutras, têm um conteúdo e um método específicos aos processos de aprendizagem construídos com sentido, e contribuem para as transformações necessárias. Dentre eles, destacamos o diálogo, a vivência de situações significativas, a experiência ética e política, o compromisso social, a emancipação e a interdisciplinaridade.

Como teoriza Jeffrey Sachs (2017) o desenvolvimento sustentável recomenda um enquadramento holístico, em que a sociedade recomenda os objetivos econômicos, sociais e ambientais. E, para tanto, um quarto objetivo precisa ser alcançado, este consiste na boa governança, que segundo o autor, implica no desempenho de muitas funções essenciais por parte dos governos para permitirem as sociedades prosperarem, nesse rol de atividades a educação é uma das quais se destaca como fundamental para a essa função.

Em consonância com este pensamento a UFCA destaca que a sua compreensão acerca do conceito de extensão "[...] está ancorada em um novo olhar, numa visão epistemológica que trabalhe os diversos saberes e conhecimentos produzidos dentro e fora dos intramuros da universidade" (UFCA, 2019, p. 10).

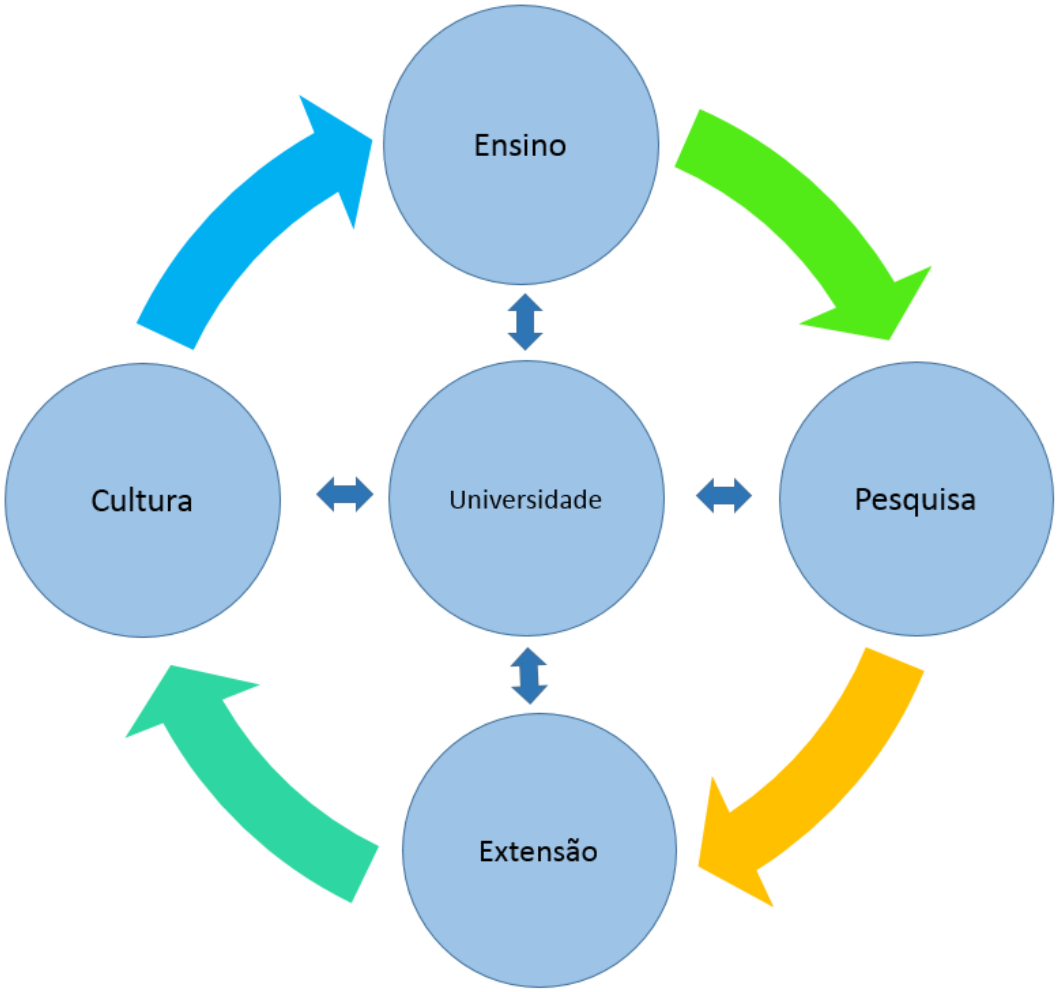
Outrossim, a resolução do Conselho Universitário da Universidade Federal do Cariri (CONSUNI), nº 42, de 22 de outubro de 2020, estabelece por meio do Art. 2, as diretrizes gerais que orientam o exercício das atividades extensionistas no âmbito da UFCA, a extensão universitária, como:

> [...] a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o **ensino, a pesquisa e a cultura**[1] (UFCA, 2020). (Grifos nossos).

Neste sentido, a UFCA elege a cultura como quarta função da universidade, assim, junto com o ensino, a pesquisa e a extensão compões os pilares norteadores desta universidade, como mostra a figura 2.

[1] No contexto da UFCA, a cultura foi inserida como quarto pilar da universidade, por meio da resolução do CONSUNI, nº 42, de 22 de outubro de 2020.

Figura 2 - Pilares da Universidade Federal do Cariri (UFCA)



Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados extraídos da UFCA (2020).

Orientada pelos princípios norteadores da extensão universitária definidos pela Política Nacional de Extensão Universitária, a UFCA estabelece como o objetivo das suas ações extensionistas "promover, entre a universidade e a sociedade, a interação dos saberes, procurando, nesse processo, socializar a cultura e o conhecimento acadêmicos e, ao mesmo tempo, enriquecer-se com os saberes extra-acadêmicos" (UFCA, 2019, p.14).

Para tanto, são definidos os seguintes objetivos específicos:

> I - Aproximar e promover o diálogo nas relações entre sociedade e universidade;
> II - Contribuir para a democratização do acesso ao conhecimento;
> III - Articular ensino, pesquisa e cultura com as demandas sociais da população, contribuindo para solução de problemas;
> IV-Contribuir para preservar e valorizar a cultura e o conhecimento, respeitando a diversidade cultural; e
> V - Reafirmar a Extensão como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade (UFCA, 2020, p. 03).

Segundo Gutiérrez e Prado, "educar-se é impregnar de sentido as práticas da vida cotidiana" (2000, p. 13). Assim, a universidade ao ser reconhecida como ator social contemporâneo busca dar conta do desafio de abrir-se à sociedade, atualmente configurada pela ideia de mercado como entidade inquestionável das relações sociais, econômicas e culturais. Compete a essa instituição fomentar novas formas de conceber a sociedade.

Segundo o Plano Nacional de Extensão compreende que "a extensão universitária é a atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da sociedade" (BRASIL, 2001, p.02). Outrossim, situa o sujeito no tempo presente, nas demandas de sua sociedade, apresentando-se como espaço de aprendizagem e interação com o mundo de hoje e no tempo presente.

A universidade é um espaço privilegiado para a formação profissional, que, ao provocar situações concretas de vivência da realidade cotidiana, por meio das ações de extensão, apresenta aos atores envolvidos no processo, desafios teórico-práticos a serem solucionados, os quais, eleva a dimensão do conhecimento para além do conhecimento técnico.

Nessa perspectiva, em consonância com as prerrogativas do FORPROEX, a UFCA concebe a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura, enquanto uma estratégia que converge para uma relação mais direta entre a universidade e a comunidade.

Do ponto de vista institucional, a missão da UFCA consiste em "promover o conhecimento crítico e socialmente comprometido para o desenvolvimento territorial sustentável" (UFCA, 2017, p. 55). Desta forma, ações acadêmicas no âmbito desta instituição tem como finalidade promover resultados em benefício da comunidade a partir de ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura que auxiliem na construção de um diálogo entre os diversos atores e segmentos sociais, apresentando alternativas para os problemas socioambientais da região do Cariri, tendo como visão "ser uma universidade de excelência em educação para a sustentabilidade por meio do Ensino, pesquisa, Extensão e Cultura" (UFCA, 2017, p.55).

No que compete aos valores a UFCA (2017) destaca: priorizar o estudante; respeitar e valorizar a diversidade; cultivar um ambiente saudável e valorizar as pessoas; primar por uma gestão participativa, ética e transparente; ser parte da comunidade e valorizar a cultura regional; comprometer-se com a responsabilidade social e sustentabilidade; e, buscar a inovação administrativa e acadêmica.

No contexto da UFCA, a Pró-reitoria de Extensão é o setor responsável pelo desenvolvimento e gerenciamento das ações de extensão desenvolvidas nesta universidade,

para tanto, em consonância com a Política Nacional de Extensão e o FORPROEX, tem como missão:

> Promover a interação transformadora entre a UFCA e os outros setores da sociedade, por meio de um processo educativo, cultural, científico e político, e que envolvam os princípios da inter-relação dialógica, da interdisciplinaridade e interprofissionalidade, da indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, e resultem em um impacto positivo na formação do estudante e na transformação social (UFCA, 2021, p. 01).

Desta forma, a PROEX tem como visão "consolidar a extensão como componente fundamental na formação do estudante da UFCA e nas ações da universidade como um todo" (UFCA, 2021, p. 01). Deste modo, em conformidade com a Política Nacional de Extensão Universitária (2014) às ações estão distribuídas em 7 (sete) áreas, a saber: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, tecnologia, produção e trabalho, e podem ser propostas por "docentes, técnicos administrativos de nível superior (quando a ação não envolver orientação de bolsistas) e estudantes da UFCA, tanto de forma individual quanto coletiva" (UFCA, 2019, p.27).

As mesmas são distribuídas em cinco modalidades (UFCA, 2019), sendo elas:

1. Programas: o conjunto formado por no mínimo três projetos e/ou outras ações de extensão, de caráter estruturante, regular, continuado e orientação para um objetivo comum, com previsão de no mínimo 1 (um) ano de execução;
2. Projetos: uma ação contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com prazo mínimo de execução de 6 (seis) meses;
3. Curso: um conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, que podem ocorrer de forma presencial ou a distância, com carga horária mínima de quatro horas, faz-se necessário o processo de avaliação formal. Os mesmos encontram-se divididos nas seguintes modalidades:
    a) Iniciação ou divulgação – tem como finalidade desenvolver noções iniciais em determinadas áreas do conhecimento, e/ ou, divulgar conhecimentos técnicos, tecnológicos, científicos, artísticos e culturais, nas diversas áreas de conhecimento, estes devem dispor de uma carga horária mínima de 04 (quatro) horas.
    b) Atualização – tem como finalidade a obtenção de novos conteúdos, bem como habilidades ou técnicas científicas, ou culturais relacionadas à determinada área de conhecimento, e devem dispor de uma carga horária mínima de 30 (trinta) horas.
    c) Treinamento e qualificação profissional – buscam socializar conhecimentos sistematizados e divulgar técnicas na respectiva área de conhecimento, com vistas ao

aprimoramento do desempenho profissional ou ao manejo mais adequado de procedimentos, ou técnicas, possuindo carga horária mínima de 60 (sessenta) horas.

d) Aperfeiçoamento – voltados para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências destinados a profissionais que já possuem graduação em uma área específica. O curso possui carga horária mínima de 180 horas e máxima de 350 horas.

4. Eventos: consiste em ações voltadas para a promoção, apresentação e divulgação das atividades de interesse técnico, social, científico e artístico acessível à comunidade externa;
5. Prestação de serviços: são trabalhos oferecidos ou contratados por terceiros, seja comunidade quanto empresa.

Vale destacar que desde o ano de 2020, quando a UFCA se filiou à iniciativa das Nações Unidas, o atendimento de metas voltadas para um dos objetivos do desenvolvimento sustentável tornou-se obrigatório nos processos de seleção de editais de concessão de bolsas a programas e projetos de extensão.

Conforme a UFCA (2019) as ações extensionistas cadastradas junto à PROEX distribuídas em 3 (três) modalidades, são elas:

1. Programa Protagonismo Estudantil (PROPE): tem como objetivos fortalecer o protagonismo estudantil na UFCA por meio da participação de estudantes de graduação em ações de extensão, das quais, buscam contribuir para o processo de formação dos estudantes, bem como, propor elementos direcionados para a efetivação do princípio institucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e cultura. Nesta modalidade os estudantes de graduação devidamente tutorados propõem uma ação de extensão à PROEX.
2. Programa de Interação Ensino e Extensão de ações (PEEX): compreende as ações de Extensão/Ensino que visam facilitar a interação entre estudantes, professores-orientadores e comunidade externa, e buscar a integração dos componentes curriculares com ações de extensão.
3. Ampla concorrência: constituem os programas e projetos de extensão elaborados pela comunidade acadêmica em geral.

O quadro 1 apresenta uma síntese das ações, modalidades e atores que compõem as ações de extensão desta universidade.

Quadro 1- Princípios, áreas, modalidades e tipos de ações de extensão da UFCA

Principios	Áreas Tematicas	Tipos de ações	Modalidades
1. Interação dialógica 2. Interdisiciplinaridade e interprofissionalidade 3. Impacto e formação do estudante 4. Impacto e transformação social 5. Propiciar conhecimento crítico e social para o DRS	1. Comunicação 2. Cultura 3. Direitos Humanos e justiça; 4. Educação 5. Meio ambiente 6. Tecnologia e produção 7. Trabalho 8. Saúde	1. Programas 2. Projetos 3. Cursos 4. Eventos 5. Prestação de serviços	1. Protagonismo Estudantil - PROPE 2. Programa Ensino e Extensão – PEEX 3. Ampla concorrência

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados extraídos em UFCA (2020)

De acordo com a UFCA (2020) as ações, em cada área temática, são executadas segundo linhas temáticas definidas pela PROEX, as quais, respeitando-se o estimulado a interdisciplinaridade, o que supõe a existência de interfaces e interações temáticas. Nessa perspectiva, destaca-se que a ênfase especial deve ser dada à participação dos setores universitários de extensão na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a maioria da população, à qualificação e educação permanente de gestores de sistemas sociais e à disponibilização de novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país.

Segundo Severino (2017) a extensão universitária se apresenta como uma exigência do ensino superior, devido aos compromissos do conhecimento e da educação para com a sociedade. Para o autor, esta responsabilidade se legitima ao expressar envolvimento com os interesses objetivos da população como um todo. Desta forma "o que se desenrola no interior da Universidade, tanto do ponto de vista da construção do conhecimento, sob o ângulo da pesquisa, como de sua transmissão, sob o ângulo do ensino, tem a ver diretamente com os interesses da sociedade" (SEVERINO, 2017, p.31). Isto posto, entende-se que a universidade desenvolve por meio da extensão universitária um compromisso social e ético, e que mediante a dimensão pedagógica e política da mesma promove mudanças na sociedade.

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico é o caminho que orienta a construção do pensamento traçado pela pesquisa científica, esta última desempenha um papel essencial para a sociedade. No entendimento de Fonseca (2002) a mesma é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento econômico e social, entretanto, é também uma condição essencial para que os indivíduos adquiram capacidades reflexivas essenciais para o exercício da cidadania pela vida afora.

Na concepção teórica de Demo (2006, p. 40) a "[...] pesquisa pode significar condição de consciência crítica e cabe como componente necessário de toda proposta emancipatória". Para tanto, não se trata, pois, de copiar a realidade, mas de reconstruí-la segundo os interesses e esperanças de cada indivíduo.

Para Ramalho e Marques (2018) a pesquisa científica diz respeito à capacidade da produção de conhecimentos adequados à compreensão de determinada realidade, bem como, fato, fenômeno ou relação social, assim, configura-se como o resultado de um processo investigativo, do qual, o principal objetivo consiste em resolver problemas e esclarecer dúvidas, por meio de procedimentos científicos.

Minayo (2011) discorre que a pesquisa científica é um elemento essencial para ciência no tocante aos questionamentos e a construção da realidade que estimula a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo, a partir da vinculação do pensamento e da ação. A mesma é conduzida por um processo metodológico, ou seja, um conjunto de técnicas, que "deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática" (2018, p.14).

Assim, este tópico apresenta o percurso metodológico que orienta o desenvolvimento desta pesquisa, que tem como objetivo analisar os reflexos das ações de extensão desenvolvidas pela UFCA na promoção do Desenvolvimento Sustentável na Região Metropolitana do Cariri, sob a perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, no período compreendido entre 2015 e 2020.

3.1 Abordagem e natureza da pesquisa

Este estudo é de natureza básica visto que "objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista" (SILVEIRA E CÓRDOVA, 2009, p. 34), e ainda, de abordagem qualitativa, considerando que a mesma "não se preocupa com

representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc." (SILVEIRA E CÓRDOVA, 2009, p. 34). Desta forma, entende-se que a pesquisa qualitativa se preocupa em entender e interpretar os fatos estudados, não se atentando exclusivamente a dados quantitativos e considerando as particularidades e singularidades de cada realidade estudada.

Conforme aborda Flick (2009a) "a pesquisa qualitativa não é mais apenas a 'pesquisa não quantitativa', tendo desenvolvido uma identidade própria (ou, talvez, várias identidades) " (2009a, p. 08). Esta "visa abordar o mundo, 'mundo lá fora' (e não em contato especializados de pesquisa, como os laboratórios) e entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos 'de dentro', de diversas maneiras diferentes" (2009a, p.08).

Assim, é possível afirmar que a pesquisa qualitativa possibilita uma interpretação dos fatos, a partir do entendimento dos fatores externos que influenciam no contexto estudado. Nesta pesquisa, o fenômeno estudado consiste nas ações de extensão e suas contribuições para o desenvolvimento sustentável, enquanto a interpretação dos fatos ocorre a partir da perspectiva dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Conforme destaca Flick (2009a, p. 08), a pode ocorrer de variadas formas:

> Analisando experiências de indivíduos ou grupos. As experiências podem estar relacionadas a histórias biográficas ou a práticas (cotidianas e profissionais), e podem ser tratadas analisando-se conhecimento, relatos de histórias do dia a dia. Examinar interações e comunicações que estejam se desenvolvendo. Isso pode ser baseado na observação e no registro de prática de interação e comunicação, bem como na análise desse material. Investigando documentos (textos, imagens, filmes ou música) ou traços semelhantes de experiências ou interações (FLICK, 2009a, 09).

Ainda segundo o autor a pesquisa qualitativa dispõe de várias características próprias, por conseguinte, "[...] parte da noção da construção social das realidades em estudo" (2009a, p.16). Por essas particularidades este modelo "[...] é de particular relevância para o estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida" (2009b, p.21).

Na concepção de Minayo (2012) na abordagem qualitativa:

> O verbo principal da análise qualitativa é compreender. Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento. Para compreender, é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total [...]. Ao buscar compreender é preciso exercitar também o entendimento das contradições: o ser que compreende, compreende na ação e na linguagem e ambas têm como características serem conflituosas e contraditórias pelos efeitos do poder, das relações sociais de produção, das desigualdades sociais e dos interesses (MINAYO, 2012, p.04).

Isto posto, Minayo (2012) destaca que na pesquisa qualitativa é preciso entender que a experiência e a vivência de um sujeito ocorrem no âmbito da história coletiva e, portanto, são

contextualizadas e envolvidas pelas particularidades do grupo e da cultura em que se insere. Reforçando, o ato de interpretar é contínuo e sobrevém à compreensão, ao passo que possibilita apropriação do que se compreende, visto que, interpretar é elaborar as possibilidades projetadas pelo que é compreendido.

3.2 Objetivos do estudo

No tocante aos objetivos o estudo é de natureza descritiva e exploratória. A primeira, conforme destaca Cervo e Bervian (2007, p. 61) "[...] observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos variáveis sem manipulá-los. Procura descobrir, com maior precisão possível, a frequência com que o fenômeno ocorre, sua relação e correlação com outros, sua natureza e suas características" (CERVO e BERVIAN, 2007, p.61). Assim, esta pesquisa observa como as ações de extensão universitária contribuem para o desenvolvimento sustentável de uma determinada região, para tanto, busca entender como estas atividades ocorrem e quais as suas inter-relações com os ODS.

No que trata ao estudo de natureza exploratória, segundo a compreensão teórica de Severino (2007) promove o levantamento de informações sobre um determinado objeto (neste contexto, as ações de extensão desenvolvidas pela UFCA), delimitando um campo de trabalho e mapeando as condições do objeto estudado (a inter-relação com os ODS).

3.3 Procedimentos técnicos

No que compete aos procedimentos técnicos, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso consubstanciado da pesquisa bibliográfica e documental. De acordo com Yin, "um estudo de caso é a investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos" (2005, p 32). Assim, esta pesquisa se propôs estudar a UFCA e as ações de extensão universitárias desenvolvidas pela mesma.

A pesquisa bibliográfica é a primeira etapa de um estudo, esta fase "[...] procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental" (CERVO, 2007, p.60). Desta forma, a mesma "utiliza-se fundamentalmente de contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto" (GIL, 2002, p.45).

Assim, este estudo utilizou-se de materiais bibliográficos como livros, artigos, dissertações, teses, manuais e relatórios de ações de extensão da UFCA, bem como publicações vinculadas ao Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), a Rede Nacional de Extensão (RENEX), e a Organização da Nações Unidas, sendo estes textos disponíveis tanto em formato impresso quanto mídia eletrônica.

No que lhe concerne, a pesquisa documental é aquela que "[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa" (GIL, 2002, p. 45). De acordo com De acordo com Flick (2009b) os documentos podem ser analisados de um modo qualitativo, tal como, ocorre com outras abordagens da pesquisa qualitativa, sendo possível utilizá-los como uma estratégia complementar a outros métodos, ou ainda, como método autônomo.

Ainda de acordo com Flick (2009b) documentos são artefatos padronizados na medida que ocorrem tipicamente em determinados formatos, tais como: notas, relatórios de caso, contratos, rascunhos, anotações, diários, estatísticas, certidões, pareceres, etc. Desta forma, esta pesquisa utilizou-se de documentos como: editais de cadastro de ações de extensão da UFCA, estatuto de criação da referida instituição, Plano institucional Estratégico, Plano de Desenvolvimento Institucional, Relatórios da ONU, e ainda diretrizes e normas do FORPROEX.

3.4 Coleta de dados

Para cada um dos objetivos específicos a coleta de dados deu-se de uma maneira específica, neste sentido, serão apresentados a seguir as etapas de realização da pesquisa de acordo com cada um dos objetivos específicos traçados.

3.4.1 Procedimento para refletir sobre a relação teórico-prática entre extensão universitária e desenvolvimento regional sustentável

Para atender o primeiro objetivo específico o estudo foi conduzido pela pesquisa bibliográfica, visando obtenção de um arcabouço teórico suficiente para dar conta de uma abordagem conceitual dos termos: universidade, extensão universitária, desenvolvimento sustentável, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Em um primeiro momento realizou-se o levantamento bibliográfico de materiais referentes aos temas apresentados. O procedimento resultou na construção de uma base bibliográfica composta por publicações, como: artigos, livros, documentos institucionais e legislações. Sendo as mesmas de origem nacional e internacional disponíveis em meios impressos e eletrônicos.

O levantamento possibilitou a construção de uma base bibliográfica, da qual, destacam-se: Jezine (2020), Sachs J. (2017), UFCA (2017), ONU (2016), FORPROEX (2012,2001), Sachs I. (2009), Cunha (2007), Saraiva (2007), Sen (2000), Freire (1983). Furtado (1980), Fávero (1968).

3.4.2 Procedimento para compreender a perspectiva concepção de extensão universitária empreendida pela UFCA a partir dos documentos institucionais

Buscou-se identificar a partir do estudo dos documentos institucionais que orientam a política de gestão da UFCA como o desenvolvimento sustentável é compreendido, pensado e trabalhado no contexto das suas ações. Para tanto, inicialmente realizou-se um levantamento dos documentos para construção de um *corpus*.

Segundo Scott (1990, *apud* FLICK 2009b) este procedimento deve atender quatro critérios: autenticidade – os documentos são de origem inquestionável? credibilidade – os documentos são assertivos ou não apresentam distorções? representatividade – o documento é típico do seu tipo? significação – o documento é coerente?

Segundo Flick (2009b, p. 233) “esse passo diz respeito a questões relativas à amostragem - o objetivo é ter uma amostra representativa de todos os documentos de um determinado tipo [...]”. Na concepção do autor, os documentos “[...] devem ser vistos como uma forma de contextualização das informações". Para tanto, foram analisados diversos documentos, os quais foram divididos em categorias, como mostra o quadro 2.

Quadro 2 - Relação de documentos (corpus) da pesquisa

	Área Temática		**Nível de Abrangência**		
Documentos Gerais	EU	DS	N	I	L
Política Nacional de Extensão Universitária	X		X		X
Lei de Diretrizes e Bases da Educação	X		X		X
Plano Nacional de Extensão Universitária	X		X		X
A Indissociabilidade Ensino-Extensão-Pesquisa	X		X		X
Plano Nacional de Educação	X		X		X
Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira	X		X		X
Documentos institucionais					
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) UFCA – 2020	X	X			X
Planejamento Estratégico Institucional (PEI) UFCA - 2025	X	X			X
Estatuto UFCA		X			X
Manual do Membro Impacto Acadêmico das Nações Unidas		X			X
Política de Gestão da Sustentabilidade	X	X	X		X
Relatório de atividade Membro UNAI 2019-2020					
Agenda 2030		X		X	
Ações de extensão					
Regulamento das ações de extensão	X	X	X		X
Editais de Cadastro de ações de extensão	X	X	X		X
Relatórios de ação de extensão 2015-2019	X	X	X		X
Manual de ações de extensão	X		X		X

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

A construção do corpus deu-se a partir de duas categorias, as quais envolveram os níveis de abrangência, partindo do macro para o micro: internacional, nacional e local (UFCA). Após essa ordenação, os documentos foram separados por áreas temáticas de abordagem: desenvolvimento sustentável, extensão universitária. Por fim, criou-se uma terceira categoria, composta pelos documentos referentes às atividades extensionistas desenvolvidas pela UFCA

3.4.3 Procedimento para identificar a inter-relação entre as práticas extensionistas desenvolvidas pela UFCA e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas

Para o alcance deste objetivo específico realizou-se um levantamento das atividades extensionistas cadastradas junto à PROEX no intervalo compreendido entre os anos de 2015 e 2020. Desta forma, utilizou-se dos relatórios das ações de extensão anual divulgados pela Pró-Reitoria de extensão da UFCA. Assim, criou-se 18 categorias de análise, correspondendo a cada um dos ODS, acrescida da categoria "não se aplica", e a partir da leitura do resumo de cada uma das ações estas foram identificadas e distribuídas ao/aos ODS correspondente, quando assim aplicável.

Após o levantamento e a identificação da inter-relação existente entre as ações de extensão e os ODS, os dados foram inseridos em tabelas e posteriormente apresentados em gráficos.

3.5 Análise e interpretação dos dados

A análise dos dados orienta-se a partir de uma abordagem dialética, visto que esta possibilita uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade. Segundo Gil (2007), os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, alheios às influências políticas, econômicas, culturais, dentre outros fatores que os envolvem.

Nesse contexto, a dialética privilegia as mudanças qualitativas e se expressa de forma naturalmente oposta a qualquer pensamento em que a ordem quantitativa se torne norma. Por fim, as pesquisas fundamentadas pelo método favorecem o uso dos procedimentos quantitativos.

Para cada uma das etapas de coleta foram utilizadas técnicas de análise e/ou tratamento para os dados obtidos, desta forma, buscando uma melhor visualização deste processo, o quadro 03 apresenta um resumo explicativo, dos objetivos, tipo de coleta e análise dos dados empregada.

Quadro 3 - Síntese metodológica da pesquisa: coleta, análise e interpretação dos dados

Objetivos específicos da pesquisa	**Coleta de dados**	**Tipo de análise**	**Interpretação dos dados**
Refletir sobre a relação teórico-prática entre extensão universitária e desenvolvimento regional sustentável	Pesquisa Bibliografia	Análise bibliográfica	Quadro explicativo Nuvem de palavras
Compreender a perspectiva de extensão universitária empreendida pela UFCA a partir de seus documentos institucionais	Pesquisa documental	Análise bibliográfica Análise documental Análise descritiva	Quadro explicativo Mapa Conceitual
Identificar a relação entre as práticas extensionistas desenvolvidas pela UFCA e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU).	Pesquisa bibliográfica Pesquisa documental	Análise bibliográfica Análise documental Análise descritiva	Quadro explicativo Gráfico Tabela

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

A análise descritiva conforme destaca Reis e Reis (2002) consiste na fase inicial do processo de estudo dos dados coletados, e contribui para organizar, resumir e descrever aspectos importantes de um conjunto de características observadas, ou ainda, comparar características entre dois ou mais conjuntos.

Segundo abordam Sá-Silva, *et al.* (2009) a análise documental possibilita ao pesquisador produzir e reelaborar conhecimentos, criar formas de compreender os fenômenos postos. Neste tipo de análise a interpretação e a explicação dos fatos é uma condição deste tipo de análise, visto que por si os mesmos não explicam nada. Destarte, compete ao investigador interpretar, sintetizar informações, determinar tendências e, na medida do possível, fazer a inferência.

Após a análise documental dos relatórios anuais das ações de extensão os dados obtidos foram representados em tabelas e gráficos que detalham o quantitativo de ODS identificados em cada um dos períodos.

Destaca-se ainda, a construção de uma nuvem de palavras com o auxílio do *software N-vivo* mediante a análise textual do resumo de cada uma das atividades de extensão desenvolvidas e apresentadas nos relatórios anuais de ações o descritivo do resumo das ações de extensão com a finalidade de apresentar por meio destas a similaridade das palavras-chaves destas ações com os ODS.

3.6 Lócus da pesquisa

O processo de industrialização promove transformações socioespaciais nas cidades brasileiras desencadeando a aglomeração dos grandes centros urbanos do Brasil. Partindo desse pressuposto, entende-se que a concentração populacional é o elemento preponderante que orienta o processo de formação dos espaços metropolitanos.

No sistema capitalista é comum identificar inúmeras disparidades entre a zona urbana e rural, fator esse que resulta por impulsionar as correntes migratórias. Neste sentido, milhares de pessoas deixam o interior dos estados em busca de melhores oportunidades e colocações no mundo do trabalho. No contexto brasileiro, o processo de migração do rural para o urbano impulsiona a transição do urbano para o metropolitano.

Diante desse contexto, segundo Castro e Holanda (2018) abordam que a reorganização dos territórios são estratégias de gestão que tem como objetivo possibilitar a resolução dos problemas urbanos que se crescem no contexto das cidades brasileiras. De um modo particular, no contexto do território cearense, tal como destaca Amora (1999) *apud*, Castro e Holanda (2018) o processo de estruturação e reestruturação do espaço cearense, identifica três níveis de assentamentos urbanos que compreendem a atual rede urbana, a saber: a metrópole, as cidades médias ou intermediárias e as pequenas cidades locais.

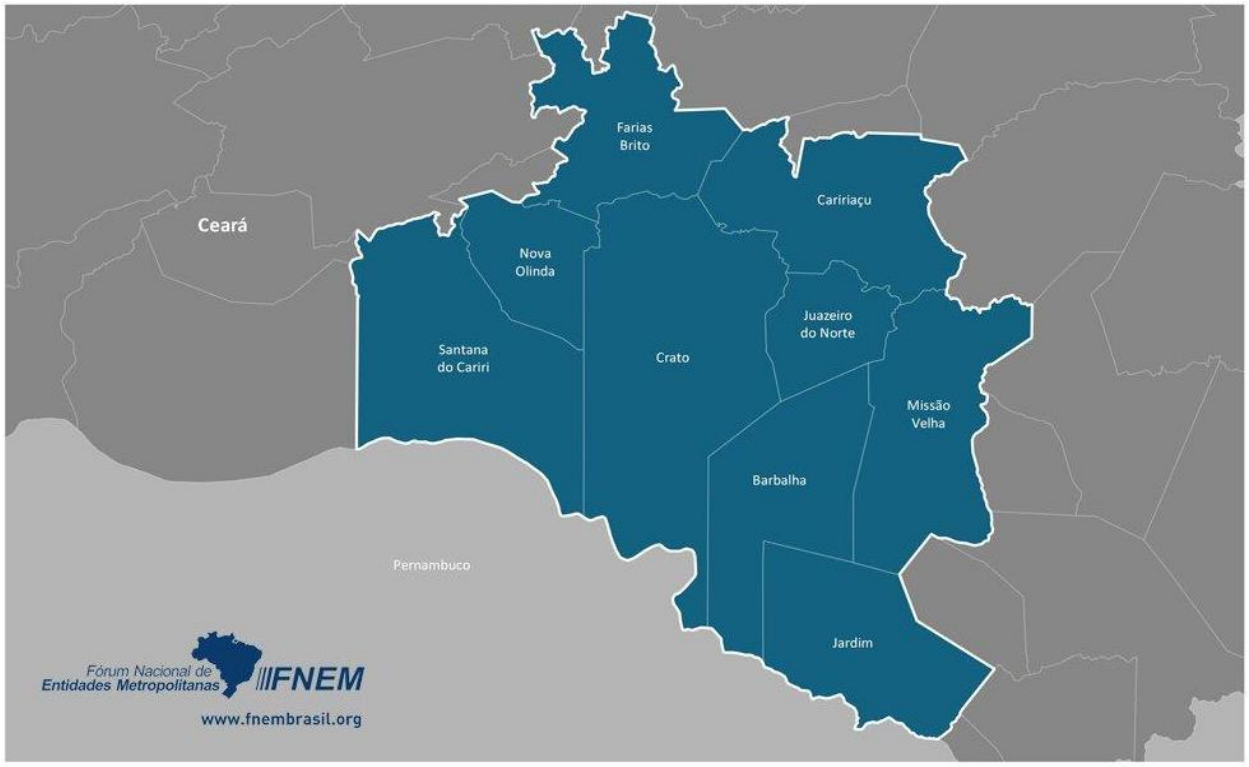
Segundo Silva (2007, p. 105) *apud* Rodrigues, Alves e Pinheiro (2014, p. 207) os recortes espaciais denominadas regiões metropolitanas "são aqueles detentores de elevada taxa

de urbanização, agrupados na forma da lei para integração e organização do planejamento e execução". Neste sentido, a criação da RM Cariri encontra-se diretamente vinculada à necessidade de compartilhar com a capital para além da atração populacional investimentos de ordem pública e privada.

A Região Metropolitana do Cariri caracteriza-se como *lócus* deste estudo, a mesma constituída pela Lei nº 78, de 29 de junho de 2009. A proposta teve como principal objetivo promover a redução das disparidades regionais existentes, resultantes do processo de urbanização heterogênea. É composta pelos três municípios do triângulo Crajubar (Crato, Juazeiro e Barbalha), e mais seis cidades limítrofes, a saber: Missão Velha, Jardim, Caririaçu, Farias Brito, Santana do Cariri e Nova Olinda. De acordo com a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) a região possui uma população aproximada e 616.454 habitantes.

Segundo Castro e Holanda (2018) a escolha dos municípios que compõem a RM Cariri ocorreu em virtude da necessidade de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum, bem como, a necessidade de uma integração socioeconômica ou de serviços entre seus principais centros urbanos, além do processo inicial de conurbação entre o núcleo formado pelo triângulo Crajubar, como é possível observar na figura 3.

Figura 3 - Região Metropolitana do Cariri Região Metropolitana do Cariri



Fonte: FNEM (2018)

Segundo Pereira e Cardoso (2020) nas últimas décadas a RM Cariri vem se crescendo economicamente dentro do cenário estadual, regional e nacional. A mesma destaca-se por ser rica em recursos naturais, possui grande influência no comercio local, na indústria (possui um dos maiores polos calçadistas do país), e conta com uma localização geograficamente favorável para o seu crescimento, por estar próxima das principais capitais do Nordeste.

Os autores abordam ainda que a região conta com programas de incentivos à educação, e tem se destacado como um polo educacional na região nordeste, e conta com a criação e expansão de diversas instituições de ensino superior, de maneira que "através de pesquisas de extensão, programas sociais, entre outras medidas que buscam melhorar a qualidade de vida da sociedade" (PEREIRA; CARDOSO, 2020, p. 04).

Assim, entende-se que a RM Cariri é uma região que tem apresentado um crescimento econômico expressivo nos últimos anos. Destaca-se ainda o crescimento do IES tanto públicas quanto privadas. Partindo da compreensão de que o crescimento e desenvolvimento apresentam características e impactos diferentes, é relevante estudar os reflexos das ações de extensão desenvolvidas pelas UFCA para o desenvolvimento sustentável da região.

4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

O entendimento de que o acesso universal à educação é uma condição necessária para promover transformações na sociedade, é um pensamento que muito se tem propagado e defendido, com pertinência inequívoca. De encontro com essa concepção, destaca-se a universidade e o papel que esta desempenha na promoção de mudanças sociais. A educação, portanto, desempenha uma função social imprescindível.

Fortalecendo esse entendimento o objetivo número quatro (04) e onze (11) dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, prevê "Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos" e ainda, "Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis" (ONU, 2016, p.15). Tais objetivos, reforçam o entendimento de que a educação e o desenvolvimento sustentável devem ser pensados de forma indissociável, como uma forma de promover mudanças significativas, no que tange a transformação social.

No contexto atual, é recorrente a defesa da educação como uma prática necessária para a transformação social. Por essa compreensão a universidade dispõe de um papel imprescindível para a práxis, atuando nas mais distintas áreas do conhecimento, regida pelos pilares, do ensino, da pesquisa, da extensão e da cultura.[2]

Diante disso, a educação superior por meio dos pilares do ensino, pesquisa, extensão e cultura, tem o compromisso social de formar profissionais que atuem nos múltiplos cenários apresentando respostas e soluções aos problemas. Com destaque para a extensão universitária, a universidade interage dialogicamente com a comunidade, como uma forma de atender as demandas postas pela mesma a partir de suas ações, projetos e programas (UFCA, 2017).

Sobre o papel da educação no contexto universitário Bemvenutti (2002) destaca que enquanto a pesquisa científica traçou para a universidade o caminho a ser percorrido que possibilita estabelecer e estreitar as relações com a sociedade, a extensão universitária vai além desse objetivo, ao abrir os portões da academia à sociedade, promovendo assim, um contato

[2]No âmbito da UFCA a cultura é instituída como quarto pilar, por meio do Estatuto da Universidade Federal do Cariri, que prevê por meio do Capítulo II, o qual, trata dos princípios desta instituição, define por meio do Art. 4°, inciso I, o "aprofundamento da relação entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura".

direto com a comunidade, que, orientada por uma interação dialógica, promove a troca de saberes entre os sujeitos protagonistas da ação.

A extensão universitária enquanto um dos três pilares da universidade pública, concebe a esta instituição a capacidade de desenvolver uma aproximação direta entre a comunidade acadêmica e a externa, por meio dessa ação, é possível associar teoria e prática, e ainda, conhecimento científico e popular, no desenvolvimento de ações, que possibilitam transformações no contexto social.

Não obstante, é interessante salientar que o contato com o ambiente universitário por si só, não promove transformações significativas. “Faz-se necessário que a educação seja de qualidade técnica e científica e, especialmente, que contribua para a construção de pessoas humanizadas, comprometidas com o mundo, a vida, com posturas éticas relevantes e consistentes” (ALMEIDA; SAMPAIO, 2010, p. 34).

A atividade extensionista confere à universidade, mediante um processo que lhe é característico, influenciar a sociedade, representada pelas comunidades mais próximas, assim, a universidade se molda às demandas mais diretas e específicas, principalmente as que se propõem a viabilizar o desenvolvimento territorial, orientada por um pensamento multidimensional que conecta a universidade aos desafios e problemas sociais nos contextos mais amplos, aos quais perpassam a realidade local ou nacional.

Este capítulo tem como objetivo apresentar abordagens teóricas que reforcem a relevância da extensão universitária enquanto prática educativa para a transformação social, tendo como elemento direcionador dessa abordagem, o desenvolvimento sustentável a partir da lógica dos ODS

4.1 Desenvolvimento sustentável: breves abordagens conceituais

Orientados por uma concepção teórica que compreende o desenvolvimento sustentável como um caminho que conduz mudanças pertinentes na sociedade comungando com os princípios da extensão universitária, este capítulo tem como objetivo realizar uma aproximação teórica entre ambos os conceitos.

Ao longo de séculos, muitos são os eventos que contribuíram para moldar o atual contexto em que a humanidade se insere nesse momento. Destaca-se dentre esses fatos a consagração do modelo capitalista como hegemônico, o avanço da tecnologia, da transnacionalização da economia, mudanças no contexto político internacional, são elementos resultantes do crescimento econômico que exercem influência nas relações sociais, econômicas,

culturais, ecológicas, ambientais, políticas, biológicas, humanitárias, dentre outras formas e ações, que consequentemente refletem na vida humana em sociedade.

Tais mudanças proporcionaram avanços positivos em várias áreas, a exemplo da comunicação, saúde, relações comerciais, política internacional, cultura, dentre tantas outras, no entanto, para além destas contribuições é possível identificar fatores negativos que refletem na vida em sociedade, neste sentido, a desigualdade econômica implica na geração da pobreza e elementos como: fome, analfabetismo, mudanças climáticas e consequências negativas que estas acarretam ao planeta, são alguns exemplos dessas disparidades.

Nessa perspectiva de análise, observa-se que a busca pelo desenvolvimento econômico possibilita a abordagem teórica sobre a dicotomia desenvolvimento x crescimento. Segundo Chacon (2014) enquanto o crescimento ocorre em termos puramente econômicos, identificado pelo aumento da quantidade produzida em um dado tempo e espaço territorial, o desenvolvimento se expressa pela distribuição equitativa dos resultados do desenvolvimento para toda a sociedade.

Desta forma, Chacon (2014) aborda que o desenvolvimento se apresenta como um conceito polissêmico, e, em meio a esse processo, muitas são as abordagens que o qualificam, tais como: social, sustentável, coletivo, integrado, etc. A autora discorre que a partir da crítica à concepção de desenvolvimento relacionado como um mero sinônimo de crescimento econômico, chegou-se a concepção (embora restrita) de desenvolvimento social e econômico, e a partir das primeiras abordagens internacionais dos riscos ambientais da ação do homem sobre a natureza chegou-se o conceito de ecodesenvolvimento.

Na obra “Desenvolvimento: includente, sustentável e sustentado” Ignacy Sachs (2008) revisa o conceito de desenvolvimento, a partir de uma perspectiva de abordagem que considera o contexto da globalização do século XXI, para tanto, adota uma concepção baseada a partir de três aspectos: social (includente), ambiental (sustentável) e econômico (sustentado). O autor expõe, essencialmente, que o crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento humano, embora destaque que um é necessário para que o outro seja alcançado.

Destaca-se que este conceito surge a partir do ecodesenvolvimento. A década de 1980 introduziu o debate sobre o desenvolvimento sustentável na agenda política para pensar o desenvolvimento econômico para além de uma ação temporal, de forma a compreender que as ações do presente devem ser pensadas para não comprometer a sobrevivência digna das gerações futuras.

O conceito de desenvolvimento Sustentável emerge na década de 1980 a partir da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMSAD), da Organização das

Nações Unidas, com o Relatório de *Brundtland*, que ao apresentar a concepção de desenvolvimento sustentável, o define como "aquele capaz de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades" (CMSAD, 2007, p. 26).

Becker (2002) aborda que a noção de desenvolvimento sustentável vem sendo utilizada como portadora de um novo projeto para a sociedade, capaz de garantir no presente e no futuro a sobrevivência dos grupos sociais e da natureza, tendo como princípio norteador o reconhecimento da insustentabilidade, bem como, da inadequação econômica, social e ambiental do padrão do desenvolvimento das sociedades contemporâneas.

Os estudos de Ignacy Sachs (2009) introduzem o conceito de ecodesenvolvimento, e compreendem a necessidade de conservação da biodiversidade como condição vital para um desenvolvimento sustentável, fundamental a harmonização das questões de âmbito sociais, ambientais e econômicas. Deste modo, a reflexão sobre o desenvolvimento sustentável remete a compressão da vida humana na terra considerando as dimensões da relação homem *versus* natureza.

Nesse contexto é fundamental para o homem enxergar-se como parte da natureza e não como objeto de dominação, característica inerente ao capitalismo. Desde a emersão do tema até os dias atuais a abordagem teórica sobre o desenvolvimento sustentável conquistou um espaço significativo no campo de debate teórico e visibilidade política no cenário mundial. Dialogar sobre o desenvolvimento sustentável implica pensar ações que convergem para uma transformação orientada pelo rompimento dos paradigmas presentes na sociedade atual, tendo como último fim a sustentabilidade.

Tais conquistas devem-se, principalmente, ao fato de que a cada dia as "patologias" que o planeta tem desenvolvido, nas mais diversas áreas, e que ao longo de séculos, se apresentam de forma expressiva, e, consequentemente, podem comprometer as condições de sobrevivência das futuras gerações. Outrossim, o desenvolvimento sustentável apresenta-se como um caminho que conduz a mudanças nos atuais padrões sociais, ambientais e econômicos, políticos e culturais e, implica na construção de uma sociedade mais conectada com os elementos naturais.

Tais mudanças ocorrem a partir de uma nova visão e compreensão de mundo, da disseminação de novas ideias, da reeducação social dos sujeitos, de maneira que estes se reconhecem como parte da natureza, desvinculando-se de uma postura alheia a esta. Segundo Simão *et al*. (2010) entre os meios de alcance da sustentabilidade, mudanças comportamentais

nas pessoas e organizações, através de ações como a responsabilidade social e as políticas públicas.

O desenvolvimento sustentável pode ser pensado enquanto caminho a percorrer em busca de um objetivo maior (ARAÚJO; PESSOA, 2019), sendo necessário para o alcance do mesmo que as pessoas, as organizações e as instituições públicas e privadas estejam envolvidas com diversos objetivos que direcionem suas ações e comportamentos para a sustentabilidade. Orientado por essa compreensão, Ignacy Sachs (2009) teoriza ser possível compreender o desenvolvimento sustentável a partir de oito dimensões, a saber: ecológica, econômica, social, cultural, psicológica, territorial, política nacional e internacional.

Nas últimas décadas, o termo desenvolvimento sustentável tem ganhado força na agenda política mundial, no entanto, ainda se encontra em construção, sem, contudo, haver um consenso sobre essa questão em meio aos pesquisadores. Contudo, é importante que toda análise considere as dimensões: econômica, social e ambiental – *triple botton line.*

Segundo Furtado (1980), o conceito de desenvolvimento está historicamente ligado a duas vertentes, a primeira diz respeito à evolução da sistemática de produção e à ideia de acumulação com o intuito de elevar a produtividade da força de trabalho, enquanto a segunda relaciona-se ao grau de satisfação das necessidades humanas.

No contexto da educação superior o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como um conjunto de iniciativas que perpassam desde o estudo e compreensão do conceito, ao fomento de iniciativas que possibilitem a construção de uma sociedade mais comprometida com a qualidade de vida na terra, até a realização de ações concretas orientadas por uma postura ética e sustentável.

O debate sobre o desenvolvimento sustentável parte de uma abordagem que o compreende como um caminho que leva a mudanças e transformações sociais. Nesse processo é fundamental que os indivíduos tenham acesso aos frutos resultantes desse desenvolvimento, nesse contexto, a equidade de acesso é um elemento fundamental.

Mediante esse debate, Sen (2010) estabelece uma abordagem do desenvolvimento destacando a liberdade como elemento central do desenvolvimento. Para o autor, o desenvolvimento visa proporcionar o aumento das escolhas humanas, de maneira inclusiva, conectada, equitativa, prudente e segura.

A visão da liberdade adotada pelo autor consiste em uma abordagem que "envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações, decisões e as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas a suas circunstâncias pessoais e sociais" (SEN, 2010, p. 31). Neste sentido,

o autor compreende serem muitas as condições que resultam no acesso ou privação da liberdade dos indivíduos.

Na concepção de Sen (2010) a privação de liberdade pode surgir por processos inadequados (dos quais, envolvem a privação de direitos de diversas gerações), ou ainda de oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para realizar o mínimo do que desejariam, considerando, que muitos indivíduos se encontram imersos em situações adversas em suas nações, das quais envolvem a fome, a miséria, analfabetismo, desemprego, dentre outras realidades das quais não têm a oportunidade de saírem desses contextos.

Ao considerar que a finalidade do desenvolvimento sustentável consiste no bem-estar das pessoas, associado à liberdade e à capacidade individual de obter a vida que deseja, é importante destacar que o desenvolvimento sustentável é um processo que requer o exercício constante de várias iniciativas e condições em favor da sustentabilidade.

Neste sentido, o autor relaciona a perspectiva da liberdade dos indivíduos a elementos constitutivos básicos, atentando-se particularmente para a expansão das "capacidades" das pessoas de levarem a vida que valorizam, das quais, podem ser aumentadas mediante as políticas públicas, com destaque para o ponto em que a gestão das políticas públicas também podem ser influenciadas pelo uso efetivo da capacidade de participação dos indivíduos, cabe aqui, o acesso ao direito social a participação popular e processos decisórios.

Nesse contexto, o autor aponta que o debate público e participação social são fundamentais para a elaboração de políticas públicas em um cenário democrático. Por sua vez, o uso de prerrogativas democráticas – tanto de liberdades políticas como direitos civis – é parte crucial do exercício da própria elaboração dessas políticas, de maneira que as liberdades participavas consistem em uns pontos centrais para a análise das políticas públicas.

Estes esforços possuem como finalidade a sustentabilidade e o seu alcance pressupõe o desenvolvimento do comportamento, que só será atingido quando houver um amadurecimento dessa ideia. O autor reforça que esse desenvolvimento sustentável é o meio determinante para a sustentabilidade, pois depende de condições, interações, comportamentos, ações e pensamentos concretos sobre o assunto. Destarte, pode ser compreendido como o cumprimento de etapas para se alcançar a sustentabilidade, o qual, tais esforços podem ser públicos e privados.

Outrossim, conforme disserta Simão *et al*. (2010, p. 36) "pensar a sustentabilidade determina o amadurecimento sustentável das pessoas e das organizações e que, entre outros comportamentos, esteja expresso nas políticas públicas". Assim, compreende-se que a busca pelo desenvolvimento sustentável deve ocorrer a partir de ações de gestão planejadas a longo

prazo e considerem todas as variáveis postas. Diante desse contexto, as políticas públicas desempenham um papel importante na superação desses desequilíbrios e na busca pela promoção de um desenvolvimento equânime.

4.2 Desenvolvimento sustentável e políticas públicas

Mediante o desenvolvimento de ações que corroboram a transformação social, as políticas públicas se apresentam como instrumentos que oportunizam o exercício dessa ação. As políticas públicas são instrumentos de operacionalização da ação do Estado, que retorna para a sociedade os recursos oriundos da arrecadação de impostos, alíquotas, tarifas e taxas. Tais retornos são operacionalizados pelos órgãos públicos estatais, mediante a operacionalização de políticas públicas de ordem: social, econômica, ambiental, distributiva, habitacional, dentre outras.

Segundo Dias e Matos (2012) uma política pública implica em uma ou mais estratégias orientadas para a solução de problemas públicos e/ou à obtenção de maiores níveis de bem-estar social. São resultantes de um processo de decisão surgido no cerne do governo em conjunto com a participação da sociedade civil, em que são estabelecidos meios, agentes e fins das ações a serem desenvolvidas para o alcance dos objetivos determinados.

Por sua vez, Bursztyn e Bursztyn (2012) apresentam um conceito de políticas públicas que as compreende como ações regulares e institucionalizadas com objetivos e fins determinados, sendo estas vinculadas a processos decisórios de governos direcionados a interesses coletivos, por este motivo diferem de ações de interesse coletivo que advém de entes não governamentais.

A concepção sociocêntrica de políticas públicas apresentada por Amorim e Boullosa (2013) permite compreender tais instrumentos de intervenção tanto a partir da esfera governamental, como por meio de organizações sociais. Nesse sentido, Amorim e Boullosa (2013, p. 61) apresentam as políticas públicas são apresentadas “como um fluxo socialmente construído, a partir das ações e intenções de uma multiatorialidade, mobilizada pelo governo de um problema de pública relevância ou pela preservação de um bem público”.

No que lhe concerne, a abordagem teórica empreendida por Leonardo Secchi compreende política pública como “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público [e] possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público” (SECCHI, 2014, p. 01).

Nas últimas décadas, muito se tem discutido na academia, nas empresas e corporações, na agenda política mundial, bem como nos discursos e no agir das pessoas, uma preocupação maior com a garantia da sobrevivência da atual e das próximas gerações, sendo o desenvolvimento sustentável apresentado como o caminho para o alcance desse objetivo.

A partir dessa abordagem sobre as políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável, tem-se observado a inserção do discurso do desenvolvimento sustentável não somente no âmbito nacional, mas ao nível internacional, deste modo, as soluções para os problemas postos devem ser pensadas para além das questões imediatas, tem-se, agora a preocupação de garantir que as próximas gerações vivam em uma sociedade mais justa, posto que é indissociável haver vida digna com qualidade sem preservar e conviver harmonicamente com o meio ambiente.

Neste entendimento, Cavalcanti (1997) disserta que o primeiro princípio a ser considerado no contexto das políticas que visam alcançar o desenvolvimento sustentável, é o de que o processo econômico deve se servir da natureza de um modo mais duradouro, sóbrio e saudável. O autor destaca que é "necessário que as políticas de governo para o desenvolvimento sustentável sejam desenhadas no contexto de princípios éticos relativos ao bem-estar das gerações atuais e futuras" (CAVALCANTI, 1997, p. 28). Para este, numa sociedade sustentável o progresso deve ser medido pela qualidade de vida das pessoas.

Conforme o Cavalcanti (1997) as políticas de governo para a sustentabilidade devem reconhecer os limites biofísicos colocados, incontrolavelmente, pela biosfera no processo econômico, destacando que o primeiro sustenta o último, e obrigando que essas iniciativas operarem em sintonia com os princípios da natureza.

Esta noção, difere da compreensão de que o meio ambiente deve ser visto como a fonte derradeira de certas funções, sem as quais a economia simplesmente não pode existir ou operar, e cujos ritmos determinam a velocidade do que pode ser feito. Com efeito, para ser sustentável, o sistema econômico deve possuir uma base estável de apoio, que reclame o respeito aos limites e capacidade de regeneração e absorção do meio ambiente, visto que, do contrário o processo econômico se tornará irremediavelmente insustentável.

Conforme destaca Cavalcanti (1997, p. 38) faz-se necessário que a formulação das políticas públicas "[...] leve a natureza em conta como um fator restritivo, cuja produtividade dos recursos naturais deve ser maximizada no curto prazo, e que a disponibilidade deve ser preservada no futuro distante e cuja integridade não pode ser deformada".

A noção de desenvolvimento sustentável representa uma alternativa ao conceito de crescimento econômico, indicando que, sem a natureza, nada pode ser produzido de forma

sólida. Ela mostra o que é possível do ponto de vista puramente material, o que deve ser confrontado com a aspiração de mais e mais riqueza que, na sociedade moderna de hoje, constitui o que é desejável.

Por fim, para encorajar todos os setores da sociedade na busca por um modelo de desenvolvimento sustentável, equitativo, economicamente eficiente e politicamente viável, é necessário considerar pelo menos três parâmetros: educação, gestão participativa, e diálogo de *stakeholderes* ou partes envolvidas, considerando que a participação contribui para elevar o envolvimento da população, criando um sentimento de responsabilidade quanto às escolhas feitas.

É importante destacar que no contexto dessa pesquisa, o desenvolvimento sustentável é compreendido enquanto um caminho que conduz as sociedades modernas a sustentabilidade, assim, a abordagem sobre esta última parte da compreensão de que uma sociedade sustentável é aquela que envolve diversos elementos que corroboram para a promoção de oportunidades equânimes para os sujeitos, qualidade vida, paz, justiça social.

Em resumo, uma sociedade em que os resultados do desenvolvimento sejam acessíveis a todos. Elementos esses que para muitos podem ser vistos como algo utópico, todavia, a literatura apresenta que a mudança de pensamento e ações pode resultar em transformações significativas em diversos contextos e realidades, condição essa que possibilita acreditar que uma nova realidade é possível.

4.3 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030

Em setembro de 2000 ocorreu na cidade de Nova York o encontro *United Nations Millennium Summit*, que reuniu líderes mundiais de 189 nações. O evento simbólico realizado no início do terceiro milênio, possibilitou às Nações Unidas a oportunidade de apresentar uma estratégia de desenvolvimento para os novos contextos e necessidades do século XXI.

O relatório da ONU apresentado às nações membro identificou alguns desafios que precisam ser enfrentados, urgentemente, por todos os povos que enquadram no âmbito das Nações Unidas, e apresentava algumas prioridades e recomenda várias medidas que deveriam ser consideradas pelos Estados membros imediatamente visando a melhoraria da vida das pessoas.

A Proposta parte da compreensão de que é fundamental que a globalização e os seus eventos atuem com uma forma positiva, e possa promover melhorias na qualidade de vida dos seres humanos, como destaca o relatório publicado pela ONU:

> O desafio central que enfrentamos hoje é garantir que a globalização se torne uma força positiva para todos os povos do mundo, em vez de deixar bilhões deles para trás na miséria. A globalização inclusiva deve ser construída sobre a grande força capacitadora do mercado, mas as forças do mercado por si só não o conseguirão. Requer um esforço mais amplo para criar um futuro compartilhado, baseado em nossa humanidade comum em toda a sua diversidade (ONU, 2000, p. 04).

Por ocasião do encontro a Declaração do Milênio das Nações Unidas foi discutida e posteriormente aprovada em 2001 na Assembleia Geral das Nações Unidas, que estabeleceu os 08 (oito) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e consistem em proporcionar um melhor desenvolvimento das sociedades até o ano de 2015, são eles: erradicar a pobreza extrema e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combate HIV / AIDS, malária e outras doenças, garantir sustentabilidade ambiental, desenvolva uma parceria global para o desenvolvimento.

Em setembro de 2015, representantes dos 193 Estados-membros da ONU se reuniram na sede das Nações Unidas, na cidade de Nova York, ao fim do encontro os chefes de Estado reconheceram que a erradicação da pobreza, em todos os aspectos e dimensões, é o maior desafio global, e, portanto, um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

O encontro resultou no compromisso das nações-membros em adotarem medidas transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos, sem, contudo, "deixar ninguém para trás", assim, adotaram o documento "Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável".

Na condição de Agenda mundial os ODS visam conduzir o planeta rumo ao desenvolvimento sustentável até 2030. Os objetivos e metas demonstram a grandeza e avidez de uma nova agenda universal, se propõem alcançar a efetivação dos direitos humanos de todos os povos, a obtenção da igualdade de gênero, bem como o empoderamento feminino, além da erradicação da pobreza e o fortalecimento da paz universal e da liberdade. Tais objetivos são integrados, indivisíveis e juntos às três dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável (ONU, 2016).

A ONU compreende a Agenda 2030 como "extremamente ambiciosa e transformadora" (ONU, 2016, p. 08). Nesse sentido, os objetivos e metas estabelecidos na mesma, se aplicam a todos os países, tanto, os denominados desenvolvidos como aqueles em fase de desenvolvimento. De tal forma, esses objetivos se apresentam de forma integrada e indivisível, e mesclam, de maneira equilibrada, às três dimensões do desenvolvimento sustentável.

Aceita por todos os países e aplicável a todos, a Agenda 2030 considera as diferentes realidades nacionais, bem como, as potencialidades, as capacidades e os níveis de desenvolvimento de cada nação, destarte, respeita a política, as particularidades e as prioridades de cada nação.

A Agenda 2030 apresenta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que se constituem em uma agenda mundial cuja meta é conduzir o planeta rumo ao desenvolvimento sustentável até 2030. Nesse sentido, são elencados 17 objetivos (elencados abaixo) que compreendem 169 metas.

Quadro 4 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)

	Objetivo do Desenvolvimento Sustentável da ONU
1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.
4	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.
5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos
7	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.
8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.
9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
14	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: (ONU, 2016, p. 15).

A Agenda 2030 apresenta objetivos que envolvem diversas áreas e buscam possibilitar a todas as 193 nações que compõem a Agenda 2030 condições dignas, inclusão social, garantia e efetivação de direito, e, participação no processo de desenvolvimento econômico das nações, de maneira a valorizar toda forma de vida e os recursos naturais.

A participação nos processos sociais e o acesso a recursos trabalhados na referida Agenda apresenta um diálogo com a abordagem teórica de desenvolvida por Amartya Sen no

que compete ao desenvolvimento sustentável em sua obra “Desenvolvimento como liberdade”, a partir da sua compreensão acerca do desenvolvimento sustentável pela lógica da liberdade, segundo o autor como já foi abordado anteriormente neste trabalho.

Figura 4 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados extraídos em ONU (2021)

Como exercício intelectual, o desenvolvimento sustentável tenta compreender, na concepção de Jeffrey Sachs (2017) as interações de três sistemas complexos, a saber: a economia mundial, a sociedade global e o ambiente físico da Terra. Para o autor, o desenvolvimento sustentável é também uma concessão normativa do mundo, sugerindo um conjunto de objetivos a que o mundo devia inspirar. Nessa perspectiva destaca que as nações do mundo adotarão os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável precisamente para ajudar a orientar o rumo futuro do desenvolvimento econômico e social do planeta.

O desenvolvimento sustentável constitui tanto um modo de olhar o mundo, focando as interligações da mudança econômica social e ambiental, quanto um modo de descrever nossas aspirações conjuntas de viver uma existência decente, combinando o desenvolvimento

econômico, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. “[...] é, em resumo, tanto uma teoria analítica, quanto um enquadramento “normativo” ou ético” (SACHS J, 2017, p. 21)

No que lhe concerne, o desenvolvimento sustentável no seu sentido normativo ou ético “sugere um mundo em que o progresso econômico seja generalizado, a pobreza extrema eliminada, a confiança social encorajada por políticas que fortaleçam a comunidade e o ambiente protegidos da degradação provocada pelo homem” (SACHS J, 2017. p. 22)

O desenvolvimento sustentável é apresentado na concepção do autor, como uma interação complexa de sistemas econômicos, sociais, ambientais e políticos, no entanto, enquanto visão normativa ou ética do mundo, atua como uma maneira de definir objetivos de uma sociedade que funcione bem, de maneira a oferecer bem-estar os seus cidadãos das gerações presentes e futuras. “A ideia principal do desenvolvimento nesse sentido normativo é levar-nos a ter uma visão holística do que devia ser uma boa sociedade” (SACHS J, 2017. p. 23).

No entanto, o autor destaca que existe pelo menos cinco problemas que estão diretamente relacionados a distribuição do bem-estar, são eles: a pobreza extrema, a desigualdade, a mobilidade social, a discriminação e a coesão social.

> O desenvolvimento sustentável aborda estas questões, apelando à sociedade pelo fim da pobreza extrema, pela redução das disparidades notórias entre ricos e pobres, por um elevado grau de mobilidade social, incluindo boas oportunidades de vidas para as crianças nascidas na pobreza, pela ausência de descriminação com base no gênero, raça, religião ou etnia e pelo reforço da confiança social, do apoio mútuo, de valores morais e da coesão. Podemos resumir estes objetivos na expressão inclusão social (SACHS J, 2017, p. 32).

Por essa compreensão, a qual, o desenvolvimento sustentável é compreendido por um sentido normativo e ético que condiciona a inclusão social, é possível aproximar teoricamente essa definição aos ODS, tendo em vista, que enquanto uma Agenda mundial, os mesmos se propõem possibilitar as nações membros do pacto transformarem as suas sociedades, sem, contudo, “deixar ninguém para trás”, reforçando a perspectiva da inclusão social abordada por Sachs.

Muitas são as dificuldades que perpassam a mudança e a ruptura de paradigmas historicamente construídos, durante muito tempo, a sociedade foi orientada por um pensamento moldado sob a concepção do modelo capitalista, em que, o desenvolvimento era compreendido mediante uma visão limitada que o relacionava ao crescimento econômico, ao longo de anos, essa compreensão foi desconstruída e passou-se a ter o entendimento que crescimento econômico e desenvolvimento são elementos distintos.

Orientados por essa concepção, o desenvolvimento sustentável emerge e ganha destaque no debate contemporâneo, e dadas as situações atuais em que o mundo se encontra, a cada dia, a idealização de viver em uma sociedade sustentável se apresenta como um caminho necessário a percorrer. Como discorrem, Gutiérrez e Prado "o desafio da sociedade sustentável de hoje é criar novas formas de ser e de estar nesse mundo" (2013, p. 35). Nesse contexto, os ODS se apresentam como elementos norteadores que orientam as nações no cumprimento de metas que possibilitam aos povos transformarem o meio em que vivem, construir uma sociedade mais equânime e inclusiva, orientada pelo pensamento ético, tendo a sustentabilidade como um meio a se alcançar.

No âmbito desta pesquisa destaca-se que a abordagem teórica possui relação direta com os objetivos quatro e onze, que abordam respectivamente: a educação de qualidade e as cidades e comunidades sustentáveis. Orientados pelo entendimento de que a extensão universitária enquanto uma ação educativa, que possibilita a universidade exercer a sua função social e transformar a realidade em que se insere, é possível compreender que a educação e o desenvolvimento sustentável devem ser pensados de forma indissociável, como uma forma de promover mudanças significativas e a transformação social. Por sua vez, a meta 4.7 do ODS4 consiste, em:

> Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para **promover o desenvolvimento sustentável**, inclusive, entre outros**, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável** e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, **cidadania global** e valorização da diversidade cultural e da **contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável** (ONU, 2016) (Grifos nossos).

Outrossim, compreende-se que as instituições de ensino do século XXI desempenham um importante papel na disseminação e fomento de uma cultura voltada para a promoção do desenvolvimento sustentável. Assim, esta abordagem instiga uma reflexão sobre o papel das universidades na totalidade.

A universidade e as políticas de educação superior, tem potencial para contribuir na construção de sociedades justas e equânimes, que favoreçam a igualdade entre os seres humanos, no pleno respeito de suas singularidades e particularidades. As concepções e desafios que se equacionam nesse contexto consistem principalmente "na construção do futuro, na possibilidade de construir uma universidade cidadã, onde os ideais de igualdade, justiça social e liberdade sejam os princípios norteadores de todas as mudanças e reformas a adotar neste vasto sector da educação superior" (TSOUROS *et al.* 1998, p.33). Autor destaca, ainda:

> De modo amplo, a universidade caracteriza-se como um ambiente em que alunos deveriam desenvolver independência e aprender habilidades para toda a vida mediante vivências de experimentação e exploração; as mudanças na educação superior têm oportunizado que as universidades se tornem ambientes onde profissionais maduros também possam passar por processos de aprendizagem; uma universidade é um recurso e uma parceira para comunidades locais (TSOUROS *et al.* 1998, p.33).

Esta definição concebe a universidade como uma instituição que consegue influenciar a vida dos indivíduos, tanto da comunidade acadêmica, quanto a externa. Ao desenvolver sua prática precípua está instituição contribui para a disseminação e produção do conhecimento, bem como o reforço ao exercício da cidadania enquanto uma prática social.

A universidade enquanto produtora e disseminadora do conhecimento desempenha um papel primordial na construção social, cultural, política e econômica de uma nação, seja pela oferta da educação ou pelo desenvolvimento de iniciativas tecnológicas e sociais que envolvem a comunidade acadêmica e demais setores da sociedade. Nesse processo a indissociabilidade entre os pilares que orientam sua função institucional corrobora para uma responsabilidade social que ultrapassa seus muros e exigências legais comuns, para uma verdadeira imersão à promoção da cidadania, à justiça social, ao desenvolvimento sustentável e à sustentabilidade.

4.4 O desenvolvimento sustentável no contexto da UFCA

A Universidade Federal de Cariri é uma instituição pública federal de ensino superior criada pela Lei n.º 12.826, de 5 de junho de 2013, através do desmembramento da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui sede administrativa no município de Juazeiro do Norte e inserção regional e atuação em múltiplos campi (Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Brejo Santo e Icó).

Enquanto uma instituição de ensino superior de caráter público a universidade carrega um compromisso social que lhe é inerente, sendo esta a transformação social, que por sua vez, ocorre a partir de diversas frentes de atuação e envolvem diversas áreas. Tendo em vista a concretização deste papel, a universidade elege elementos norteadores que devem conduzi-la ao exercício dessa função social voltada para a promoção de uma nova realidade social.

Deste modo, a Universidade Federal do Cariri busca cumprir seus objetivos e metas estabelecidas no PDI, de maneira a considerar as necessidades sociais, econômicas, políticas e culturais da sociedade, bem como as características da região onde atua (UFCA, 2017). Por conseguinte, o desenvolvimento sustentável no contexto da UFCA encontra-se presente em alguns dos documentos institucionais que orientam as suas ações, através das suas metas, princípios e objetivos, como é possível identificar no quadro 4.

Quadro 5 - Documentos institucionais que inserem o desenvolvimento sustentável como princípio das ações da UFCA

Documento	Perspectiva para o Desenvolvimento Sustentável	Objetivo
Estatuto da Universidade Federal do Cariri	Estabelece o compromisso com o desenvolvimento sustentável.	- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; - Formar profissionais para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira; - Desenvolver atividades de extensão que aproximem os níveis básico e superior.
Plano de Desenvolvimento Institucional	Define a instituição quanto a filosofia de trabalho, a missão, a visão, as diretrizes pedagógicas que orientam as ações, a estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que desenvolve e que pretende desenvolver.	- Dinamizar a gestão institucional, articular ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura, acelerando o ritmo de desenvolvimento social e econômico e formando cidadãos capazes de transformar a realidade social pela construção de uma sociedade sustentável, tornando-se centro de excelência na produção acadêmica, cientifica, tecnológica e cultural, com a produção de conhecimento de valor para a sociedade.
Planejamento Estratégico Institucional	Estabelece a educação para a sustentabilidade na centralidade de suas ações.	- Formar profissionais para aturarem no desenvolvimento territorial sustentável;
Política de Gestão da Sustentabilidade	Estabelece princípios e diretrizes genéricos de sustentabilidade a serem aplicados em todos e níveis e setores administrativos e acadêmicos.	- Promover conhecimento crítico e socialmente comprometido para o desenvolvimento territorial sustentável; - Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e a dinâmica cultural
Regulamento das Ações de Extensão	Prevê o Desenvolvimento Regional Sustentável como diretriz para aprovação e avaliação dos programa e projetos e extensão.	- Colaborar na criação de espaços de convergência que estimulem a integração entre as unidades acadêmicas para o desenvolvimento de ações de extensão.

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Outrossim, diante dessa perspectiva diante do que trata os princípios norteadores da ação da Universidade Federal do Cariri, é possível destacar que o desenvolvimento sustentável se apresenta como um dos elementos norteadores das ações desenvolvidas pela UFCA, seja no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da cultura, sendo assim, encontra-se presente nos documentos institucionais que direcionam o desenvolvimento estratégico da instituição. Assim:

> Ao eleger a educação para a sustentabilidade como foco central das ações a serem desenvolvidas pela UFCA, o PEI e o PDI mostram o compromisso com todas as dimensões que devem nortear o processo de desenvolvimento. As dimensões Social, Cultural, Ambiental, Econômica e Política-Institucional devem ser percebidas e trabalhadas em conjunto, de modo a estimular as potencialidades do território em que a UFCA está inserida (CHACON, 2016, p.20).

Atendendo a esta prerrogativa, o PDI da UFCA destaca como objetivo principal desta universidade:

> [...] conceber profissionais a partir de uma concreta concepção científica, tecnológica, humana e artística, preparando-os para absorver, desenvolver, aplicar e difundir novos conhecimentos, orientado pela busca o desenvolvimento territorial sustentável" (UFCA, 2017, p. 101-102).

Os objetivos estratégicos de uma organização se constituem enquanto os fins que devem ser buscados para o cumprimento de sua missão institucional, bem como, o alcance de sua visão de futuro. Atuam como um elo entre as diretrizes da instituição e seu referencial estratégico. Assim, no contexto da UFCA, é possível identificar a correlação entre os princípios da extensão universitária, o desenvolvimento sustentável e os ODS.

Outrossim, é possível apontar alguns dos objetivos estratégicos descritos no Planejamento Estratégico Institucional (PEI), os quais, são voltados para o atendimento de demandas que envolvem a promoção do desenvolvimento regional sustentável, a indissociabilidade entre as ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura, a aproximação com a comunidade local, a integração entre a universidade e a comunidade, o compromisso com a sustentabilidade, dentre outros objetivos voltados para a transformação social, são eles:

Quadro 6 - Objetivos Estratégicos da UFCA que apresentam inter-relação com os ODS

Código	Objetivo estratégico	Descrição	ODS
OE-1	Formação de pessoas capazes de participar em ações transformadoras da sociedade.	Auxiliar a formação de cidadãos com responsabilidade e compromisso com o desenvolvimento sustentável, cientes das dimensões cultural, ambiental e socioeconômica	ODS-04 ODS-08 ODS-10 ODS-11
OE-2	Contribuição para o desenvolvimento socioeconômico e a dinâmica cultural.	Atuar para que as ações da UFCA tenham impacto significativo na dinâmica do desenvolvimento socioeconômico e na cultura local. Esta atuação deve ser pautada pelo respeito à diversidade cultural e às práticas já existentes, sem, contudo, renunciar uma perspectiva crítica e da proposição de novos modelos e soluções para os dilemas existentes na região.	ODA-01 ODS-08 ODS-11 ODS-12
OE-3	Intensificar e integrar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura.	Buscar o fortalecimento das ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura, ao mesmo tempo em que se promove a articulação entre estas dimensões, tendo-se em vista os objetivos comuns da universidade.	ODS-04
OE-4	Alinhar, consolidar e criar cursos em consonância com a estratégia.	Aumentar o número de vagas discentes na UFCA com a implantação de novos cursos de graduação e pós-graduação e expansão dos cursos já existentes, visando ao cumprimento do papel transformador e desenvolvedor do território no qual está inserida a UFCA. Cumpre ressaltar que a melhoria dos cursos já existentes também deve ser foco permanente	ODS-04 ODS-10 ODS-11
OE-5	Promover metodologias educacionais adequada.	Fazer com que as estratégias didático-pedagógicas descritas nos projetos pedagógicos dos cursos gerem impacto positivo no processo de aprendizagem do estudante, não só na dimensão quantitativa, mas também qualitativa.	ODS-04

OE-6	Implantar e integrar sistemas de informação corporativo.	Prover sistemas de informação capazes de apoiar a gestão na tomada de decisão, tendo como foco principal a melhoria no ensino, pesquisa, extensão e cultura.	ODS-04
OE-7	Integrar a universidade com a comunidade e promover a internacionalização	A universidade desenvolverá sua inserção e contribuição social por meio das ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura, de modo a contribuir para o diálogo com os diversos atores e segmentos sociais; e da apresentação de alternativas para os problemas socioambientais da região do Cariri. Divulgar a UFCA e promover a interação com organismos e instituições internacionais por acordos de cooperação, objetivando fomentar as atividades acadêmicas em âmbito internacional e possibilitar o intercâmbio de pessoas.	ODS-04 ODS-11 ODS-17
OE-15	Redimensionar e ampliar a infraestrutura física e tecnológica, com foco na sustentabilidade	Adequar os espaços físicos existentes e dimensionar os futuros, de maneira a atender as necessidades pontuais e coletivas da comunidade acadêmica, comprometendo-se com o conforto, modernidade e uso de novas tecnologias construtivas que utilizem os recursos naturais de forma inteligente para atingir gradativamente a sustentabilidade.	ODS-12

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados extraídos em UFCA (2017, p. 70-72)

Ao definir o desenvolvimento sustentável como um dos princípios norteadores das suas ações a Universidade Federal do Cariri se compromete com o planejamento e execução de ações destinadas ao atendimento deste fim, em atendimento a este compromisso aprovou a Política de Gestão de Sustentabilidade (PGS) da UFCA em 21 de junho de 2018 através do Conselho Superior *Pro Tempore* da UFCA (CONSUP), que estabelece por meio do Artigo 1:

> [...] princípios e diretrizes genéricos de sustentabilidade a serem aplicados por todos os setores administrativos e acadêmicos, em todos os níveis de gestão (estratégico, tático e operacional) e ampla natureza de ações, incluindo: I - Políticas e planos; II - Processos, projetos e atividades; III - Produtos, serviços e ativos" (UFCA, 2018, p. 02).

Assim, a Política de Gestão de Sustentabilidade estabelece e orienta ações a serem desenvolvidas com este propósito, orientando-se a partir da definição apresentada no Relatório de *Brundtland*, que compreende o desenvolvimento sustentável como aquele, que:

> [...] satisfaz às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. Refere-se à integração de objetivos de alta qualidade de vida, saúde e prosperidade com justiça social e manutenção da capacidade da Terra de suportar a vida em toda a sua diversidade. Esses objetivos sociais, econômicos e ambientais são interdependentes e reforçam-se mutuamente. O desenvolvimento sustentável pode ser tratado como uma forma de expressar as expectativas mais amplas da sociedade como um todo. Assim, trata-se do caminho para se alcançar a sustentabilidade (UFCA, 2018, p. 03).

Ao defini-lo como elemento norteador em seu referencial estratégico (missão, visão e valores) a UFCA passa a atuar no desenvolvimento de ações que contribuam direta ou indiretamente na implantação de uma cultura sustentável institucional, e na promoção de ações que corroborem para a sustentabilidade.

A atuação da UFCA contempla diversas ações voltadas à conscientização, sensibilização e promoção de uma cultura sustentável em todos os seus *campi* e setores, bem como a gestão da comunidade acadêmica e externa atuando em prol do estabelecimento da perspectiva da sustentabilidade, das quais, destacam-se como principais estratégias de atuação a Política de Gerenciamento da Sustentabilidade, o Plano de Logística Sustentável (PLS) e a educação para a sustentabilidade.

A gestão da sustentabilidade é uma ação que compreende a articulação, a gestão da instituição e da comunidade acadêmica na elaboração, implementação e acompanhamento de uma PGS tendo em vista a promoção da responsabilidade socioambiental, eficiência econômica e sustentabilidade econômico-financeira da Universidade (UFCA, 2019).

A atividade de gestão ocorre mediante a sensibilização da comunidade acadêmica, por meio de ações de educação para sustentabilidade, para a incorporação da sustentabilidade nas suas práticas cotidianas e para a construção de um ambiente universitário mais sustentável.

O Plano de Logística Sustentável é uma ferramenta de planejamento formalizada pela instrução normativa n°10 de 2012, que apresenta objetivos e responsabilidades definidas, bem como: metas, ações, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, este coletivo de iniciativa permite a entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na administração pública (BRASIL, 2012).

No contexto da UFCA, o Plano de Logística Sustentável é previsto pela Resolução nº 18/CONSUP de 21 de junho de 2018 que aprova a Política de Gestão da Sustentabilidade e, aprovado pela resolução nº 24/CONSUP de 16 de agosto de 2018, e resulta em benefícios, como: licitações sustentáveis; sustentabilidade nas obras e manutenção; redução do consumo de materiais como papel e copos descartáveis; promoção da coleta seletiva e gestão de resíduos sólidos; uso consciente da água; eficiência no consumo de energia elétrica; implantação de práticas de otimização da limpeza e telefonia. Estes refletem sobre os pilares financeiros, sociais, culturais, ambientais e educacionais institucionais (UFCA, 2019).

As atribuições da Logística de Sustentabilidade tem como objetivo elaboração e implementação do PLS da UFCA, visando propor e monitorar iniciativas de sustentabilidade nas áreas de: tratamento e reuso de água, esgoto e efluentes de laboratórios; ações de coleta seletiva, tratamento, recuperação e reciclagem de resíduos; logística reversa; economia do consumo de água e energia; estruturação e utilização de fontes alternativas de energia; ações nas áreas de saneamento, conservação, redução de impacto e de recuperação ambiental;

Isto posto, visando manter o compromisso em desenvolver uma política sustentável que tem o desenvolvimento sustentável como princípio condutor das ações e política de gestão, em

11 de outubro de 2019 UFCA alinhou-se como membro do Impacto Acadêmico das Nações Unidas (UNAI) que consiste em um programa da Divisão de Divulgação do Departamento de Comunicações Globais das Nações Unidas.

A UNAI enquanto uma iniciativa das Nações Unidas alinha instituições de ensino superior e de pesquisas às Nações Unidas. Atualmente envolve mais de 1300 entidades presentes em mais de 130 países. Para orientar as suas ações, a iniciativa definiu dez (10) princípios que dialogam com os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU, com as quais, as instituições alinhadas devem se comprometer, conforme o manual de filiação da UNAI, são eles:

> 1. Compromisso de abordar as questões da pobreza por meio da educação;
> 2. Compromisso com a capacitação em sistemas de ensino superior em todo o mundo;
> 3. Compromisso com a oportunidade educacional para todas as pessoas, independentemente de gênero, raça, religião ou etnia;
> 4. Compromisso com o incentivo à cidadania global por meio da educação;
> 5. Compromisso com a oportunidade para cada indivíduo interessado em adquirir as habilidades e conhecimentos necessários à prossecução do ensino superior;
> 6. Compromisso com os direitos humanos, entre eles a liberdade de investigação, opinião e fala;
> 7. Compromisso de promover o diálogo intercultural e a compreensão, e o "Desaprender" da intolerância, através da educação;
> 8. Compromisso de promover a paz e a resolução de conflitos por meio da educação;
> 9. Compromisso com a promoção da sustentabilidade por meio da educação;
> 10. Compromisso com os princípios inerentes à Carta das Nações Unidas. (ONU, 2019, p. 04).

Ao se alinharem a Organização das Nações Unidas por meio da UNAI, as instituições membros devem atuar no fomento e promoção dos princípios desta iniciativa nos seus "campus e comunidades, envolvendo professores, funcionários e alunos na realização de pelo menos uma nova atividade a cada ano deverá abordar ativamente pelo menos um dos dez princípios básicos" (UFCA, 2019, p. 02).

Em atendimento a esta prerrogativa, desde 2019 a UFCA tem desenvolvido atividades que destacam seu compromisso com a UNAI e os seus princípios. No âmbito das da extensão desde o referido ano, os editais e chamadas de fomento às ações, projetos e programas fomentados pela PROEX indicam que as mesmas deverão contemplar um novo objetivo dos 17 ODS que compõem a Agenda 2030 a cada ano.

5 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA)

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados desta pesquisa, que foram obtidos por meio do mapeamento das ações de extensão desenvolvidas no contexto da UFCA, no período compreendido entre 2015 e 2020, buscando por meio destes, destacar quantitativamente o impacto das ações de extensão desenvolvidas por esta instituição na RM Cariri.

Dado que o desenvolvimento sustentável se apresenta como um modelo que direciona o avanço da sociedade, orientada por uma relação harmônica que concilia crescimento econômico, compromisso social e o meio ambiente em um contexto que valoriza a relação homem x natureza. O conceito está relacionado ao equilíbrio entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais, neste capítulo serão apresentados os achados obtidos a partir dessa pesquisa de maneira a considerar as 03 (três) dimensões do desenvolvimento sustentável a partir das ações de extensão promovidas pela UFCA.

Os capítulos anteriores abordaram conceitualmente os temas: universidade, extensão universitária, desenvolvimento sustentável e objetivos do desenvolvimento sustentável, com o intuito de promover uma aproximação teórica entre os mesmos, desta forma, este capítulo visa apresentar os achados que atendem aos objetivos específicos traçados neste estudo.

5.1 Extensão universitária, desenvolvimento sustentável e ODS

Em um contexto social em que as pessoas são afetadas constantemente por diversos, agravantes sociais, como: a fome, a pobreza, a poluição, a seca, a violência, a desigualdade de gênero, o desemprego, o analfabetismo, dentre tantas outras questões de ordem social, a garantia dos direitos se constituem enquanto a principal medida de enfrentamento e superação destas problemáticas.

Na perspectiva de Sen (2010) o crescimento econômico pode contribuir para o aumento das liberdades individuais e a eliminação das privações, porém, não pode ser entendido como sinônimo de desenvolvimento. A Agenda 2030 consiste em um pacto cujo objetivo é tornar o mundo um lugar mais resiliente e sustentável, os objetivos que a compõem representam a concretização dos direitos humanos em suas mais diversas gerações. Neste contexto, a extensão universitária se apresenta como uma iniciativa que desenvolve práticas alinhadas à garantia de

direitos, a atuação em 08 (oito) áreas possuem inter-relação com diversos campos do direito e ODS.

Considerando que a UFCA se compromete com a promoção do desenvolvimento sustentável na sua cultura de gestão, estando este compromisso reafirmado em alguns dos seus documentos institucionais que orientam a sua atuação, e ainda na política de Gestão da Sustentabilidade que envolve um conjunto de práticas voltadas para a sustentabilidade, este tópico apresenta um mapeamento das ações desenvolvidas no contexto da UFCA, comprometidas com a promoção do desenvolvimento sustentável e para a sustentabilidade.

É importante destacar que a sustentabilidade é abordada nesse contexto, considerando que segundo Barbieri (2014) visto que o desenvolvimento sustentável recomenda um legado constante de uma geração para a outra, para que assim todas possam suprir suas necessidades, a sustentabilidade consiste na qualidade daquilo que é sustentável, portanto, integra o sentido de manutenção e preservação *ad aeterno* dos recursos naturais. Para tanto, o autor destaca que esta tarefa:

> [...] exige avanços científicos e tecnológicos que ampliem permanentemente a capacidade de utilizar, recuperar e conservar esses recursos, bem como novos conceitos de necessidades humanas para aliviar as pressões da sociedade sobre esses" (BARBIERI, 2014, p. 33).

Segundo Alves (2019) a partir da adoção dos ODS, emerge o debate sobre as problemáticas que cercam a execução da Agenda e a concretização de ações que resultem em impactos positivos no alcance dos objetivos, destacando que a própria Agenda destaca que a busca pelo alcance das metas é uma responsabilidade de todos, assim:

> [...] a participação efetiva dos chamados *stakeholders* como o setor privado, terciário, sociedade civil, academia, e outros que detenham o potencial de contribuir com a implementação da agenda é necessária (ALVES, 2019, p. 16).

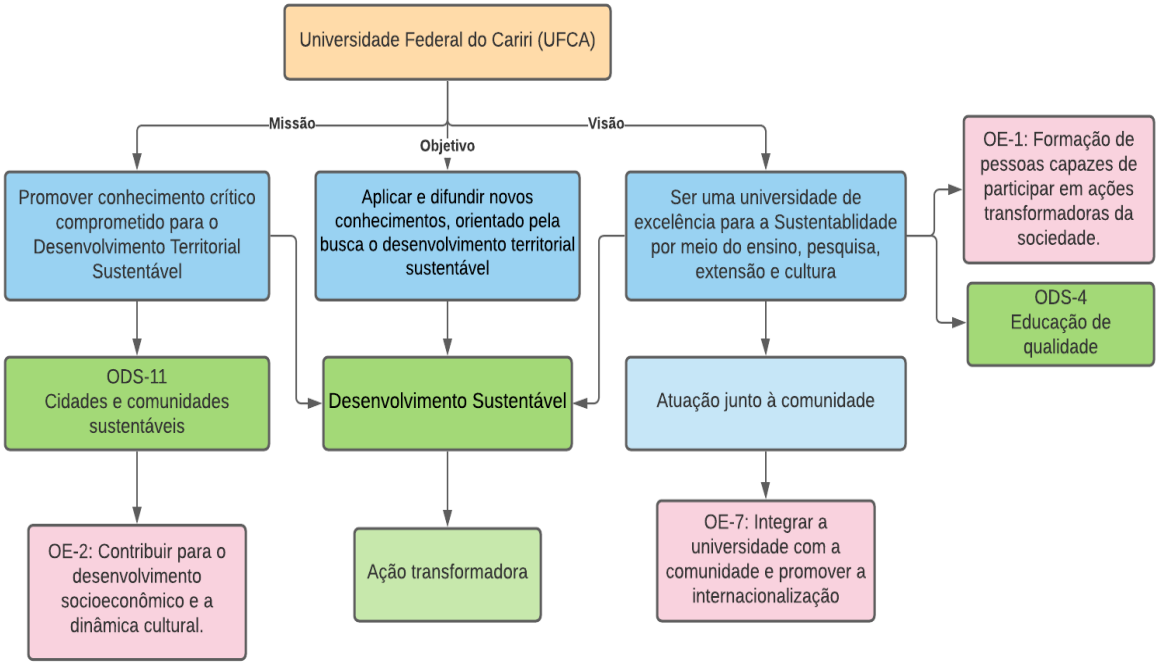
Considerando a indissociabilidade entre as ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura, alicerces basilares da universidade, ao abordar sobre a relação entre extensão universitária, desenvolvimento sustentável e objetivos do desenvolvimento sustentável, é interessante conhecer algumas ações voltadas para a promoção de uma cultura sustentável no âmbito da UFCA, visto que a indivisibilidade dos pilares que norteiam sua ação.

A concepção do exercício e da prática da extensão estabelecidas pelas diretrizes e princípios da Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, estabelece por meio do art. 6º. "II - compreende o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade", e ainda "VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes,

voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira" (BRASIL, 2018).

Assim, compreende-se que a UFCA desenvolve uma política de gestão voltada para a promoção do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade, sendo esta reforçada através dos documentos institucionais e atuação junto às iniciativas e órgãos cuja missão é fortalecer o compromisso com o desenvolvimento sustentável. Deste modo, a figura 4, retrata a relação entre a missão, visão e objetivo desta Instituição de Ensino Superior (IES), com o desenvolvimento sustentável e os ODS.

Figura 5 - Inter-relação entre os Princípios Institucionais da UFCA, Desenvolvimento Sustentável e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: elaborado pela autora (2021)

A figura 5 representa a inter-relação dos objetivos estratégicos da UFCA com alguns dos ODS, a mesma busca apresentar de forma ilustrativa o compromisso desta instituição no desenvolvimento que ações que colaborem para a promoção do desenvolvimento sustentável no campo do conhecimento teórico, na formação profissional dos discentes na realidade em que se inserem mediante às ações de extensão.

Dando continuidade à identificação de uma inter-relação entre os principais conceitos desse estudo, a figura 3 é uma nuvem de palavras construída a partir dos resumos das ações de extensão desenvolvidas na UFCA entre os anos de 2015 e 2020.

Figura 6 - Palavras-chave das Ações de Extensão da UFCA (2015-2020)

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados extraídos da UFCA (2015-2020)

A figura 6 destaca as palavras que apresentam uma maior incidência nos textos. A mesma destaca palavras-chave, como: extensão, universidade, educação, projeto, desenvolvimento, comunidade, a saúde, etc. ao considerar os objetivos e metas da Agenda 2030 é possível relacionar algumas dessas palavras aos ODS- 3, 4, e 11.

No contexto da Agenda 2030, a educação, a ciência e a inovação são tópicos abordados em diversas metas, desta forma, a universidade desempenha um papel fundamental no cumprimento de tais objetivos. Nessa perspectiva, Kestin *et al* (2017) destaca que as universidades são fundamentais na execução dos ODS, visto que estas instituições são espaços de formação e disseminação de conhecimento, para os autores "as universidades são há muito tempo impulsionadoras poderosas de inovação global, nacional e local, desenvolvimento econômico e bem-estar social" (2017, p. 7).

Diante dessa compreensão, Alves (2019) reforça que a universidade, além do conhecimento, pode contribuir com soluções para as adversidades que envolvem a implementação da Agenda 2030, bem como, meios eficientes para o alcance dos objetivos,

através de inovações, oportunidades e tecnologias que podem contribuir para o alcance dos ODS. Para o autor:

> As universidades são instituições complexas, diversificadas, que abarcam práticas sociais, econômicas e ambientais, principalmente em escalas locais e regionais. Estas entidades contribuem reiteradamente com o progresso global, com a adoção dos ODS em sua estrutura interna, o impacto se desdobraria nas mais diversas esferas da sociedade (ALVES, 2019, p. 53).

A educação de qualidade é uma condição fundamental para grandes mudanças e a obtenção de impactos positivos na sociedade, as quais englobam diversas áreas e setores, e ainda no desenvolvimento sustentável e diversas dimensões. Assim, "os ODS reconhecem a importância da educação para o desenvolvimento sustentável através do ODS 4, que apela para fornecer uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos" (KESTIN *et al*, 2017, p. 11).

É importante destacar que as universidades não se resumem a estrutura física, e tão pouco, ao corpo docente, aos alunos e funcionários, para além desses sujeitos a comunidade externa se configura como uma extensão dessa instituição, assim, no que compete aos ODS as ações extensionistas representam, para além do exercício de uma função social, um conjunto de iniciativas que corroboram para o alcance das metas propostas pelos objetivos do desenvolvimento sustentável.

A inter-relação entre os ODS, a universidade e a extensão ocorrem de diversas formas, assim, é possível destacar que a função precípua da universidade possui uma estreita relação com o ODS-4, visto que a Agenda 2030 estabelece como princípio e compromisso para este objetivo:

> [...] fornecer a educação inclusiva e equitativa de qualidade em todos os níveis – na primeira infância, nos ensinos fundamental, médio, superior, técnico e profissional. Todas as pessoas, independentemente de sexo, idade, raça ou etnia, assim como as pessoas com deficiência, os migrantes, os povos indígenas, as crianças e os jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, devem ter acesso a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida que os ajudem a adquirir os conhecimentos e as habilidades necessários para explorar oportunidades e participar plenamente da sociedade. (ONU, 2016, p .07).

A CF/88 insere e assegura a educação como um direito social. Segundo Panizzi (2002) a educação é um bem público, e, portanto, sua função social reitera a universidade como a instituição promotora do debate e da reflexão. A autora compreende que as IES têm uma importância, extraordinária, para a sociedade, sendo essas um espaço de "diversidade cultural e da pluralidade ideológica, do debate e do diálogo que constroem sujeitos e coletividades, da crítica comprometida com a ética, que busca ser verdadeira e justa" ((PANIZZI, 2002, p. 13).

A educação permite a manutenção da coesão social e do bem-estar individual, no âmbito da universidade, e de modo mais específico das ações de extensão, destaca-se as atividades extensionistas possibilitam:

> [...] a construção de uma proposta de transformação social no sentido de promover ações que dirigiram as necessidades dos sujeitos envolvidos e auxiliam no seu crescimento enquanto pessoas, tanto por parte de acadêmicos que participam destas ações, quanto das populações que são alvo delas (MEDEIROS, 2017, p. 14).

Nesse processo, destaca-se que a relação com a sociedade é necessária e indispensável, visto que estabelece um diálogo entre o saber acadêmico e o popular (NOGUEIRA, 2016). A extensão contribui para a construção participativa de um novo modelo de desenvolvimento social, cultural, ambiental e economicamente sustentável.

Diante dessa compreensão o tópico a seguir apresenta dados que expressam o papel da extensão universitária na promoção de ações que colaborem para desenvolvimento sustentável e suas diversas dimensões e os ODS.

5.2 Dados da extensão universitária na UFCA

Este tópico apresenta o quantitativo das ações de extensão universitária desenvolvidas no âmbito da UFCA, no período compreendido entre 2015 e 2020. Desta maneira, busca-se apresentar a expressividade e contribuição desta universidade na promoção do desenvolvimento sustentável na região em que atual, e ainda, identificar quais ODS são contemplados por meio dessas ações, visto que:

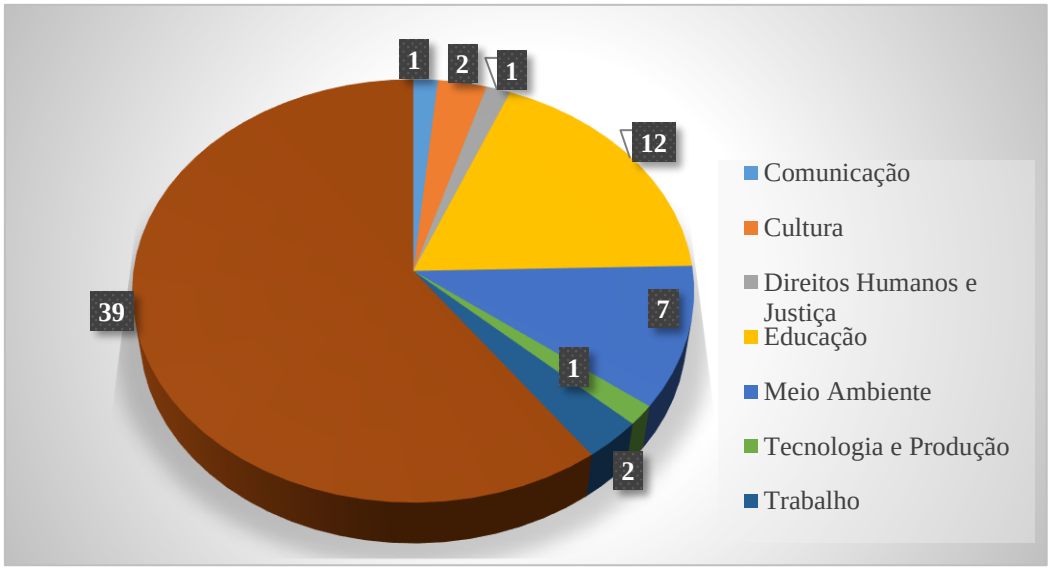
> A relação entre as universidades e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável tende a produzir resultados satisfatórios em uma via de mão dupla [...] onde a academia colabora com a implementação da Agenda 2030, enquanto os ODS oferecem uma nova perspectiva de crescimento para as instituições de ensino superior (ALVES, 2019, p. 70).

Os dados a seguir representam o quantitativo das ações desenvolvidas, as áreas de atuação e os ODS, aos quais se relacionam, no período compreendido entre 2015 e 2020. As informações foram extraídas dos relatórios anuais publicados pela Proex. É importante destacar que estes documentos não apresentam uma padronização na forma como estes dados foram apresentados. Nos anos de 2015 e 2016 as informações limitavam-se a categoria da ação e o resumo da ação[3], nos anos posteriores outras informações foram inseridas, como: a modalidade

[3]Nos relatórios anuais de 2015 e 2016 algumas das ações não apresentou a ausência do resumo, o que impossibilitou a identificação da área de atuação, objetivo e ODS as quais estas ações.

da ação, o número de bolsas ofertadas, o quantitativo do público direto e indireto que participaram das atividades.

Gráfico 1 - Ações de Extensão da UFCA – 2015



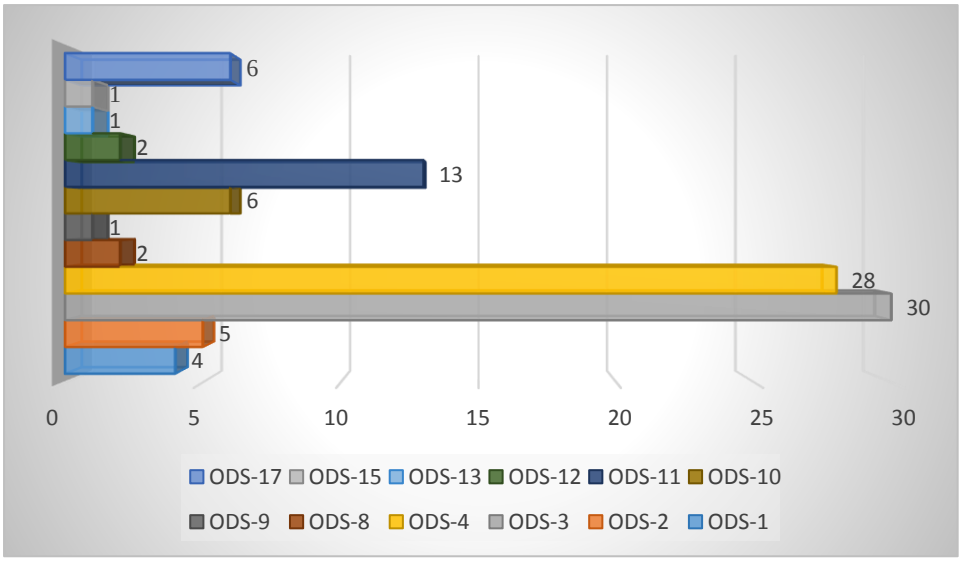
Fonte: elaborado pela autora a partir de dados extraídos da UFCA (2015)

O gráfico 1, representa o quantitativo do levantamento das ações de extensão desenvolvidas na UFCA no ano de 2015. Foram desenvolvidas 65 ações de extensão na UFCA, das quais, são 11 programas e 41 projetos. A contagem e a distribuição das áreas temáticas de cada ação ocorreram a partir do estudo do relatório das ações de extensão disponibilizado pela UFCA no período.

Vale salientar que o documento analisado apresentou a ausência da descrição do resumo de 13 das ações descritas, que por esse motivo ficaram sem a devida classificação quanto à modalidade da ação. As ações foram realizadas nos municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Icó e Brejo Santo.

Quanto à relação dos programas e projetos desenvolvidos com os objetivos do desenvolvimento sustentável, a partir da leitura do resumo destes, identificou-se que das 65 ações executadas, 48 relacionam-se com algum ODS.

Gráfico 2 - ODS Contemplados nas Ações de Extensão da UFCA – 2015



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados extraídos da UFCA (2016)

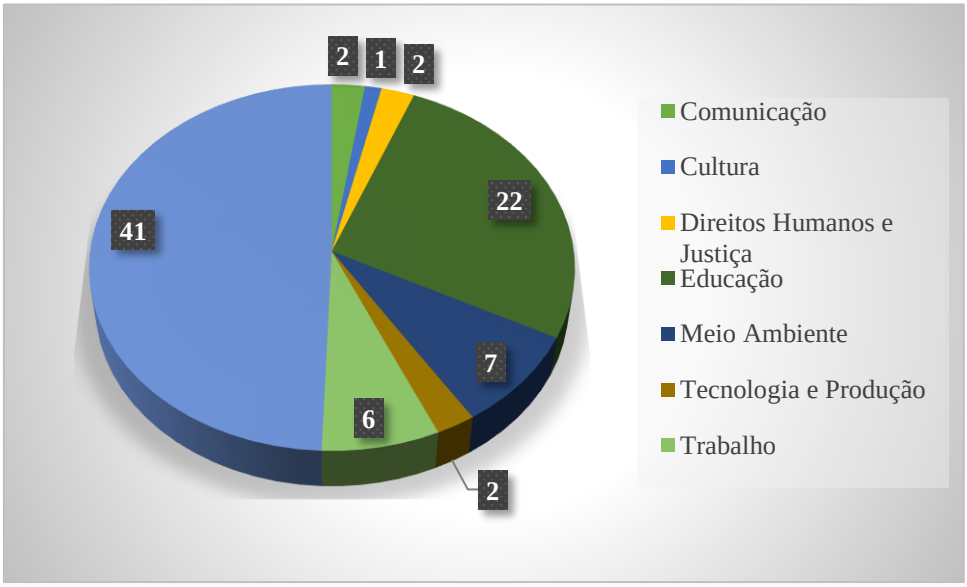
É importante destacar que algumas destas ações contemplam mais de um objetivo, desta forma o estudo identificou a relação das ações de extensão de 12 dos 17 destes objetivos. Observa-se o predomínio das ações ligadas ao ODS-3 (saúde e bem-estar). Este número pode estar associado ao fato de que 60% das ações cadastradas correspondem à área de saúde, por isso, apresentam uma relação mais direta com o objetivo.

Segundo Rodrigues *et al.* (2013) o cumprimento de metas da Agenda 2030 a universidade:

> [...] possui um papel central na formação de líderes e cidadãos capazes de exercer atividades voltadas à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, através dela os estudantes colocam em prática seus conhecimentos, ao mesmo tempo em que permite que a comunidade externa usufrua e se beneficie destas atividades e até mesmo compreenda qual seu papel no processo de alcance dos ODS. (RODRIGUES *et al*, 2013, p.58).

Percebe-se que o ODS-4 “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2015), possui uma relação direta com a função social da universidade, e encontra na extensão um agente social que possibilita o desenvolvimento de ações que corroboram para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em suas diversas dimensões.

Gráfico 3 - Ações de Extensão da UFCA – 2016

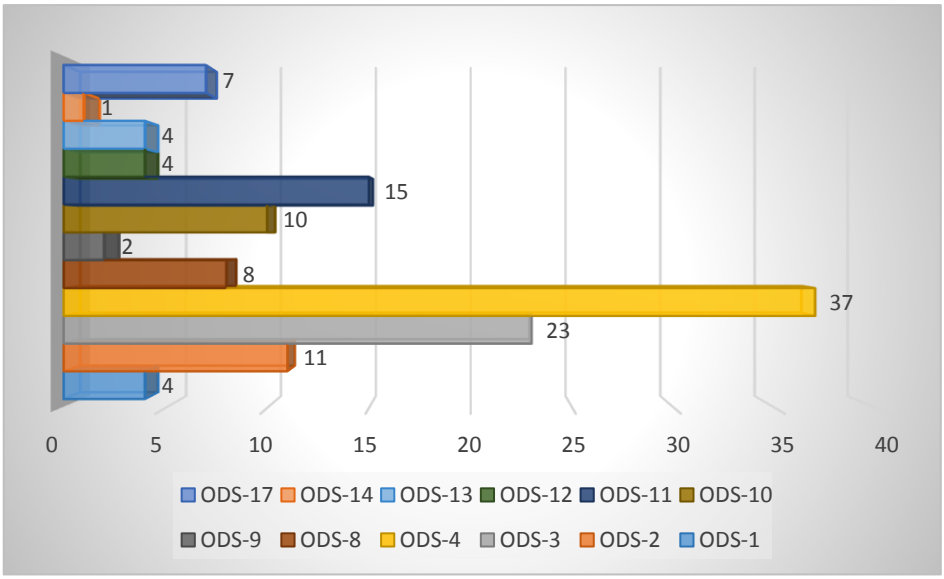


Fonte: elaborado pela autora a partir de dados extraídos da UFCA (2015-2020)

No ano de 2016, observou-se a predominância das ações vinculadas à área de saúde, que corresponde a quase 49% das atividades executadas no período, seguidas pela área de educação, e quando comparado ao ano anterior houve um aumento de 27,69% no quantitativo das ações desenvolvidas no período.

No que tange a inter-relação das ações com os ODS, o levantamento identificou que 68 ações se relacionam com pelo menos um dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Como no ano de 2015 foram identificados 12 dos 17 ODS previstos na Agenda 2030, como é possível observar no gráfico 4:

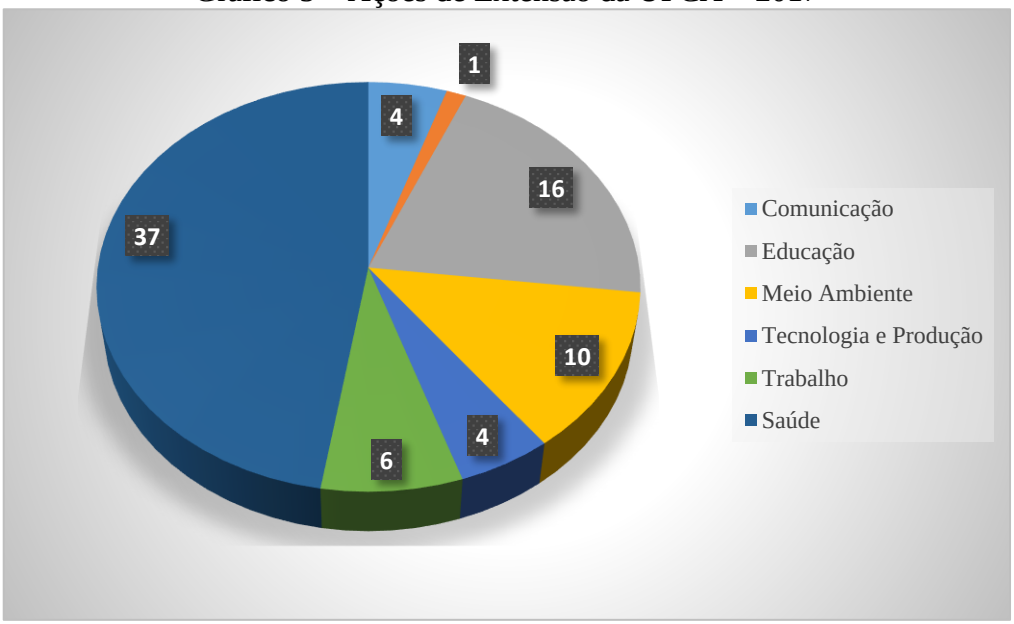
Gráfico 4 - ODS Contemplados nas Ações de Extensão da UFCA – 2016



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados extraídos da UFCA (2016)

Em 2017 foram executadas 78 ações de extensão, destas 57 são projetos e 21 programas. Em relação ao ano anterior, observa-se uma redução de 9,39% em relação ao número de ações desenvolvidas em 2016, como observa-se no gráfico 5:

Gráfico 5 – Ações de Extensão da UFCA – 2017



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados extraídos da UFCA (2017)

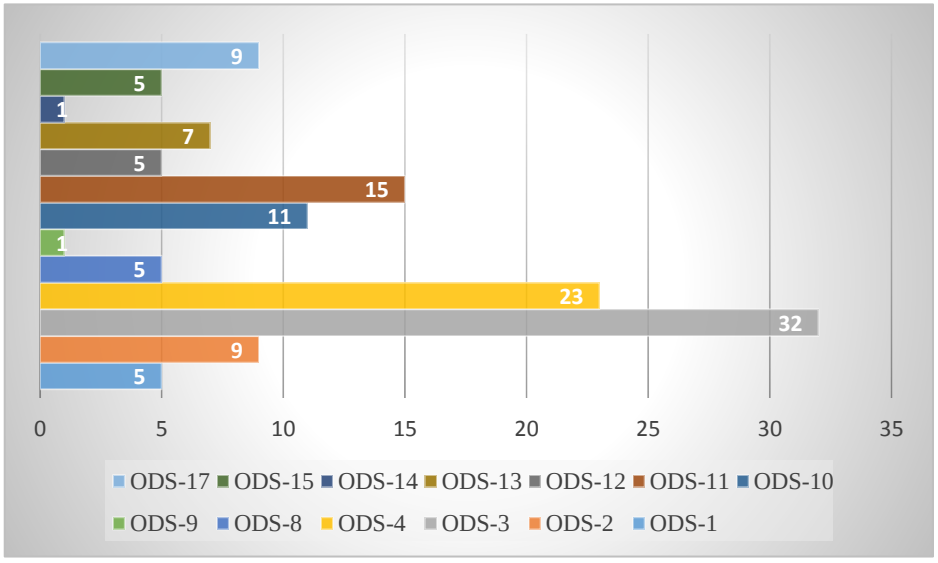
A redução do quantitativo de ações executadas no período por estar vinculada ao corte de verbas e o contingenciamento de R$ 42,1 bilhões destinados a gastos das contas públicas promovido pelo governo Federal, que se estendeu às instituições do ensino superior, desse montante 4,3 bilhões eram destinados ao Ministério da Educação.

Em abril daquele ano, o presidente Michel Temer anunciou um corte de 15% nos recursos destinados às despesas de capital e ao custeio de universidades e institutos federais do país. Além da interferência na consolidação das instituições de ensino superior em ações como, cursos, obras, assistência estudantil, concursos, etc.

O corte de recursos financeiros refletiu também nas ações de extensão visto que os serviços destinados à realização de atividades externas e visitas à comunidade são minimizadas para reduzir gastos, como: o custeio de combustível para o transporte de bolsistas e coordenadores de ações até as comunidades onde as atividades acontecem, a realização de eventos; despesas com o transporte de docentes e discentes; despesas de custeio; dentre outras.

No que compete aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável contemplados nas ações realizadas no período, é possível identificar que 65 das 78 ações apresentaram inter-relação com pelo menos um dos ODS, e de modo mais expressivo destacam-se os ODS -3, 4 e 11.

Gráfico 6 – ODS Contemplados nas Ações de Extensão da UFCA – 2017



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados extraídos em UFCA (2017)

O ano de 2018, diferentemente do ano anterior, apresentou um aumento do número de executadas, foram cadastradas 105 ações vinculadas à modalidade ampla concorrência e ao PROPE. No período em questão, a Proex lançou o primeiro edital de Programas de Protagonismo Estudantil, que tem como objetivo "fortalecer o protagonismo estudantil no âmbito da UFCA por meio da participação em projetos de extensão" (UFCA, 2017, p. 01). A ação dialoga com o objetivo estratégico de número 02 (dois) do PDI desta instituição, que prevê a "Formação de pessoas capazes de participar em ações transformadoras da sociedade" (UFCA, 2017, p.76),

O programa visa ainda, atender a diretrizes da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão da Política Nacional da Extensão Universitária que coloca o estudante como "protagonista de sua formação técnica – processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional – e de sua formação cidadã – processo que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social" (FORPROEX, 2012, p.32)

Neste sentido, de acordo com a perspectiva teórica e Segundo Calil-Stamato:

> O exercício do protagonismo abre aos estudantes novas possibilidades de interação, fortalecendo sua capacidade de buscar soluções para as dificuldades e tomar decisões sobre sua atuação na comunidade, gerando mudanças significativas em seu modo de ser e se colocar no mundo" (2010, p. 04).

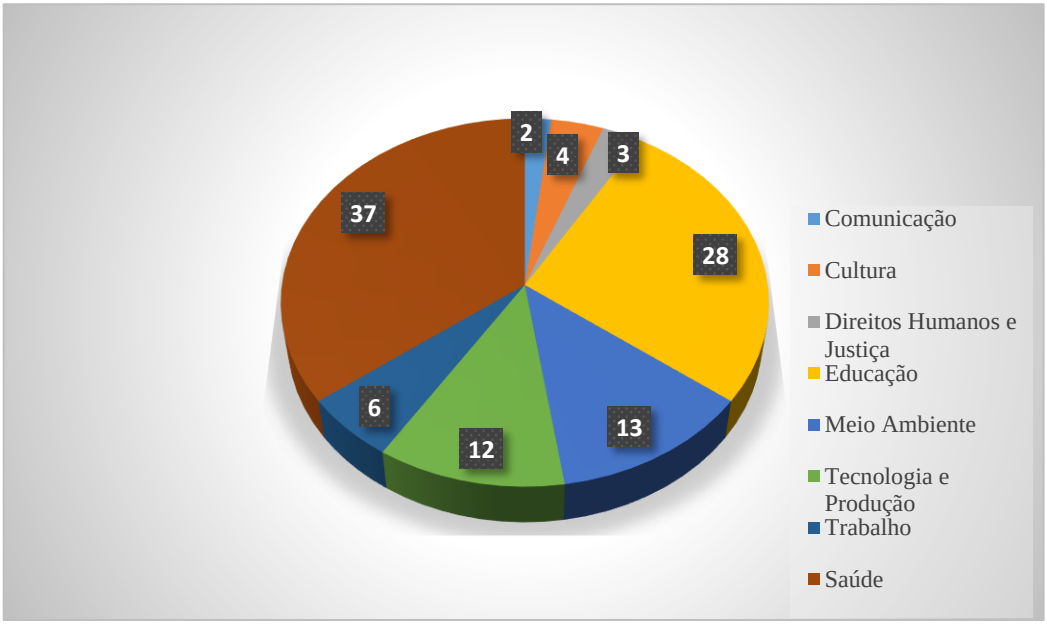
Esta ação possibilita aos indivíduos participantes da ação mudanças que refletem em sua forma de se posicionar na sociedade, visto que estes passam a se inserir em diversos contextos e realidades sociais, das quais, lhes atribuem características a sua formação pessoal e social.

Na concepção teórica de (CALIL-STAMATO, 2008) o protagonismo orienta-se por uma metodologia pedagogia, dialógica e participativa que favorece a releitura de significados coletivos, e a partir da compreensão contextualizada da origem dos fenômenos sociais, propicia a transformação de sentidos e o desenvolvimento da autoconsciência e da consciência coletiva.

O programa busca ainda estimular a aproximação entre a comunidade acadêmica e externas à universidade a fim de proporcionar aos estudantes a inserção nas diferentes realidades culturais e socioeconômicas, de modo que estejam mais aptos a desenvolver a função social das suas profissões (UFCA, 2017).

Assim, no ano de 2018 foram executadas 105 ações, sendo estas divididas em: 21 programas ampla concorrência, 73 projetos ampla concorrência e 11 projetos vinculados ao Programa de Protagonismo Estudantil.

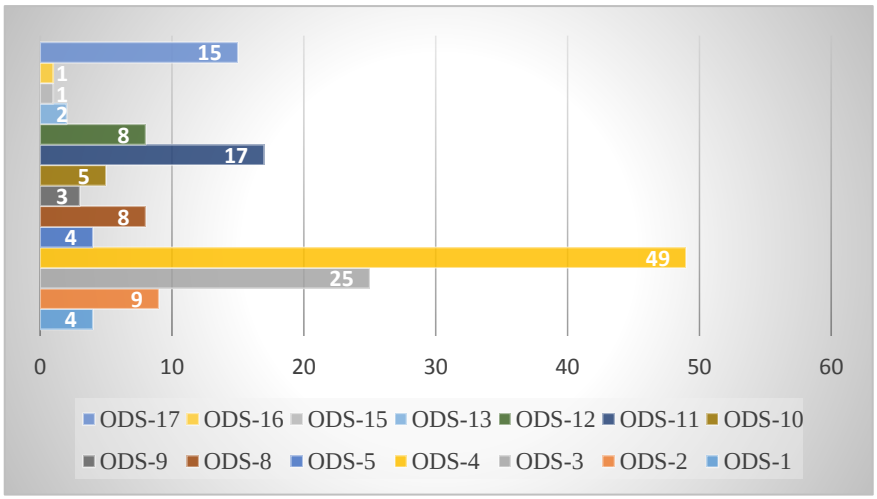
Gráfico 7 – Ações de Extensão da UFCA – 2018



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados extraídos da UFCA (2018)

Em relação aos ODS, por meio do levantamento, identificou que 72 ações possuem inter-relação com algum ODS. Assim como nos anos anteriores, percebe-se uma maior expressividade dos ODS-3, 4, 11.

Gráfico 8 – ODS Contemplados nas Ações de Extensão da UFCA – 2018

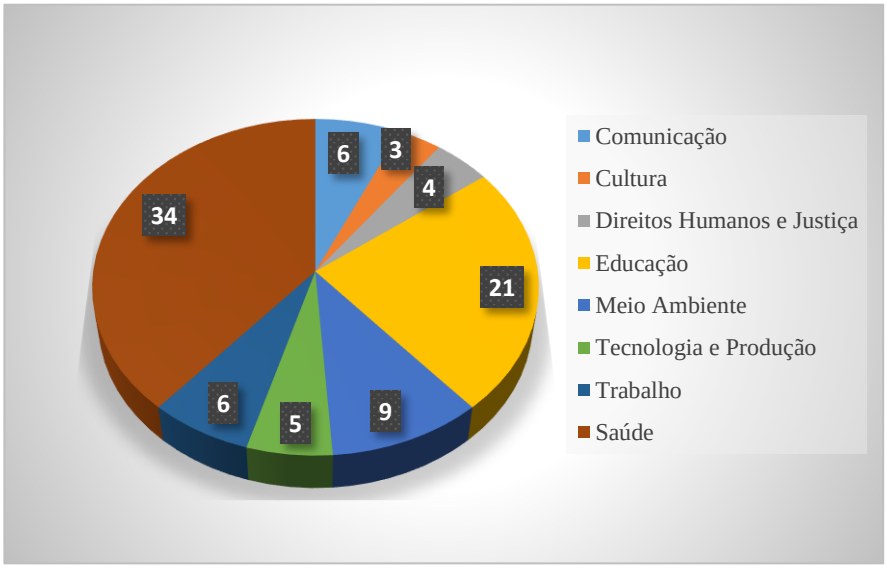


Fonte: elaborado pela autora a partir de dados extraídos da UFCA (2018)

O ODS-11: "tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis" (ONU, 2016, p. 15), no contexto da extensão universitária, este possibilita o reconhecimento "da cidade como o espaço onde o cidadão participa das decisões das políticas públicas, e a necessidade de integrá-las como um meio de otimizar recursos para melhorar a qualidade de vida da população" (JUNQUEIRA, 2000, p. 119).

Em 2019 foram identificadas 88 ações, sendo: 42 projetos e 17 programas nas categorias ampla concorrência, 11 projetos PROPE e 18 projetos PEEX. Segundo os dados divulgados pela PROEX, as ações contaram com a participação de 127 bolsistas remunerados e 236 bolsistas voluntários (UFCA, 2019).

Gráfico 9 – Ações de Extensão da UFCA – 2019



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados extraídos da UFCA (2020)

Em relação ao número de ações executadas no período, percebe-se uma redução de 16,20% em relação ao número de ações executadas em 2018. Assim como no ano de 2017, o ano de 2019 foi marcado pelo corte e contingenciamento das universidades públicas. A UFCA, sofreu um bloqueio no orçamento no valor de R$ 8.863.621,00.

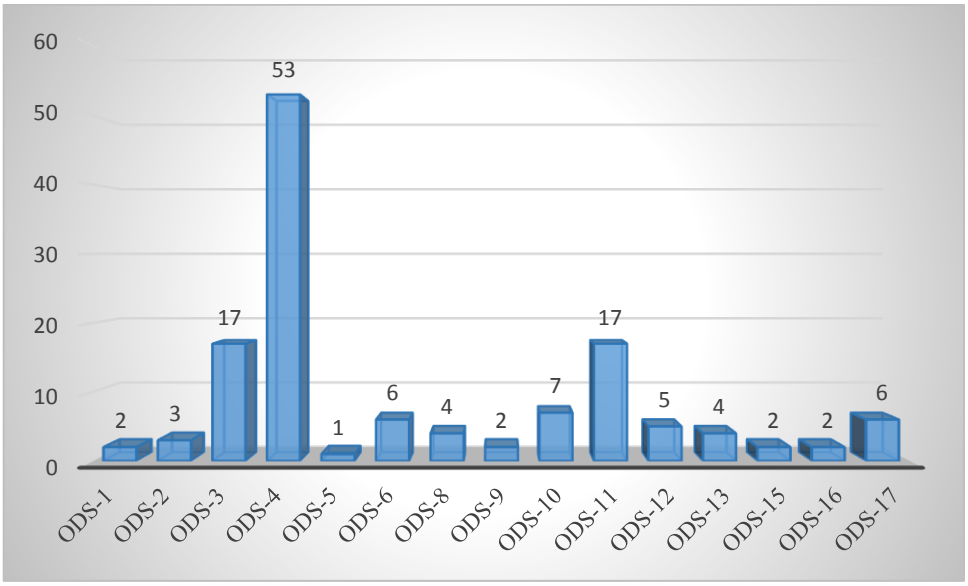
Como já apontado, neste período as ações contemplaram 03 (três) modalidades distintas de ações. O Programa de Integração Ensino e Extensão é voltado ao fomento de projetos, que:

> [...] promovam a integração ensino-extensão, promovendo uma aproximação entre a universidade e a comunidade externa, proporcionando aos discentes de graduação vivências que possibilitem o desenvolvimento acadêmico e humano, contribuindo com o comprometimento da responsabilidade social da UFCA (UFCA, 2020, p. 01).

Constituem-se alguns dos objetivos do PEEX: contribuir para o processo de formação do estudante de graduação, através da participação destes em projetos e programas de extensão; buscar a integração dos componentes curriculares junto às ações de extensão, em atendimento ao Plano Nacional de Educação 2014/2024, que prevê a destinação de 10% da carga horária total dos cursos de graduação para programas e projetos de extensão universitária; e ainda, a concretização da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável com igualdade e equidade em todo o mundo por meio dos ODS (UFCA, 2020).

Em relação aos ODS, percebeu-se no ano em questão, que das 88 ações executadas, 75 delas apresentaram relação com algum dos ODS. O levantamento observou que existe um predomínio das ações voltadas aos ODS-03 e 4 e 11.

Gráfico 10 – ODS Contemplados nas Ações de Extensão – 2019



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados extraídos da UFCA (2020)

As áreas de educação e saúde apresentam um número maior de ações de extensão cadastradas na UFCA, o fato é observado em todos os anos da análise. Visto que uma parte considerável dos programas, projetos e eventos de extensão, se propõem a realizar ações de cunho educativo, como: a oferta de cursos; minicursos; oficinas; palestras; ensino de técnicas de cultivo, controle de pragas, conservação e manejo do solo, uma parte significativa das atividades extensionistas se relacionam ao ODS-4.

O ODS-11 permite compreender que contexto das ações de extensão universitária, este ODS-11 estabelece a cidade e o território como espaços educadores do desenvolvimento sustentável, onde os indivíduos interagem entre si, produzindo saberes em uma troca de ensino e aprendizagem constante, independente da educação formal que tiverem.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19[4], em decorrência da mesma as ações de extensão se depararam com alguns entraves, considerado que o isolamento social é apontado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma das principais medidas controle da disseminação do novo coronavírus, e ainda em consonância com dos decretos de isolamento social e *lockdown*, as ações de extensão precisaram se adaptar à nova realidade.

O contexto epidemiológico exigiu adaptações ao contexto, assim, algumas das ações ocorreram de forma remota com o auxílio de aplicativos de vídeo conferencia ou plataformas de comunicação *on-line*, como o *Google Meet, YouTube, Instagram*, etc.

Nessa perspectiva, observam-se características positivas neste "novo modo de fazer extensão", a modalidade possibilitou a participação de indivíduos de diversas localidades para além dos municípios onde as ações ocorriam anteriormente, passando a se entender a um público maior.

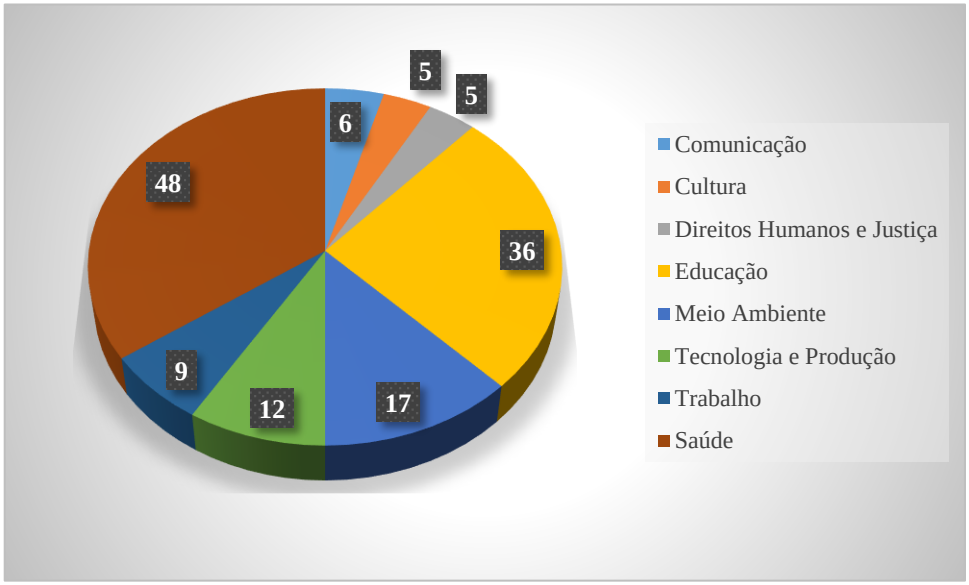
Considerando que muitos dos discentes bolsistas retornaram para seus municípios de residência permanente e passaram a desenvolver as ações em diversas cidades para além das previstas anteriormente e se estendendo para além do estado do Ceará. Assim, foi possível identificar ações realizadas nos estados de Pernambuco, Paraíba, Bahia e São Paulo.

Outrossim, no referido ano, foram identificadas 138 ações de extensão, sendo: 111 projetos e 21 programas, 04 (quatro) cursos e 02 (dois) eventos. Conforme dados da PROEX as atividades extensionistas contaram com a participação de 183 bolsistas remunerados, 345

[4] A Covid-19 é uma síndrome respiratória provocada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2) que surgiu inicialmente na cidade chinesa de Wuhan em dezembro de 2019, que logo se transformou o epicentro da doença, e espalhou-se rapidamente para países da Ásia e da Europa, e posteriormente por tudo o mundo. Em 11 de março de 2020 Organização Mundial de Saúde (OMD) declarou a Covid-19 uma pandemia

bolsistas voluntários, 114 docentes e 16 servidores técnicos administrativos, destaca-se ainda que foram atendidas 239.979 pessoas direta e indiretamente.

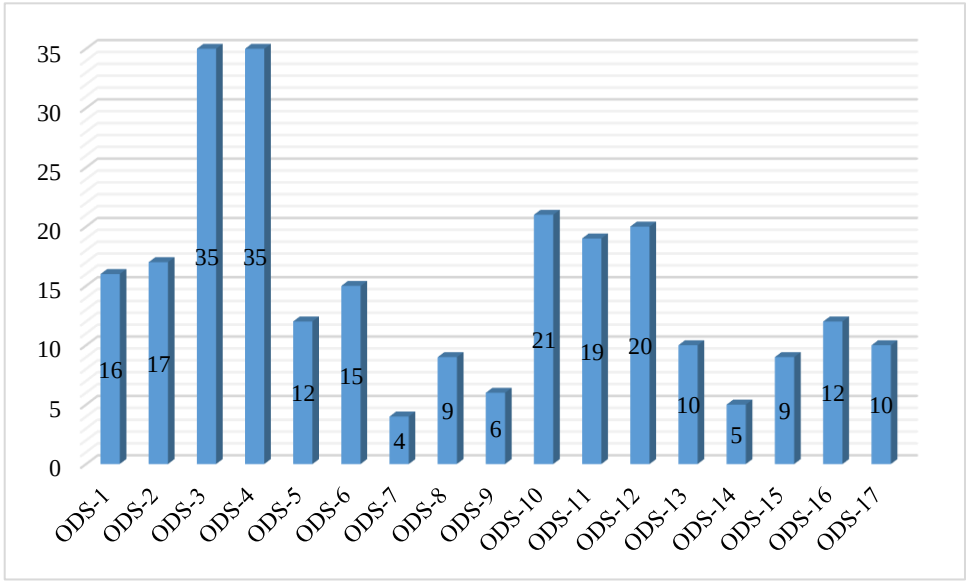
Gráfico 11– Ações de Extensão da UFCA – 2020



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados extraídos da UFCA (2020)

Em 2020 os dados divulgados pela PROEX (2020) mostram que as ações de extensão contemplaram todos os ODS, sendo os objetivos-3,4 os mais recorrentes, seguidos do ODS-11 conforme mostra o gráfico 12.

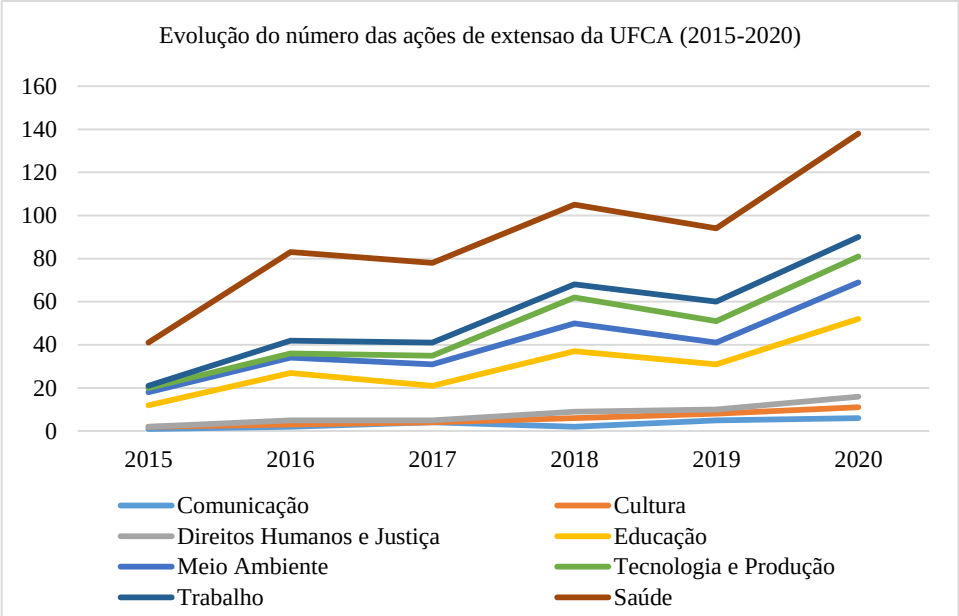
Gráfico 12 – ODS Contemplado nas Ações de Extensão – 2020



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados extraídos da UFCA (2020)

Mediante o levantamento realizado foi possível identificar que ao longo dos anos, com exceção de 2017 e 2019, que houve um aumento no número de ações cadastradas na UFCA, como mostra o gráfico 13:

Gráfico 13 – Evolução do Número das Ações de Extensão da UFCA (2015-2020)

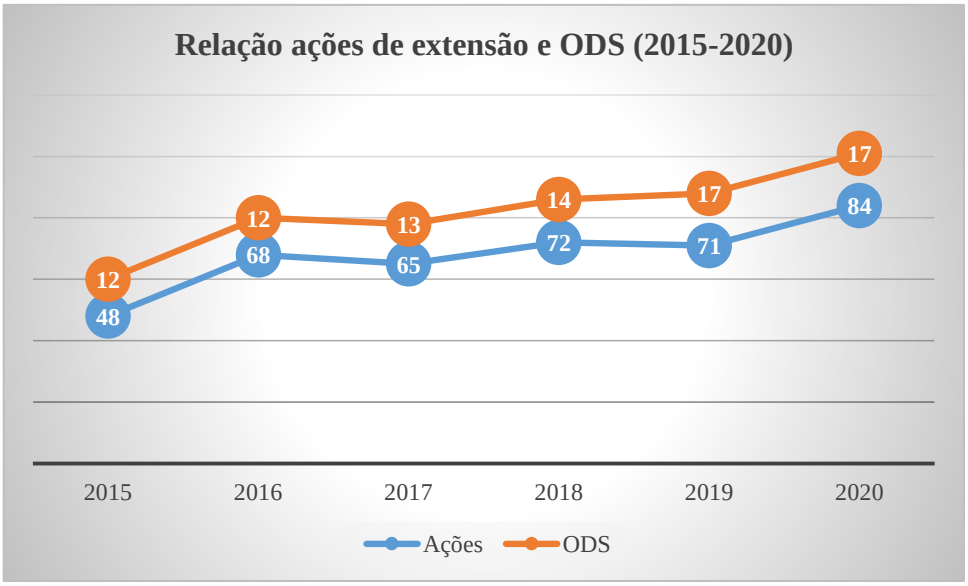


Fonte: elaborado pela autora a partir de dados extraídos da UFCA (2020)

O gráfico 13 apresenta o quantitativo de ações desenvolvidas na UFCA no período compreendido entre 2015 e 2020, com exceção dos anos de 2017 e 2019 é possível observar um aumento no número de ações cadastradas junto a Proex. A partir da mesma é possível observar um predomínio das ações nas áreas de: saúde (217), educação (135), meio ambiente (63), tecnologia e produção (36), trabalho (35), comunicação (21), direitos humanos e justiça (16), cultura (15).

Em relação aos ODS, desde 2015 observa-se que houve um aumento na quantidade de projetos que desenvolvem ações relacionadas a algum dos objetivos, sendo observados: 2015 (12 ODS), 2016 (12 ODS), 2017 (13 ODS), 2019 (17 ODS) e 2020 (17 ODS), como é possível observar no gráfico 14:

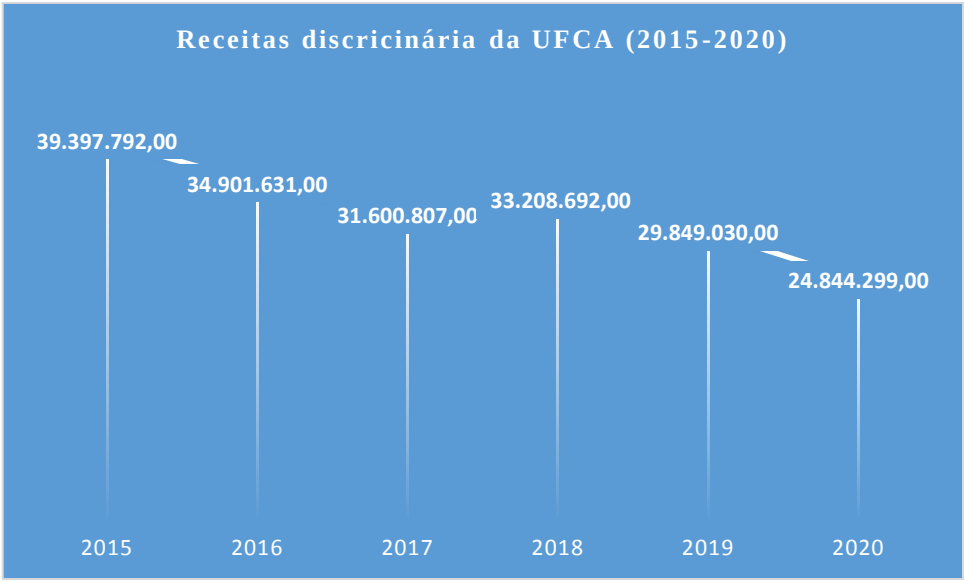
Gráfico 14 – Relação das Ações de Extensão e ODS (2015-2020



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da UFCA (2015-2020)

Como já abordado anteriormente, os períodos de redução das ações coincidem com os anos em que os recursos destinado as IES brasileiras sofreram cortes e contingenciamentos de verbas destinadas as despesas discricionárias, que dentre outras finalidades, destina-se ao fomento de ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão, como mostra o gráfico 14:

Gráfico 15 - Receitas Discricionárias da UFCA (2015-2020)



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados extraídos da UFCA (2021)

Observa-se que ao longo dos anos entre o período compreendido entre 2015 e 2021, houve uma redução de 26,79% das receitas discricionárias destinadas a UFCA. Considerando

que este repasse é destinado ao financiamento das ações de ensino, pesquisa e extensão são financiadas com este repasse, a redução destes recursos pode influenciar diretamente na execução das ações extensionistas, visto que estas necessitam de recursos de custeio que possibilitem a realização das mesmas, como: acesso à comunidade, a compra de materiais, financiamento de bolsas, dentre tantas atividades que contribuem para a sua execução.

O ano de 2020 teve o menor repasse financeiro dos últimos 06 (seis) anos, e apresentou o maior quantitativo de ações de extensão do período em estudo, o que poderia refutar a ideia inicial, no entanto, é importante destacar que devido à pandemia da covid-19 e a necessidade do isolamento social, uma parte das ações de extensão foram suspensas, enquanto outras foram adaptadas e passaram a ocorreram de forma remota, fator esse pode contribuir para a redução das despesas destinadas a este fim.

Este estudo identificou que ao longo dos anos houve um aumento gradual das ações de extensão desenvolvidas no contexto da UFCA – com exceção do ano de 2017, concomitantemente a este processo, ocorreu a expansão do número de ODS contemplados pelas ações, projetos e programas de extensão, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 – Número anual dos ODS contemplados nas ações de extensão da UFCA (2015-2020)

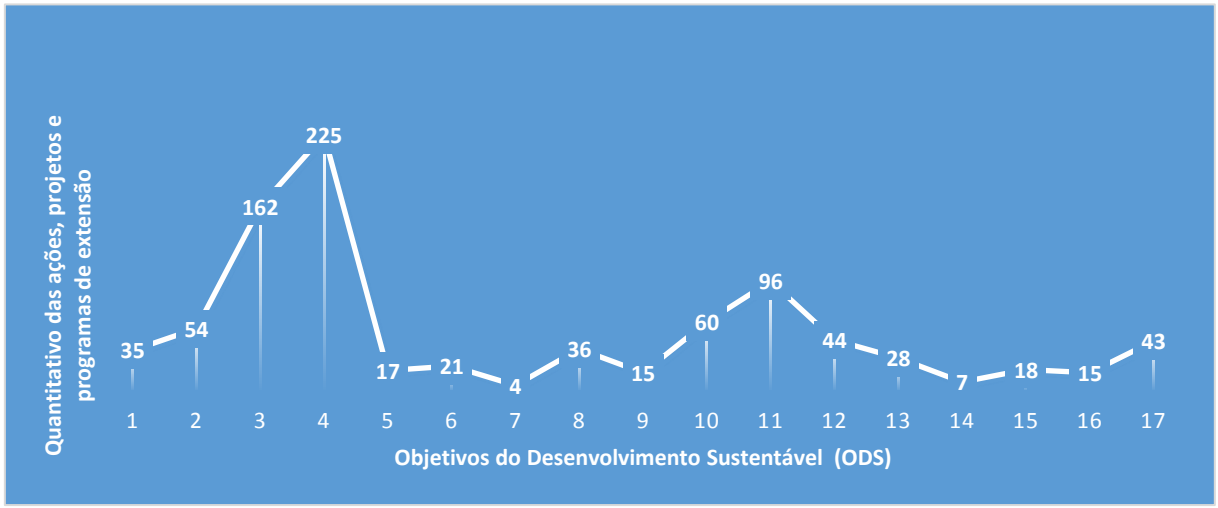
ODS	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1	04	04	05	04	02	16
2	05	11	09	09	03	17
3	30	23	32	25	17	35
4	28	37	23	49	53	35
5	-	-	-	04	01	12
6	-	-	-	-	06	15
7	-	-	-	-	-	04
8	02	08	05	08	04	09
9	01	02	01	03	02	06
10	06	10	11	05	07	21
11	13	01	15	17	17	19
12	02	04	05	08	05	20
13	01	04	07	02	04	10
14	-	01	01	-	-	05
15	01	-	05	01	02	09
16	-	-	-	01	02	12

17	06	07	09	05	06	10

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados extraídos da UFCA (2015-2020)

A tabela 1 possibilita observar que, no ano de 2020, as ações, projetos e programa de extensão da UFCA contemplaram todos os 17 ODS. Observa-se ainda que este aumento ocorreu anualmente de acordo com o crescimento do número de ações extensionistas. Vale destacar que uma única ação de extensão pode contemplar vários ODS, neste sentido, o gráfico 16 apresenta a quantidade de ações de acordo com os ODS contemplados.

Gráfico 16 - Quantitativo das ações, programas e projetos de extensão de acordo com ODS contemplado (2015-2020)



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados extraídos da UFCA (2015-2020)

O gráfico 16 permite identificar que no período compreendido entre 2015 e 2020, foram contempladas em 225 das atividades extensionistas da UFCA, as quais, atendem as perspectivas do ODS-4 "educação de qualidade". Este dado pode ser facilmente explicado, em virtude do fato, de que, as ações de extensão voltadas para a área de educação representarem o segundo maior quantitativo dentre as áreas de atuação e inserção.

Vale destacar que a área da saúde é a que apresenta o maior quantitativo de ações cadastradas junto a Proex na referida universidade. No que lhe concerne, as atividades inseridas na área da saúde apesentam em sua maioria um caráter educativo. Neste sentido, se alinham ao ODS-04. Isto posto, é importante destacar que o ODS-3 "saúde e bem-estar", ocupa a segunda posição em relação às atividades extensionistas desenvolvidas na referida instituição no período em estudo, assim, foram identificadas 162 ações que se alinham a este objetivo.

Por sua vez, o ODS-11 "cidades e comunidades sustentáveis", constitui-se, como o terceiro Objetivo do Desenvolvimento Sustentável mais contemplado dentre as atividades de extensão da UFCA no período relatado, com um total de 96 ações, projetos e programas

alinhadas a este ODS. Como já abordado anteriormente, a UFCA tem o compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável, por meio das suas ações de ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, entende-se que as atividades extensionistas, ao serem desenvolvidas em comunidades e territórios, colabora para a promoção do desenvolvimento de cidades mais sustentáveis.

Consequentemente, é possível e compreender que as práticas desenvolvidas por meio da extensão universitária corroboram, e, se alinham ao ODS-10 "redução das desigualdades", visto que, essencialmente, a extensão universitária se configura enquanto uma ação que busca, ao aproximar a universidade da comunidade, mediante a promoção de ações que compreendem diversas áreas, e, envolvem diversos atores sociais, possibilitar a superação das desigualdades sociais, bem como, a construção de uma sociedade mais equânime. Outrossim, foram identificadas 60 ações alinhadas a este objetivo.

Segundo a Política Nacional de Extensão a extensão universitária:

> Não se trata mais de "estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade", mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo [...] que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática (FORPROEX, 2012, p. 30).

Em relação ao o ODS-2 fome zero e agricultura sustentável, foram identificadas 54 ações alinhadas a este objetivo, fazendo do mesmo o quinto ODS com o maior número de atividades extensionistas alinhadas. Vale salientar, que o mesmo se encontra diretamente relacionado as atividades de extensão desenvolvidas nas das áreas de meio ambiente, tecnologia e produção e trabalho, as quais, que ocupam a terceira, quarta e quinta posição, respectivamente, quanto ao quantitativo de ações de extensão cadastradas junto a Proex no âmbito da UFCA. O mesmo apresenta uma relacionação com o ODS-12 (consumo e produção responsáveis), que neste estudo ocupa a sexta posição dentre os ODS, os quais, as ações, projetos e programas possuem um maior alinhamento, com 44 ações contempladas.

Na sequência, com um total de 43 atividades de extensão alinhadas, o ODS-17 "parcerias e meios de implementação", ocupa a sétima posição dentre os ODS com a maior quantidade de ações contempladas. Este objetivo diz respeito a um conjunto de ações que envolvem cinco áreas, a saber: finanças, tecnologia, capacitação, comércio e questões sistêmicas.

No contexto da extensão universitária, o ODS-17 envolve todas as áreas de atuação, bem como, por meio da parceria entre instituições, sejam elas de ensino, entidades públicas ou

do terceiro setor, tem como finalidade a promoção de ações que promovam o desenvolvimento sustentável.

Por fim, pode-se dentre o ODS com o menor quantitativo de ações alinhadas, destacam-se ODS-7 “energia limpa e acessível” totalizando unicamente 04 atividades cadastradas junto a Proex, e o ODS-14 “vida na água” com um total de 07 ações cadastradas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil a extensão universitária se consolidou como pilar da universidade necessária ao currículo dos cursos de graduação na década de 1980, desde então traçou um percurso marcado por diversos avanços e superações. Perpassando o caráter atrelado a práticas assistencialistas e se consagrou como uma função social da universidade. A prática extensionista passou a ser atrelada a uma ação que corrobora para a transformação social, o desenvolvimento social e sustentável, a formação cidadã e aproximação entre universidade e a comunidade, a partir dessa relação definida como uma "via de mão dupla", característica precípua e fundamental desta ação, que possibilita em simultâneo, a troca de saberes e a construção de novos conhecimentos possibilita mudanças sociais.

Compreende-se desenvolvimento sustentável como o modelo que busca um desenvolvimento para além do fator econômico e ainda, comprometido com o futuro das próximas gerações, é possível identificar aproximações entre ambos os conceitos, visto que as orientações de ambos pressupõem mudanças na sociedade.

No que lhe concerne, a Política Nacional de Extensão Universitária apresenta a contribuição para a promoção do desenvolvimento sustentável com uma das "funções" da extensão. Nessa perspectiva é possível compreender que a ação extensionista deve colaborar para a promoção deste modelo de desenvolvimento.

Mediante a pesquisa documental, este estudo identificou a Universidade Federal do Cariri inclui o desenvolvimento sustentável com um direcionador no exercício de suas ações, estando o mesmo inserido no Planejamento Estratégico Institucional (missão, visão e valores), e ainda, em alguns das resoluções e políticas internas, como: estatuto, Plano de Desenvolvimento Institucional, Política de Gestão da Sustentabilidade e o manual de práticas de extensão.

Por ter se aliado a UNAI, a UFCA tem atuado no desenvolvimento de ações que buscam contribuir com o estabelecimento de uma política de gestão sustentável e de internacionalização dos ODS. Esta atuação ocorre por meio das políticas de Gestão da Sustentabilidade e das ações de extensão universitária, orientada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e cultura, o compromisso e a coordenação de ações estratégicas que visam contribuir para o desenvolvimento sustentável junto a indivíduos, comunidades e organizações que tenham como propósito realizem em ações em prol do desenvolvimento das localidades

Assim, entende-se que a extensão universitária exerce o desenvolvimento sustentável a partir de três perspectivas: do indivíduo, da comunidade e da sociedade. Do ponto de vista dos sujeitos, sejam estes bolsistas, discentes, docentes, técnicos, ou membros da comunidade externa, por meio do princípio da interação dialógica é possível trabalhar a formação pessoal, acadêmica, profissional e cidadã dos indivíduos envolvidos na ação.

Os esforços para a promoção é uma tarefa comum a todos, assim, a universidade ao imergir na comunidade por meio das ações de extensão, possibilitam a mesma conhecer sobre o tema e consequentemente trabalhar a construção de uma cultura comprometida com o desenvolvimento sustentável em suas várias dimensões, assim, entende-se que os reflexos da extensão na sociedade ocorrem por meio do seu papel transformador, e a construção de uma cultura sustentável.

A comunidade mediante as ações de extensão tem a de trabalhar o processo formativo e de construção de novos conhecimentos, a qual, oferta, recebe e gera novos conhecimentos de forma bilateral, participa de um processo sócio-político que implica em uma identidade correspondente, permitindo a mesma, suporte para a construção de uma nova identidade social.

A extensão universitária possibilita, além do desenvolvimento de ações voltadas à comunidade externa, por meio do exercício da dialogicidade inerente ao processo extensionista, que concebe aos sujeitos da ação além da construção de novos conhecimentos, contribui no desenvolvimento de características que trabalham o perfil profissional e identidade cidadã.

Em relação aos ODS identifica-se que no contexto da extensão universitária estes se fazem presentes a partir de diversas perspectivas e de forma inter-relacionada. A educação de qualidade, o acesso a diversas formas de conhecimento, a equidade de acesso, o conhecimento e habilidades necessárias para a promoção do desenvolvimento sustentável, são algumas das metas do ODS-4 que são visivelmente identificados nas práticas extensionistas.

A educação contribui para a redução das desigualdades (ODS-4), o acesso à oportunidade de emprego e a geração de renda (ODS-08), que pode ser uma das formas de contribuir para a erradicação da pobreza (ODS-01). A construção de uma cultura sustentável possibilita o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis (ODS-11), e a uma cultura voltada para a valorização da vida terrestre (ODS-15).

No contexto das ações de extensão da UFCA, após integrar a UNAI o desenvolvimento sustentável e os ODS, tornaram-se critérios para a avaliação das ações de extensão vinculadas a Proex, desta maneira, as atividades extensionistas devem contemplar pelo menos um dos ODS. O levantamento das ações observou que no período entre 2015 e 2020, – exceto os anos 2017 e 2019 – houve um aumento anual das ações de extensão cadastradas e executadas junto

à PROEX. Consequentemente houve um aumento do número de ações de extensão que contemplam pelo menos um dos ODS através suas ações, o que permite concluir que as ações de extensão ocorrem sob à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e que as mesmas corroboram para a promoção deste no contexto em que se desenvolvem.

Por fim, o estudo observou que no contexto da Universidade Federal do Cariri o desenvolvimento sustentável é operacionalizado a partir de diversas dimensões, atuando na produção e disseminação dos diferentes conhecimentos que perpassam pelo campo dos saberes acadêmico e popular. Isto posto, encontra-se presente na política e cultura organizacional da instituição, buscando por meio do mesmo reafirmar o compromisso com a sustentabilidade.

Entende-se que possam existir algumas lacunas neste estudo. Devido à pandemia da covid-19, a proposta do estudo inicial sofreu algumas adaptações, em decorrência da incapacidade daquele momento de realizar visitas às comunidades onde as ações de extensão eram realizadas, tendo em vista a necessidade do cumprimento do isolamento social. Desta forma, a pesquisa passou por mudanças no recorte metodológico

Espera-se que este estudo possa contribuir para uma compreensão da extensão como um pilar que possui inter-relação com o desenvolvimento sustentável, e que possibilita meios de atender as metas dos ODS que compõem a Agenda 2030 da ONU, cumprindo as deste pacto mundial. Por fim, espera-se que esta pesquisa, enquanto um estudo de caráter bibliográfico e documental, possa contribuir para uma maior compreensão da importância das políticas públicas diante das situações emergenciais, enquanto instrumentos de atuação voltada para a garantia e efetivação de direitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA. D. **Extensão Universitária na UFBA: ACC e a formação do estudante.** Salvador: UFBA, 2015, 83f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18311. Acesso em: 25 ago. 2019

ALMEIDA, L. P.; SAMPAIO, J. H. **Extensão Universitária: aprendizagens para transformações necessárias no mundo da vida.** Revista Diálogos: construção conceitual de extensão e outras reflexões significativas, Brasília, v.14, n.1, dez, 2010. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/2926. Acesso em: 25 ago. 2019

ALVES, J. S. L. **O Papel da Universidade na Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas**: uma análise dos projetos de extensão da universidade federal da paraíba. 2019. 102 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16826/1/JSLA17022020.pdf. Acesso em: 25 ago. 2021.

AMORIM, S.; BOULOSSA, R. **O Estudo dos Instrumentos de Políticas Públicas: uma agenda em aberto para experiências de migração de escala.** Revista Amazônia, Organização e Sustentabilidade**.** v. 2, n. 1, 2013. Disponível em: http://revistas.unama.br/index.php/aos/article/viewFile/52/28. Acesso em: 03 nov. 2019.

ARAÚJO, A.C. B; PESSOA, Z. S. O desafio das Cidades Sustentáveis: prós e contras de uma proposta para o desenvolvimento urbano. *In:* **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, **18.,** Natal. **Anais** [...] Natal: ENAPUR, 2019. Disponível em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1554. Acesso em: 22 mar. 2021.

AZEVEDO, F. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959 Fernando de Azevedo.** *(et al.)* – Recife: 2006. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf. Acesso em: 15 jan. 2020

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BECKER, D. F. **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

BEMVENUTTI, V. L. S. **Da Intenção ao Gesto: a extensão universitária como prática acadêmica na perspectiva da construção do conhecimento novo**. Porto Alegre: UFRGS, 2002, 271f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988**). Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D**iretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF; p. 27833, 23 dez. 1996. PL 1958/1998.

BRASIL. Lei nº 13.005/2014. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em: 04 mar. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016.** Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 08 jul. 2020.

BOTOMÉ, Sílvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996

BURSZTYN, M; BURSZTYN, M. **Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: caminhos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 612 p

CARNEIRO, M. A. **Extensão Universitária: versão e perversões: estudo tentativo de identificação do débito social das Universidades Federais do Nordeste**. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1985.

CASTRO, F.F. B; HOLANDA, V. C. C. Espaço Metropolitano Cearense: breves considerações. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 20, n. 2, p. 106-124, jul. 2018

CERVO, A.L. **Metodologia Científica.** São Paulo: Pearson Pretetice Hall, 2007.

CHACON, Suely Salgueiro. **Desenvolvimento**. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 48-50.

CHACON. S.S. *In*. UFCA – **Planejamento Estratégico Institucional da Universidade Federal do Cariri** (2016-2025). Juazeiro do Norte: UFCA/PROPLAN. Disponível em: https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2019/07/PROPLA-UFCA-PEI-Planejamento-Estrat%C3%A9gico-Institucional-2015.pdf. Acesso em: 01/05/2021.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Editora Unesp, 2001 Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 27/09/2019

CSMAD. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Relatório Brundtland**. Nosso futuro comum. Brasília, DF. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2022.

CUNHA, L.A. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã:** o ensino superior, da colônia a era Vargas. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1980. Disponível em: https://play.google.com/books/reader?id=Y9AjCgAAQBAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=en_US&pg=GBS.PP1.w.0.0.0.3. Acesso em: 28 set. 2019.

DIAS, R; MATOS, F. **Políticas Públicas:** princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2006, 128p.

ELKINGTON, J. **Canibais de garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

FÁVERO. M. L. A. **A Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968**. Curitiba: Educar. n. 28, p. 17-36, 2006.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Fortaleza: UEC, 2002

FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Coleção Extensão Universitária. Brasília, DF, 2001. Disponível em: http://www.prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/pnextensao_1.pdf. Acesso em: 26 de jul. 2019

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus, 2012.

FORPROEX. **I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.** Brasília: UNB**,** 1987

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7 ed. São Paulo: Paz e terra, 1983.

FROTA, Mariângela Brum. **A extensão universitária como estratégia para o desenvolvimento regional**: o caso da universidade federal da fronteira sul - campus cerro largo. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2017. Disponível em: https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1577/1/FROTA.pdf. Acesso em: 28 out. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.ª edição

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar**.** São Paulo: Editora Nacional, 1980.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009a. 163 p.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009b. 405 p.

GADOTTI, M. **Extensão universitária: para quê?** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2010.

GURGEL, R. M. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação.** São Paulo: Cortez; Autores Associados; UFC, 1986

GUTIÉRREZ, F; PRADO, C**. Ecopedagogia e cidadania planetária**. 3ed, São Paulo: Cortez, 2013.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades.** Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/panorama. Acesso em: 23 jul. 2020.

IMPERATORE, S. L. B; PEDDE, V. **Curricularização da Extensão Universitária no Brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública**. *In:* XIII Congresso latinoamericano de Extensión Universitaria.Havana. 2015.Dispinível em: https://curricularizacaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/1_Artigo_Curricularizaca_da_Extensao_Universitaria_no_Brasil.pdf. Acesso em 25 jun. 2019.

JEZINE, E. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte, 2. Anais... 2 a 15 de setembro de 2004. Disponível em: https://www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao12.pdf. Acesso em: 05 fev. 2020.

KESTIN, T; VAN DEN BELT, M; ROSS, K; THWAITES, J; HAWKES, M. **Um Guia para Universidades, Instituições de Ensino Superior e o Setor Acadêmico.** Sustainable Development Solutions Network (SDSN). 2017.

LEIS, H.R. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas**, v. 6, n. 73, p. 2-23, 2005.

MEDEIROS, M. M. A extensão universitária no Brasil: um percurso histórico. **Barbaquá**, Mato Grosso do Sul, v. 1, n. 1, p. 9-12, 2017. Periódicos UEMS. Disponível em: https://library.dctabudhabi.ae/eds/detail?db=edsbas&an=edsbas.783DDE6. Acesso em: 12 ago. 2021.

MENEZES NETO, P. E. **Universidade: Ação e reflexão.** Fortaleza: UFC. **1983**. 234p.

MINAYO, M.C.S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *In:* **Ciência & Saúde coletiva.** vol.17 n.3: 621-626. Rio de Janeiro mar. 2012a. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07.pdf. Acesso em 15 out. 2019.

MINAYO, M. C. S. O Desafio da Pesquisa Social. *In:* MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012b. p. 09 - 29.

MONTEIRO. E.; SACRAMENTO, M. **Para repensar a extensão universitária: contribuição do diálogo entre Paulo Freire e Boaventura de Souza Santos.** 2011

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NOGUEIRA, M.D. P. (Org.). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas.** Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

NOGUEIRA, M. D. D. P. Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Contextual. In: FARIA, D. S. (Org). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. P. 57-72.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE**. Surto de doença por coronavirus (COVID-19).** Disponível em: https://www.who.int/es/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019. Acesso em: 05 Jun. 2020.

ONU– ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e a População Mundial.** Disponível em: https://nacoesunidas.org/acao/populacao-mundial/. Acesso em: 13 jul. 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (ed.). **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**: o trabalho como motor do desenvolvimento humano. New York, 2015. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2015_report_pt.pdf. Acesso em: 16 jan. 2022.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015. Acesso em: 13 jul. 2019.

PHILIPPI JR. A; NETO, A. J. S. **Interdisciplinaridade em Ciência Tecnologia e Inovação**. São Paulo: Manole, 2011

PEREIRA, C. E.; CARDOSO, P. H. G. **Contribuição das Instituições de Ensino Superior no processo de crescimento e desenvolvimento da Região Metropolitana do Cariri Ceará Brasil. Revista Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento,** v. 9, n. 3. 2020. Disponível em: https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2531/2015 Acesso em: 30 fev. 2021

RAMALHO, A. M. C; MARQUES, F. L. M. **A pesquisa científica como construção do conhecimento**. 2018. Disponível em: http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Pesquisa%20e%20Ensino%20de%20Geografia/PESQENSGEOAULA1.pdf Acesso em: 01 ago. 2021

REIS, E.A., REIS I.A. **Análise Descritiva de Dados.** Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG. 2002, Disponível em: http://www.est.ufmg.br/portal/arquivos/rts/rte0202.pdf. Acesso em: 23 mar. 2020

RODRIGUES, A. S. *et al*. Reflexões Sobre Trama Metropolitana no Contexto da Urbanização da Região do Cariri **Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, v. 2, n. 4, p. 204-231, 2014. Semestral. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/5708/570862017011.pdf. Acesso em: 23 set. 2019.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, I. **Desenvolvimento Includente, Sustentável e Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, B. S. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, A. A; TEODORO, A; QUEIROZ, S. **Educação em saúde: um mapeamento dos estudos produzidos no Brasil e em Portugal (2000-2013).** Revista Lusófona de Educação, Lisboa (Campo Grande), v. 33, p. 9-22, jul. 2016.

SARAIVA, J. L. O Papel da Extensão Universitária na formação de estudantes e professores. **Revista Brasília Médica**, Brasília, DF, v. 44, n. 3, p. 220-225, 2007.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas.** Rev. Bras. de História & Ciências Sociais. n. I, p. 1-15, jul., 2009. Disponível em: https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351. Acesso em: 22 jul. 2021

SECCHI, L. **Políticas Públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. S. **Políticas de Desenvolvimento Regional na Região Metropolitana do Cariri-Ce nas duas primeiras décadas do século XXI.** 2019. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2019.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf Acesso em: 12 jan. 2021.

SIMÃO, Ângelo Guimarães. *et al*. Indicadores, Políticas Públicas e a Sustentabilidade. In: SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de (org.). **Políticas Públicas e Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 36-54.

SOUZA, S. S; OLIVEIRA, G. S; ALVES, L. H. A **Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos.** Cadernos da Fucamp, Monte Carmelo-MG: v.20, n.43, p.64-83/2021

STAMATO, M. I. C. **Protagonismo juvenil: uma práxis sócio-histórica de ressignificação da juventude.** 2008. 222 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

TAUCHEN, G. **O princípio da indissociabilidade universitária: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.** Rio Grande do Sul. 146 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009.

THIESEN, J.S. A interdisciplinaridade Como um Movimento Articulador no Processo Ensino-Aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13 n. 39 set./dez. 2008

THIOLLENT, M. A. **Inserção da Pesquisa-Ação no contexto da extensão universitária**. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ, 2015.

TOSCANO, G. S. **Extensão universitária e formação cidadã.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. 381p

TSOUROS, A.D. *et al*. **Universidades promotoras de saúde: conceitos, experiências e quadro de ação.** Copenhagen: WHO Regional Office for Europe, 1998. https://www.researchgate.net/publication/250990132_A_universidade_promotora_de_saude_e_as_mudancas_na_formacao_profissional Acesso em: 11 set. 2020.

UFCA. **Levantamento das Ações de Extensão na UFCA 2015.** Juazeiro do Norte: UFCA/PROEX, 2016. Disponível em: https://www.ufca.edu.br/academico/extensao/acoes-de-extensao/. Acesso em: 25 jun. 2019.

UFCA**. Levantamento de Ações de Extensão Cadastrados em 2016.** Juazeiro do Norte: UFCA/PROEX, 2016. https://www.ufca.edu.br/academico/extensao/acoes-de-extensao/. Acesso em: 25 jun. 2019.

UFCA. **Lista de Programas e Projetos Cadastrados em 2017 na Categoria Ampla Concorrência.** Juazeiro do Norte: UFCA/PROEX, 2017. https://www.ufca.edu.br/academico/extensao/acoes-de-extensao/. Acesso em: 25 jun. 2019.

UFCA. **Manual da Extensão Universitária da UFCA**. Juazeiro do Norte: UFCA, 2019a. Disponível em: https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2019/06/PROEXUFCA-Manual-da-extensao-2019-acoes-de-extensao-26.01.19.pdf. Acesso em: 15/12/2019.

UFCA. **Resumo dos Programas e Projetos de Extensão 2018**. Juazeiro do Norte: UFCA/PROEX, 2018. https://www.ufca.edu.br/academico/extensao/acoes-de-extensao/. Acesso em: 25 jun. 2019.

UFCA. **Resumo dos Programas e Projetos de Extensão 2019**. Juazeiro do Norte: UFCA/PROEX, 2019b. https://www.ufca.edu.br/academico/extensao/acoes-de-extensao/. Acesso em: 25 jun. 2019.

UFCA. **Resumo dos Programas e Projetos de Extensão 2020**. Juazeiro do Norte: UFCA/PROEX, 2019b. https://www.ufca.edu.br/academico/extensao/acoes-de-extensao/. Acesso em: 25 jun. 2019.

UFCA. CARIRI. **PDI UFCA 2020, Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Cariri.** Juazeiro do Norte: UFCA, 2017.

UFCA. **Resolução CONSUNI Nº 42, de 22 de outubro de 2020**. Aprova o Regulamento das Atividades de Extensão Universitária no âmbito da Universidade Federal do Cariri. Juazeiro do Norte: UFCA,2020. Disponível em: https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2021/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-42_2020_CONSUNI-Regulam-prograa-de-extens%C3%A3o-1.pdf. Acesso em: 26 ago. 2021.

UFCA. **Estatuto da Universidade Federal do Cariri**. Juazeiro do Norte: UFCA, 2017. Disponível em: https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2019/09/Estatuto-UFCA-2019.pdf Acesso em 15 dez. 2019.

UFCA. **Planejamento Estratégico Institucional da Universidade Federal do Cariri** (2016-2025). Juazeiro do Norte: UFCA/PROPLAN. Disponível em: https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2019/07/PROPLA-UFCA-PEI-Planejamento-Estrat%C3%A9gico-Institucional-2015.pdf. Acesso em: 01 mai. 2021.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.